

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	118
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	121
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	122
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	123
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	4.304.906	3.938.110
1.01	Ativo Circulante	467.015	400.340
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	106.021	96.878
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.941	71.041
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.941	71.041
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	62.941	71.041
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	298.053	232.421
1.01.08.03	Outros	298.053	232.421
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	297.397	231.959
1.01.08.03.03	Outros	656	462
1.02	Ativo Não Circulante	3.837.891	3.537.770
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	86.237	101.148
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	86.029	100.940
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	86.029	100.940
1.02.02	Investimentos	3.749.078	3.433.492
1.02.02.01	Participações Societárias	3.749.078	3.433.492
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	93.362	101.514
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.482.568	3.167.330
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	173.148	164.648
1.02.03	Imobilizado	20	197
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	20	197
1.02.04	Intangível	2.556	2.933
1.02.04.01	Intangíveis	2.556	2.933
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.556	2.933

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	4.304.906	3.938.110
2.01	Passivo Circulante	343.454	236.887
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.919	2.165
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.919	2.165
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.919	2.165
2.01.02	Fornecedores	502	1.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	502	1.502
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.694	18.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.582	18.818
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.444	82
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	6.355	8.256
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	7.783	10.480
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	112	116
2.01.05	Outras Obrigações	324.339	214.286
2.01.05.02	Outros	324.339	214.286
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	322.944	212.754
2.01.05.02.04	Outros	1.374	1.324
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	21	208
2.02	Passivo Não Circulante	10.018	29.944
2.02.04	Provisões	10.018	29.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.555	22.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	168	20.397
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.681	1.576
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	706	701
2.02.04.02	Outras Provisões	7.463	7.270
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	7.463	7.270
2.03	Patrimônio Líquido	3.951.434	3.671.279
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.273.746	2.350.938
2.03.04.01	Reserva Legal	315.136	315.136
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.958.610	1.958.512
2.03.04.10	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	0	77.290
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	378.077	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.180.705	-1.159.975

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	171.868	574.898	81.456	590.152
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.430	-24.861	-9.753	-26.250
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.772	14.059	4.593	8.051
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-492	-2.564	-1.616	-2.226
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	175.018	588.264	88.232	610.577
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	171.868	574.898	81.456	590.152
3.06	Resultado Financeiro	-1.236	-2.164	-5.351	-5.355
3.06.01	Receitas Financeiras	-1.073	-1.359	-863	-838
3.06.02	Despesas Financeiras	-163	-805	-4.488	-4.517
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	170.632	572.734	76.105	584.797
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-516	-1.444	32	918
3.08.01	Corrente	-516	-1.444	32	0
3.08.02	Diferido	0	0	0	918
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	170.116	571.290	76.137	585.715
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	170.116	571.290	76.137	585.715
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	4,1618	13,9762	1,8626	14,3291
3.99.01.02	PN	4,5779	15,3738	2,0489	15,762
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	4,1618	13,9762	1,8626	14,3291
3.99.02.02	PN	4,5779	15,3738	2,0489	15,762

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	170.116	571.290	76.137	585.715
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-20.310	-20.310	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	149.806	550.980	76.137	585.715

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-32.218	-42.247
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-40.142	-32.418
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	571.290	585.715
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.655	1.658
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-588.264	-610.577
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-4.927	-2.642
6.01.01.06	Juros Pagos	-7	-21
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-20.607	-5.565
6.01.01.09	IRPJ e CSLL Pagos	-726	-68
6.01.01.10	Despesa de IR e CSLL	1.444	-918
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.924	-9.829
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	8.100	4.650
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	20.526	4.922
6.01.02.03	Outras Contas - Ativos	-194	-110
6.01.02.04	Fornecedores	-1.000	-386
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	754	723
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-20.312	-20.071
6.01.02.20	Outras Contas - Passivos	50	443
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	185.829	148.407
6.02.03	Integralização de Capital	-67.902	0
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	253.731	148.407
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-144.468	-105.864
6.03.01	Pagamento Passivo de Arrendamento	-187	-173
6.03.02	Dividendos Pagos	-144.281	-105.691
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.143	296
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.878	56.671
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	106.021	56.967

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.192	-193.633	0	-270.825
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-193.633	0	-193.633
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	98	0	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	571.710	-20.730	550.980
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	571.290	0	571.290
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	420	-20.730	-20.310
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	420	-420	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-20.310	-20.310
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.273.746	378.077	-1.180.705	3.951.434

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.166	-134.137	0	-135.303
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-134.137	0	-134.137
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	87	0	0	87
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	586.132	-417	585.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	585.715	0	585.715
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	417	-417	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	417	-417	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.865.732	451.995	-1.415.064	3.382.979

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	17.954	16.718
7.01.02	Outras Receitas	17.954	16.718
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.931	-12.889
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.931	-12.889
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.023	3.829
7.04	Retenções	-1.655	-1.658
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.655	-1.658
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.368	2.171
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	608.482	624.531
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	588.264	610.577
7.06.02	Receitas Financeiras	19.652	12.639
7.06.03	Outros	566	1.315
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	616.850	626.702
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	616.850	626.702
7.08.01	Pessoal	16.624	15.558
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.255	14.335
7.08.01.02	Benefícios	620	542
7.08.01.03	F.G.T.S.	749	681
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.126	20.959
7.08.02.01	Federais	26.862	19.892
7.08.02.03	Municipais	1.264	1.067
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	810	4.470
7.08.03.01	Juros	777	4.460
7.08.03.02	Aluguéis	33	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	571.290	585.715
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	193.633	134.137
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	377.657	451.578

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	13.512.155	13.037.758
1.01	Ativo Circulante	3.738.057	3.898.270
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	410.046	1.019.482
1.01.03	Contas a Receber	2.568.989	2.238.333
1.01.03.01	Clientes	2.254.004	2.042.983
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.838.868	2.525.706
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-584.864	-482.723
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	314.985	195.350
1.01.04	Estoques	22.848	21.432
1.01.06	Tributos a Recuperar	422.156	306.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	422.156	306.698
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	222.676	110.766
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	199.480	195.932
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	314.018	312.325
1.01.08.03	Outros	314.018	312.325
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	19.867	19.039
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	2.697	14.807
1.01.08.03.04	Outros Créditos	193.654	184.422
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	45.339	43.449
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	51.323	49.470
1.02	Ativo Não Circulante	9.774.098	9.139.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.244.844	3.684.457
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	32.658	17.406
1.02.01.04.01	Clientes	18.757	4.491
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	13.901	12.915
1.02.01.07	Tributos Diferidos	569.418	659.034
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	569.418	659.034
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.642.560	3.007.809
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	304.695	368.709
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	414.892	439.879
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.172.131	948.715
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Setorial	279.859	0
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	338.215	329.418
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	153.805	149.731
1.02.01.10.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	58.245	0
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	920.718	771.357
1.02.02	Investimentos	311.881	382.859
1.02.02.01	Participações Societárias	311.881	382.859
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	138.733	218.211
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	173.148	164.648
1.02.03	Imobilizado	238.146	210.394

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	116.469	102.085
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.721	5.303
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	108.956	103.006
1.02.04	Intangível	4.979.227	4.861.778
1.02.04.01	Intangíveis	4.979.227	4.861.778
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.935.869	4.816.147
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	40.802	42.698
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	2.556	2.933

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	13.512.155	13.037.758
2.01	Passivo Circulante	3.033.880	3.049.785
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	239.174	217.785
2.01.01.01	Obrigações Sociais	239.174	217.785
2.01.02	Fornecedores	917.538	992.713
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	917.538	992.713
2.01.03	Obrigações Fiscais	407.581	277.397
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	199.857	94.409
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	109.635	2.818
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	62.898	54.756
2.01.03.01.03	Outros	27.324	36.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	205.704	180.497
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.020	2.491
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	395.627	416.104
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	326.034	213.853
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	169.853	114.891
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	156.181	98.962
2.01.04.02	Debêntures	69.593	202.251
2.01.05	Outras Obrigações	923.035	978.125
2.01.05.02	Outros	923.035	978.125
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	322.944	212.754
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	49.634	23.278
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	92.852	70.230
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	320.678	388.599
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	3.896	2.140
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	827	1.149
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	23.374	46.811
2.01.05.02.20	Outros	108.830	233.164
2.01.06	Provisões	150.925	167.661
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.925	167.661
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	150.925	167.661
2.02	Passivo Não Circulante	6.526.841	6.316.694
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.134.460	3.786.903
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.605.133	1.765.532
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	428.901	555.694
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.176.232	1.209.838
2.02.01.02	Debêntures	2.529.327	2.021.371
2.02.02	Outras Obrigações	411.702	455.996
2.02.02.02	Outros	411.702	455.996
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	3.795	8.969
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	85.682	78.661
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	0	21.400
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	297.502	326.032
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	9.600	3.838
2.02.02.02.11	Tributos a Recolher	15.123	17.096

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.03	Tributos Diferidos	115.523	108.460
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	115.523	108.460
2.02.04	Provisões	1.865.156	1.965.335
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.788.629	1.828.733
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.459	48.935
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	78.771	69.732
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.531.072	1.508.838
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	160.327	201.228
2.02.04.02	Outras Provisões	76.527	136.602
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	72.663	64.129
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	3.864	72.473
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.951.434	3.671.279
2.03.01	Capital Social Realizado	2.480.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.273.746	2.350.938
2.03.04.01	Reserva Legal	315.136	315.136
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.958.610	1.958.512
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	77.290
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	378.077	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.180.705	-1.159.975

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.962.903	8.839.976	2.626.662	7.846.682
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.335.199	7.497.522	2.071.102	6.887.874
3.01.02	Receita de Construção	290.080	797.121	248.751	645.655
3.01.03	Receita de Ativo / Passivo Financeiro Setorial	332.121	517.889	302.707	293.780
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	5.503	27.444	4.102	19.373
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.498.293	-7.241.038	-2.276.733	-6.434.658
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.969.636	-5.716.798	-1.795.269	-5.087.063
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-5.038	-15.491	-4.036	-11.403
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-233.539	-711.628	-228.677	-690.537
3.02.04	Custo de Construção	-290.080	-797.121	-248.751	-645.655
3.03	Resultado Bruto	464.610	1.598.938	349.929	1.412.024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-140.609	-467.150	-182.520	-426.858
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.913	-88.057	-28.430	-88.579
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-183.412	-523.204	-163.749	-461.783
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-18.627	-145.906	-61.010	-127.321
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	98.132	291.214	82.849	291.451
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.659	-42.061	-30.832	-88.848
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.870	40.864	18.652	48.222
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	324.001	1.131.788	167.409	985.166
3.06	Resultado Financeiro	-107.495	-348.572	-82.190	-187.366
3.06.01	Receitas Financeiras	190.072	565.935	81.372	255.293
3.06.02	Despesas Financeiras	-297.567	-914.507	-163.562	-442.659
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	216.506	783.216	85.219	797.800
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.390	-211.926	-9.082	-212.085
3.08.01	Corrente	-19.361	-104.785	-5.344	-180.350
3.08.02	Diferido	-27.029	-107.141	-3.738	-31.735
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	170.116	571.290	76.137	585.715

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	170.116	571.290	76.137	585.715
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	170.116	571.290	76.137	585.715
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	4,1618	13,9762	1,8626	14,3291
3.99.01.02	PN	4,5779	15,3738	2,0489	15,762
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	4,1618	13,9762	1,8626	14,3291
3.99.02.02	PN	4,5779	15,3738	2,0489	15,762

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	170.116	571.290	76.137	585.715
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-20.310	-20.310	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	149.806	550.980	76.137	585.715
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	149.806	550.980	76.137	585.715

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	85.928	112.283
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.229.012	1.106.033
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	571.290	585.715
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	282.150	254.186
6.01.01.03	Despesa de IR e CSLL	211.926	212.085
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-40.864	-48.222
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-65.725	-61.448
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	523.410	338.034
6.01.01.07	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de ativos	275	160
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-97.779	-176.706
6.01.01.09	Juros Pagos	-320.815	-226.841
6.01.01.10	Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivos de Arrendamentos	-10	-43
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	105.323	106.076
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-138.817	-56.471
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	63.447	69.717
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-27.444	-19.373
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	145.906	127.321
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	2.546	1.843
6.01.01.19	Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	14.193	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.143.084	-993.750
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (Setorial, Bonificação de Outorga, Ind. Projeto Básico Usina Pery)	-167.797	4.079
6.01.02.03	Contas a Receber	-485.422	-279.131
6.01.02.04	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	-1.853	1.623
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-38.354	-105.622
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	49.272	3.535
6.01.02.07	Estoques	-1.416	1.641
6.01.02.09	Outras Contas - Ativo	-15.624	-45.193
6.01.02.10	Bônus Itaipu	-52.574	-3
6.01.02.11	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-322	7
6.01.02.13	PIS/Cofins a Restituir a Consumidores	-133.882	1.588
6.01.02.14	Fornecedores	-75.175	-161.293
6.01.02.15	Tributos a recolher	91.761	161.757
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	16.215	-6.880
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	25.691	-33.623
6.01.02.18	Passivo Financeiro Setorial	-151.247	-368.015
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-130.597	-205.338
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-71.760	37.118
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-700.662	-654.230
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado	-26.248	-28.872
6.02.02	Adições do Ativo de Contrato	-797.121	-645.655
6.02.03	Adições do Ativo Intangível	-144	0
6.02.05	Dividendos Recebidos	51.045	20.297

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.02.06	Alienação de Investimentos	71.806	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.298	972.601
6.03.01	Amortizações de Principal de Passivo de Arrendamentos	-6.810	-8.340
6.03.02	Amortização de Derivativos	-54.428	0
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-111.995	-33.561
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	22.430	72.809
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-144.281	-105.691
6.03.06	Ingresso de Debêntures	508.307	1.165.608
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-207.925	-118.224
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-609.436	430.654
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.019.482	906.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	410.046	1.336.850

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.192	-193.633	0	-270.825	0	-270.825
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-193.633	0	-193.633	0	-193.633
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	571.710	-20.730	550.980	0	550.980
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	571.290	0	571.290	0	571.290
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	420	-20.730	-20.310	0	-20.310
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	420	-420	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-20.310	-20.310	0	-20.310
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.273.746	378.077	-1.180.705	3.951.434	0	3.951.434

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	1.866.898	0	-1.414.647	2.932.567	0	2.932.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.166	-134.137	0	-135.303	0	-135.303
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.253	0	0	-1.253	0	-1.253
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-134.137	0	-134.137	0	-134.137
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	87	0	0	87	0	87
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	586.132	-417	585.715	0	585.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	585.715	0	585.715	0	585.715
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	417	-417	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	417	-417	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	1.865.732	451.995	-1.415.064	3.382.979	0	3.382.979

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	13.951.513	12.424.728
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.954.967	11.558.996
7.01.02	Outras Receitas	321.823	318.526
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	820.629	674.527
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-145.906	-127.321
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.442.350	-6.624.619
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.298.679	-5.580.073
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.143.671	-1.044.546
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.509.163	5.800.109
7.04	Retenções	-282.425	-254.347
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-282.425	-254.347
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.226.738	5.545.762
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	643.066	331.073
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	40.864	48.222
7.06.02	Receitas Financeiras	601.124	281.215
7.06.03	Outros	1.078	1.636
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.869.804	5.876.835
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.869.804	5.876.835
7.08.01	Pessoal	698.980	631.099
7.08.01.01	Remuneração Direta	449.750	397.877
7.08.01.02	Benefícios	221.307	206.991
7.08.01.03	F.G.T.S.	27.923	26.231
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.694.432	4.188.957
7.08.02.01	Federais	2.881.641	2.551.915
7.08.02.02	Estaduais	1.807.512	1.631.843
7.08.02.03	Municipais	5.279	5.199
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	905.102	471.064
7.08.03.01	Juros	898.381	465.087
7.08.03.02	Aluguéis	6.721	5.977
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	571.290	585.715
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	193.633	134.137
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	377.657	451.578

Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO****1. INVESTIMENTOS**

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado, Intangível e Participações em Pequenas Centrais Hidrelétricas no período de janeiro a setembro de 2025, chegaram a R\$1.047,7 milhão, avançando 26,06% em relação aos R\$831,1 milhões investidos no mesmo período de 2024, evidenciados no quadro a seguir:

Descrição	30.09.2025		30.09.2024		Consolidado
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Análise Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	1.021.346	97,48%	802.252	96,53%	27,31%
Recursos Próprios	797.121		645.655		
Participação Financeira do Consumidor	224.225		156.597		
Geração de Energia Elétrica	26.392	2,52%	28.872	3,47%	-8,59%
Parque Gerador Próprio	26.392		28.872		
Total	1.047.738	100,00%	831.124	100,00%	26,06%

Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume de R\$1.021,3 milhão foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$797,1 milhões foram com recursos próprios (sendo R\$739,8 milhões em materiais e serviços, R\$57,3 milhões em mão de obra própria) e R\$224,2 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021.

No acumulado do período até 30 de setembro de 2025, os investimentos realizados pela Celesc D totalizaram R\$943,4 milhões, destinados à expansão, modernização e manutenção da infraestrutura elétrica e à melhoria dos processos administrativos e operacionais da Companhia.

Do montante total investido, R\$618,5 milhões foram aplicados diretamente na rede de distribuição, com foco na ampliação, melhoria e manutenção.

Os investimentos visam aprimorar a eficiência operacional, aumentar a qualidade do fornecimento de energia elétrica e fortalecer a infraestrutura necessária para atender à crescente demanda do sistema elétrico, sendo que ainda foram aplicados em alta tensão:

- R\$167,1 milhões em linhas de distribuição;
- R\$82,7 milhões em subestações.

Além disso, foram realizados R\$74,4 milhões no sistema de medição, dos quais R\$18,7 milhões referem-se à aquisição de medidores inteligentes.

Na atividade de administração, os investimentos somaram R\$77,9 milhões, sendo os principais aportes destinados à área de tecnologia da informação.

- R\$48,1 milhões investidos em Tecnologia da Informação. Deste valor, destacam-se R\$22,9 milhões aplicados na implantação dos sistemas ADMS (Advanced Distribution Management System) e WFM (Workforce Management), voltados ao aprimoramento do Centro de Operação;
- R\$6,9 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos;
- R\$21,1 milhões aplicados na compra de novos veículos.

Os valores remanescentes foram destinados à melhoria das edificações administrativas e à aquisição de mobiliários.

Comentário do Desempenho

Geração de Energia Elétrica

Nos nove meses de 2025, foram realizados investimentos em ativos imobilizados e serviços correlatos às usinas fotovoltaicas e hidrelétricas da Celesc G, conforme detalhado a seguir:

- R\$ 14,8 milhões foram investidos em Estudos e Projetos na PCH Canoas;
- R\$ 4,2 milhões foram utilizados no gerador fotovoltaico Kit 1MW e montagens elétricas da UFV VIII;
- R\$ 3,2 milhões foram utilizados no gerador fotovoltaico Kit 1MW e montagens elétricas da UFV IX;
- R\$ 1,7 milhões foram investidos em mobilização e canteiro de obras da Usina Garcia;
- R\$ 360 mil foram aplicados em montagens elétricas da UFV Capivari de Baixo;
- R\$ 338 mil foram utilizados na aquisição de cabo óptico dielétrico para a UFV IV – Oeste;
- R\$ 286 mil foram empregados em dragagem e limpeza da represa e congêneres e projeto executivo civil da Usina Palmeiras;
- R\$ 227 mil foram empregados em serviços de unitização e imobilização de ativos, mão de obra e manutenção corretiva da Usina Maruim.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 3º trimestre de 2025 com valorização de 5,32%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou valorização de 7,26% no mesmo período.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 0,73% enquanto que as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 12,48%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2025 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %*
	30.09.2025	3º TRI 2025	
Celesc PN	101,73**	0,73%	35,84%
Celesc ON	98,00**	12,48%	45,52%
IBOVESPA	146.237	5,32%	10,94%
IEE	108.649	7,26%	20,97%

*Variações percentuais com ajuste a proventos

**Valores em R\$ (reais).

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de setembro de 2025, conforme demonstrado acima, são: R\$101,73 (cento e um reais e setenta e três centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$ 98,00 (noventa e oito reais) para cada ação ordinária - ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de setembro de 2025, está apresentada no organograma a seguir:


 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Comentário do Desempenho
ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Setembro/2025

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF LPAR FIA	ELETOBRAS	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,90% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,16% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,15% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,80% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,43% T	10,75% T	9,16% T	17,49% T

FREE FLOAT 75%		O = Ordinárias P = Preferenciais T = Total	
100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA
	32,5% Rondinha Energética		
	40,0% Xavantina Energética		
	49,0% Garça Branca		
			30,9% T
			ECTE
			100,0% ETSE
			CASAN
			9,91% O 9,81% P 9,86% T

Fonte: Celesc/DPRI

4. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Em 30 de setembro de 2025, a participação acionária dos investidores estrangeiros representa 0,57% do capital social total da Companhia, detendo o total de 221.705 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	221.705	0,57
Investidores Nacionais	38.349.886	99,43
Total	38.571.591	100,00

5. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.127	98,98%	29.107.604	75,46%

Comentário do Desempenho

6. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.127	98,98	29.107.604	75,46

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.09.2025					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	450.100	2,90	2.800.001	12,15	3.250.101	8,43
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	800.452	5,15	5.945.168	25,80	6.745.620	17,49
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$2.480.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

8. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2025, com um quadro funcional de 3.847 empregados. O total de empregados representa um aumento de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.747 empregados).

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	30.09.2025	30.09.2024	Consolidado
			Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	13.781.998	12.204.651	12,92%
Receita Operacional Líquida - ROL	8.839.976	7.846.682	12,66%
Resultado Operacional	1.131.788	985.166	14,88%
EBITDA	1.413.938	1.239.352	14,09%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	15,99%	15,79%	0,20 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	6,46%	7,46%	-1,00 p.p.
Resultado Financeiro	(348.572)	(187.366)	86,04%
Ativo Total	13.512.155	13.421.468	0,68%
Imobilizado	238.146	212.435	12,10%
Patrimônio Líquido	3.951.434	3.382.979	16,80%
Lucro Líquido	571.290	585.715	-2,46%

9.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

Nos nove meses de 2025, a Receita Operacional Bruta (ROB) consolidada totalizou R\$13,8 bilhões, representando um crescimento de aproximadamente 12,9% em relação ao mesmo período de 2024, quando foi registrada a marca de R\$12,2 bilhões.

Um dos fatores principais que contribuiu para o desempenho positivo foi o reajuste tarifário anual (RTA), da Celesc D, homologado em 22 de agosto de 2025, com nova tarifa vigente a partir desta data até agosto de 2026, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,53%.

Comentário do Desempenho

Na Celesc D, a ROB também apresentou aumento de 12,9%. Tal variação foi impulsionada por acréscimo de 9,0% na receita proveniente do fornecimento de energia elétrica; crescimento de 9,7% na receita relativa à disponibilidade de uso da rede elétrica; elevação expressiva de 219,7% na receita de Energia de Curto Prazo, que passou de R\$135,7 milhões acumulados nos nove meses de 2024 para R\$433,9 milhões no mesmo período de 2025, reflexo do aumento significativo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no período e da nova tarifa. A receita com ativos em construção também apresentou crescimento de 23,5%, porém, esse montante é compensado no resultado pelos correspondentes custos de construção registrados nos custos operacionais.

A Receita Operacional Líquida (ROL) da Celesc D acompanhou a variação da ROB, apresentando crescimento de 12,5%, ao passar de R\$7,7 bilhões acumulados nos nove meses de 2024 para R\$8,7 bilhões no mesmo período de 2025.

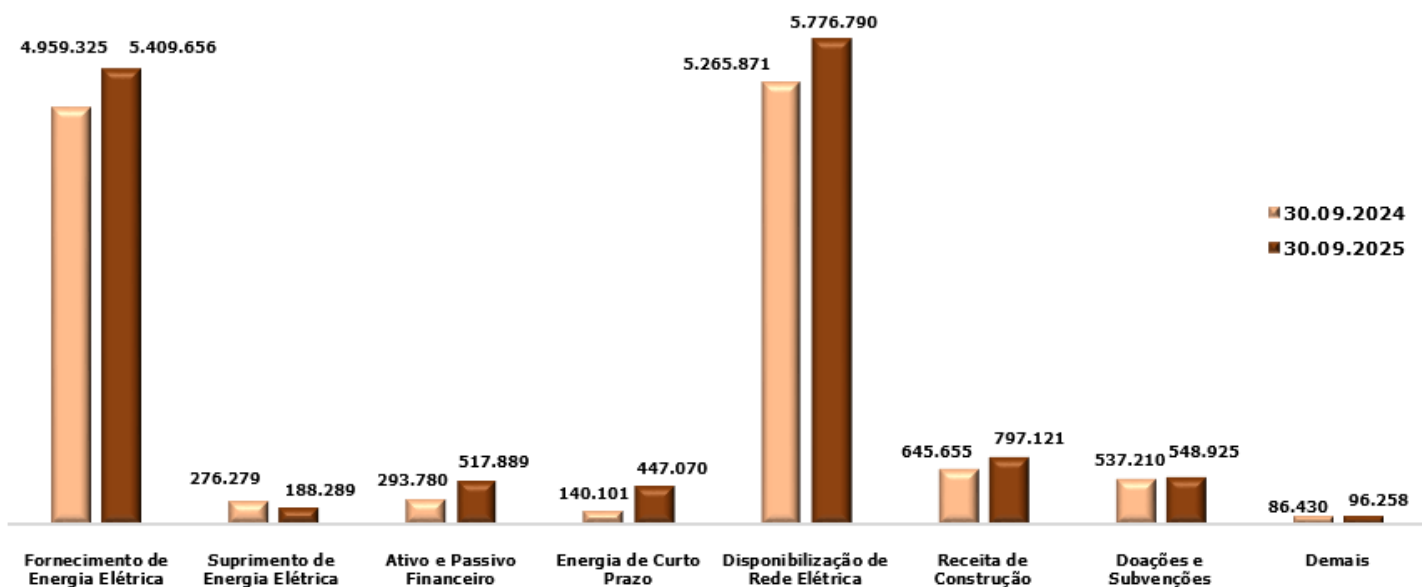
Na Celesc G, a ROB registrou aumento de 19,5%, influenciada principalmente pelo crescimento de 23,4% na receita de fornecimento de energia e de 18,0% na receita de suprimento de energia. Também foi observada elevação de 201,1% na receita de curto prazo, que passou de R\$4,4 milhões para R\$13,1 milhões (aumento absoluto de R\$8,7 milhões). Outro fator relevante é o reconhecimento dos juros e das atualizações monetárias dos Ativos Financeiros, que incluem os juros de bonificação de outorga e a indenização de usinas, ambos atualizados pelo IPCA e registrados nesse grupo, que demonstraram um aumento de aproximadamente 7,0% destas receitas, sendo em termo absoluto, aproximadamente R\$ 4,3 milhões superior ao mesmo período de 2024.

A ROL da Celesc G cresceu 20,3%, passando de R\$135,8 milhões no terceiro trimestre de 2024 para R\$163,4 milhões no mesmo período de 2025.



Comentário do Desempenho

Composição da Receita Bruta



9.2. Deduções da Receita

O aumento de 13,4% nas deduções está, principalmente, relacionado ao recolhimento dos tributos vinculados à ROB (aumento proporcional de 10,7% no recolhimento de ICMS e 13,1% de PIS/COFINS), na Celesc D. Observou-se ainda, o aumento de R\$250,3 milhões nos encargos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os encargos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), são calculados com a alíquota de 0,5%, cada um, sobre a ROL.

Houve, ainda, no trimestre a contabilização de R\$29,9 milhões de encargos sobre bandeiras tarifárias. Vale ressaltar que, os encargos de bandeira tarifária não são um custo para a distribuidora de energia, mas sim uma forma de repassar ao consumidor os custos variáveis na geração de eletricidade. A distribuidora atua como intermediária nesse processo, coletando o valor adicional na conta de luz e o repassando para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB), que é administrada pela CCEE sob a fiscalização da ANEEL.

9.3. Custos e Despesas

9.3.1. Custos

Nos nove meses de 2025, os custos e despesas operacionais consolidados apresentaram crescimento de aproximadamente 12,5%, em comparação ao mesmo período de 2024, refletindo, principalmente, o aumento nos custos com energia elétrica e com construção de ativos.

Os custos com energia elétrica registraram alta de 12,4%, influenciados majoritariamente pela elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) durante o exercício.

Na Celesc D, a energia elétrica comprada para revenda apresentou aumento de 20,8%, impulsionada pela maior exposição ao mercado de curto prazo e pela variação significativa do PLD no período. Nos nove meses de 2024, o PLD variou entre R\$61,00/MWh e R\$307,00/MWh, enquanto que no mesmo período de 2025 os valores oscilaram entre R\$59,00/MWh e R\$332,00/MWh.

Comentário do Desempenho

Na Celesc G, os custos com energia elétrica aumentaram 72,8%, reflexo de dois principais fatores: o crescimento de 61,2% no custo da energia convencional comprada para revenda e o significativo aumento de 109,0% na energia adquirida na CCEE, em decorrência da mesma variação do PLD mencionada acima.

Os custos de operação consolidados apresentaram elevação de 13,1% no período analisado.

Na Celesc D, os custos de operação aumentaram 12,9%, com destaque para o custo de construção, que cresceu 23,5%, passando de 645,7 milhões nos nove meses de 2024 para R\$797,1 milhões em 2025. Desconsiderando essa rubrica – que tem efeito neutro no resultado contábil por ter sua contrapartida registrada na receita de construção. Os demais custos de operação tiveram crescimento de 3,1% no período, refletindo a manutenção dos níveis de eficiência operacional da Companhia. Além disso, houve um expressivo aumento na recuperação de despesa de danos em linha/redes/subestações relacionados, sobretudo, a reembolsos de seguro de subestações, valores ressarcidos pelos consumidores em obras (obrigações especiais), abaloamento de poste e danos diversos ao sistema elétrico.

Na Celesc G, os custos de operação apresentaram acréscimo de R\$4,1 milhões, representando aumento de 35,9% em relação ao terceiro trimestre de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, do aumento de R\$1,9 milhão na depreciação e amortização, resultado da elevação do saldo do ativo imobilizado em serviço, decorrente das unitizações realizadas no encerramento de 2024; crescimento de R\$1,9 milhão na rubrica serviços de terceiros, relacionado à conclusão de ordens de manutenção, reforma e conservação de unidades administrativas e operacionais, cujos custos não foram integralmente unitizados e, portanto, foram lançados como custos operacionais no resultado do período.

9.3.2. Despesas Operacionais, Outras Receitas e Despesas, Equivalência Patrimonial

As despesas operacionais consolidadas, incluindo outras receitas/despesas operacionais e o resultado da equivalência patrimonial, totalizaram R\$467,2 milhões nos primeiros nove meses de 2025, frente aos R\$426,9 milhões registrados no mesmo período de 2024, representando um aumento de 9,4%.

Na Celesc D, o aumento foi de aproximadamente R\$48,8 milhões (11,2%), influenciado principalmente pela elevação nas despesas com vendas, que apresentaram crescimento de 7,9%. Este aumento decorre, em grande parte, da elevação na provisão para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja variação foi de 14,6%, com incremento de R\$18,6 milhões nesta conta.

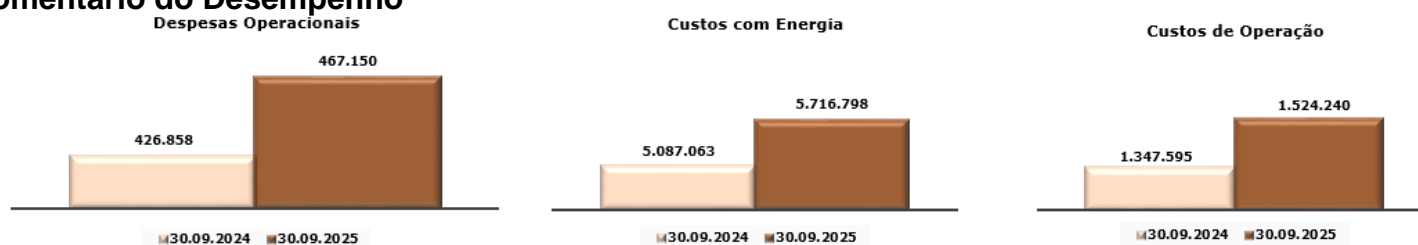
As despesas gerais e administrativas da Celesc D cresceram 14,0%, com acréscimo de R\$14,3 milhões nos serviços de terceiros (16,9%); aumento de R\$20,6 milhões (89,4%) na despesa de amortização, em razão da entrada em operação de investimentos no software comercial da Companhia.

Por outro lado, o resultado da rubrica outras receitas e outras despesas operacionais foi positivo nos nove meses de 2025, com variação de 23% em relação ao mesmo período de 2024, justificada principalmente pela redução de R\$36,2 milhões em provisões (-30,5%) e pelo aumento de 2,3% na receita de compartilhamento de infraestrutura (aluguel de postes).

Na Celesc G, observou-se redução de 44,8% nas despesas operacionais, refletindo, principalmente, o reconhecimento do ganho na alienação do direito mantido para venda referente à participação na EDP Aliança Transmissão e na Companhia Energética Rio das Flores - CRF. No que se refere às demais despesas, houve redução no ganho de equivalência patrimonial das coligadas, em decorrência da venda das duas participações já mencionadas. Adicionalmente, após o encerramento de ordens de investimento em curso, parte dos custos que não foram unitizados foi registrada diretamente no resultado como despesa operacional.

Comentário do Desempenho

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



9.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado foi negativo em R\$348,6 milhões nos nove meses encerrados em 30 de setembro de 2025, representando aumento de 86,0% em relação ao resultado negativo de R\$187,4 milhões apurado no mesmo período de 2024. A variação decorre, principalmente, do aumento das despesas financeiras, influenciado pela maior exposição do Grupo a encargos sobre endividamentos e pela manutenção de patamares elevados das taxas de juros ao longo do exercício.

Na Celesc D, o resultado financeiro foi deficitário em R\$165,2 milhões, impactado, sobretudo, pela elevação de 49,7% nos encargos de dívidas e juros sobre debêntures, que totalizaram R\$440,2 milhões nos nove meses de 2025, ante R\$294,1 milhões no mesmo período do exercício anterior. Esse desempenho reflete tanto o aumento do saldo médio de endividamento quanto a variação das taxas de juros incidentes sobre os financiamentos contratados.

Ainda na Celesc D, destaca-se o reconhecimento, no segundo trimestre de 2025, de R\$53,4 milhões em despesas financeiras decorrentes de decisão administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme Despacho nº 2.203, de 22 de julho de 2025. A deliberação ocorreu após o encerramento da Consulta Pública nº 05/2021 e validou o entendimento da Agência quanto à metodologia de atualização dos valores a serem devolvidos aos consumidores, referentes aos créditos tributários de PIS/COFINS sobre a base de cálculo do ICMS.

A Companhia, nos processos tarifários de 2022 e 2023, sustentava que os valores já devolvidos aos consumidores haviam sido atualizados conforme a legislação tributária vigente e em linha com a Lei nº 14.385/2022. No entanto, a ANEEL concluiu que, por se tratar de passivo tarifário, a atualização deveria ocorrer com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia utilizada pela Receita Federal. Em razão dessa decisão, a diferença de atualização financeira foi reconhecida como despesa no resultado do semestre.

A partir do segundo trimestre de 2025, a Celesc D intensificou as ações voltadas à regularização de faturas em atraso junto aos consumidores, aplicando acréscimos financeiros sobre os débitos e ampliando a oferta de parcelamentos. Como resultado, houve incremento de 41,5% nas receitas financeiras associadas, correspondendo a acréscimo de R\$35,2 milhões em comparação ao terceiro trimestre de 2024. Esse resultado demonstra a efetividade das medidas de recuperação de crédito adotadas e a consequente melhora na eficiência da gestão da inadimplência.

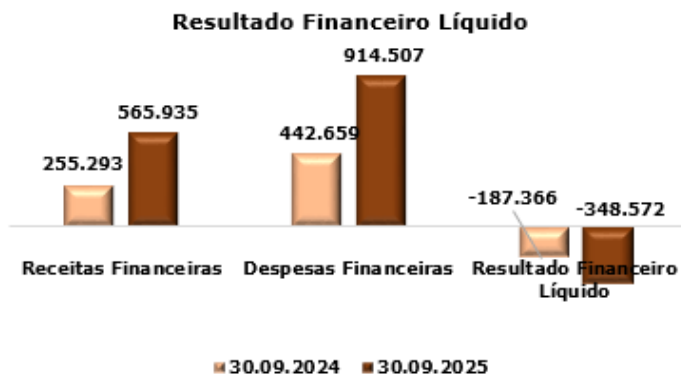
Na Celesc G, o resultado financeiro líquido apresentou crescimento de 16,9% (R\$ 759 mil) em relação ao mesmo período de 2024, refletindo a combinação do aumento das receitas financeiras e da elevação das despesas financeiras no período.

As receitas financeiras registraram expansão de R\$5,8 milhões nos nove meses de 2025, impulsionadas, principalmente, pelo maior rendimento das aplicações financeiras, em um cenário de rentabilidade média mais elevada, e pela atualização monetária do contrato de mútuo mantido com a Celesc D, que contribuiu com R\$6,0 milhões. Importa destacar que, para fins de consolidação das demonstrações financeiras, essa receita é eliminada por se tratar de operação intragrupo.

Por outro lado, as despesas financeiras apresentaram aumento de R\$5,1 milhões no período, influenciadas, sobretudo, pela elevação dos encargos sobre dívidas, acompanhando a variação das taxas de juros

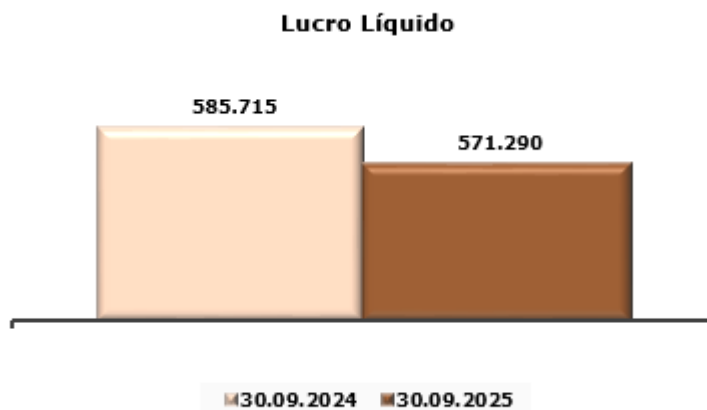
Comentário do Desempenho

incidentes sobre os financiamentos contratados. Como resultado, o desempenho financeiro líquido manteve trajetória positiva.



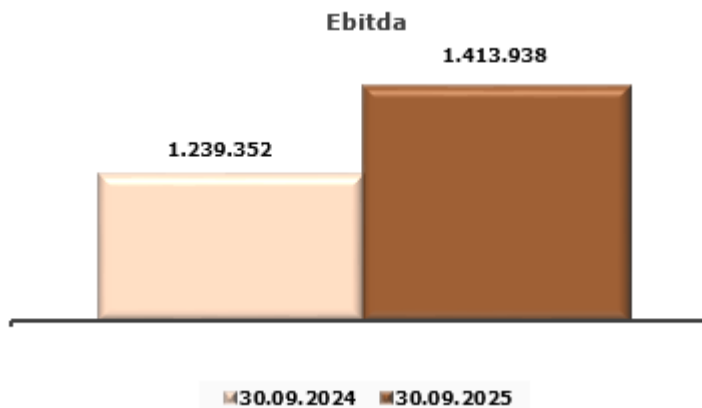
9.5. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, nos nove meses de 2025, um Lucro Líquido de R\$571,3 milhões, representando uma redução de 2,46% se comparado ao mesmo período de 2024, cujo valor foi de R\$585,7 milhões.



9.6. EBITDA

A Companhia divulga o EBITDA e o utiliza para medir o seu desempenho. Ele tem como base os valores apresentados nas demonstrações financeiras, não sendo excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.



Comentário do Desempenho

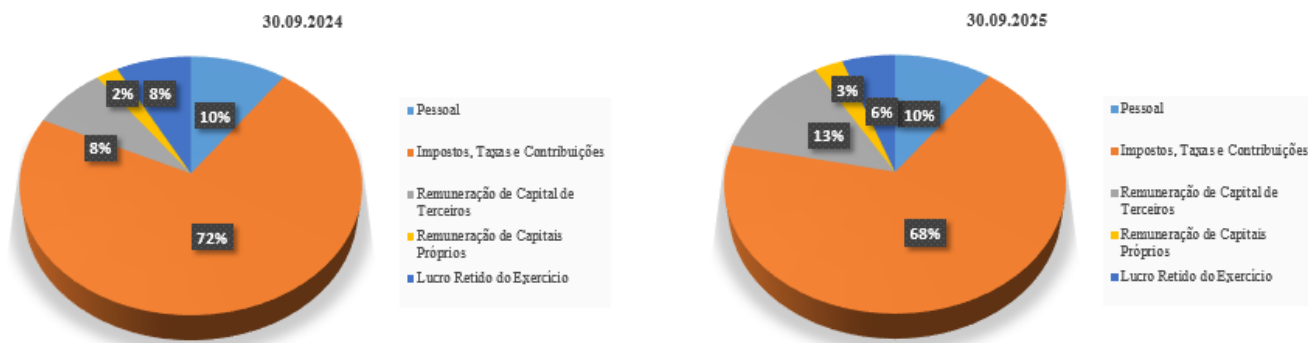
A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

	Consolidado	
Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	30.09.2025	30.09.2024
Lucro Líquido	571.290	585.715
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	211.926	212.085
Resultado Financeiro	348.572	187.366
Depreciação e Amortização	282.150	254.186
EBITDA	1.413.938	1.239.352

O EBITDA no período de janeiro a setembro de 2025, atingiu o valor de R\$1.413,9 milhão, aproximadamente, 14,1% superior ao mesmo período de 2024, que foi de R\$1.239,4 milhão.

9.7. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração do Capital de Terceiros" e "Remuneração do Capital Próprio", permanecendo uma parte como "Lucro Retido do Exercício", nas seguintes proporções:



9.8. Índices Econômico-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

	Consolidado	
Índices	30.09.2025	30.09.2024
Liquidez Geral	0,83	0,79
Liquidez Corrente	1,23	1,31
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio	14,99%	18,55%
Endividamento Geral	70,76%	74,79%

No Balanço Patrimonial Consolidado de 30 de setembro de 2025, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R\$704,2 milhões, com um índice de 1,23.

10. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

O indicador de inadimplência mede a proporção da receita faturada que não foi efetivamente recebida em determinado período. Seu cálculo considera a razão entre o valor total de inadimplência apurado e a Receita Operacional Bruta acumulada proveniente do fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia, disponibilização da rede elétrica e serviços taxados no mesmo período. Essa metodologia proporciona uma análise precisa das variações percentuais da inadimplência em relação à receita operacional.

No terceiro trimestre de 2025, a inadimplência de curto prazo — correspondentes a valores vencidos há até

Comentário do Desempenho

90 dias, período que concentra a maior parte das ações de cobrança — apresentou redução de 3,70 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, passando de 16,61% para 12,91%. A inadimplência de longo prazo — referente a valores vencidos há mais de 90 dias — também registrou queda, ainda que em menor magnitude, com redução de 0,24 ponto percentual. No consolidado total, a inadimplência apresentou retração de 0,46 ponto percentual na comparação trimestral, representando aproximadamente 2,08% da Receita Operacional Bruta no período.

O cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

Indicador de Inadimplência até 90 dias: Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.

Indicador de Inadimplência acima de 90 dias: Este indicador compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.

Indicador de Inadimplência Total: Este indicador compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

Classes	Inadimplência até 90 Dias										Variação 2T25-3T25
	3T24		4T24		1T25		2T25		3T25		
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Residencial	289.907	9,29%	268.851	7,67%	374.386	9,14%	332.744	9,20%	266.708	7,65%	-1,55 p.p
Industrial	52.200	1,67%	55.467	1,58%	57.805	1,41%	54.210	1,50%	45.302	1,30%	-0,20 p.p
Comercial	95.331	3,05%	93.584	2,67%	121.728	2,97%	113.731	3,14%	82.248	2,36%	-0,78 p.p
Rural	25.292	0,81%	27.842	0,79%	39.129	0,95%	29.425	0,81%	23.542	0,68%	-0,14 p.p
Poder Público	30.085	0,96%	23.840	0,68%	14.315	0,35%	10.283	0,28%	5.774	0,17%	-0,12 p.p
Iluminação Pública	34.362	1,10%	9.155	0,26%	6.607	0,16%	2.184	0,06%	286	0,01%	-0,05 p.p
Serviço Público	13.142	0,42%	21.415	0,61%	2.864	0,07%	8.835	0,24%	2.127	0,06%	-0,18 p.p
Suprimentos	85	0,00%	2.867	0,08%	615	0,02%	261	0,01%	1.449	0,04%	+0,03 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	28.833	0,92%	13.786	0,39%	22.283	0,54%	33.314	0,92%	14.430	0,41%	-0,51 p.p
Diversos Créditos	13.462	0,43%	10.984	0,31%	3.841	0,09%	5.929	0,16%	3.171	0,09%	-0,07 p.p
Serviço Taxado	138	0,00%	147	0,00%	172	0,00%	132	0,00%	315	0,01%	0,01 p.p
Participação Financeira	5.164	0,17%	3.644	0,10%	4.401	0,11%	9.765	0,27%	4.647	0,13%	-0,14 p.p
Total	588.001	18,84%	531.583	15,16%	648.146	15,82%	600.813	16,61%	449.999	12,91%	-3,70 p.p.
ROB 1º ao 3º Mês	3.121.175		3.505.522		4.097.758		3.617.097		3.486.037		
R\$ Mil											

Classes	Inadimplência Acima de 90 dias										Variação 2T25-3T25
	3T24		4T24		1T25		2T25		3T25		
	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	
Residencial	333.352	0,56%	394.759	0,65%	431.231	0,71%	541.153	0,87%	509.925	0,80%	-0,07 p.p
Industrial	91.813	0,15%	105.149	0,17%	120.090	0,20%	138.992	0,22%	115.573	0,18%	-0,04 p.p
Comercial	170.521	0,28%	189.433	0,31%	203.120	0,33%	248.773	0,40%	213.120	0,33%	-0,06 p.p
Rural	20.127	0,03%	25.641	0,04%	31.921	0,05%	46.611	0,07%	35.093	0,06%	-0,02 p.p
Poder Público	8.926	0,01%	23.654	0,04%	35.788	0,06%	20.805	0,03%	9.207	0,01%	-0,02 p.p
Iluminação Pública	4.179	0,01%	8.681	0,01%	11.638	0,02%	4.627	0,01%	613	0,00%	-0,01 p.p
Serviço Público	2.497	0,00%	11.465	0,02%	15.002	0,02%	7.787	0,01%	7.641	0,01%	0,00 p.p
Suprimentos	0	0,00%	1.185	0,00%	1.157	0,00%	0	0,00%	1.061	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	11.247	0,02%	9.542	0,02%	10.933	0,02%	18.414	0,03%	9.820	0,02%	-0,01 p.p
Diversos Créditos	31.371	0,05%	33.255	0,06%	35.286	0,06%	31.940	0,05%	28.678	0,04%	-0,01 p.p
Serviço Taxado	4.733	0,01%	4.418	0,01%	4.307	0,01%	4.349	0,01%	4.198	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	6.210	0,01%	8.784	0,01%	11.843	0,02%	15.283	0,02%	14.786	0,02%	0,00 p.p
Total	684.976	1,14%	815.967	1,35%	912.316	1,50%	1.078.734	1,73%	949.715	1,49%	-0,24 p.p
ROB 4º ao 60º Mês	59.873.560		60.320.677		60.673.882		62.391.998		63.740.998		
R\$ Mil											

Comentário do Desempenho

Classes	Inadimplência Total										Variação 2T25-3T25
	3T24		4T24		1T25		2T25		3T25		
	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	% ROB	R\$ Mil	R\$ Mil	% ROB	
Residencial	623.259	0,99%	663.610	1,04%	805.617	1,24%	873.897	1,32%	776.633	1,16%	-0,17 p.p
Industrial	144.013	0,23%	160.616	0,25%	177.895	0,27%	193.202	0,29%	160.875	0,24%	-0,05 p.p
Comercial	265.852	0,42%	283.016	0,44%	324.848	0,50%	362.504	0,55%	295.368	0,44%	-0,11 p.p
Rural	45.420	0,07%	53.483	0,08%	71.050	0,11%	76.036	0,12%	58.635	0,09%	-0,03 p.p
Poder Público	39.011	0,06%	47.495	0,07%	50.103	0,08%	31.088	0,05%	14.981	0,02%	-0,02 p.p
Iluminação Pública	38.540	0,06%	17.837	0,03%	18.245	0,03%	6.811	0,01%	899	0,00%	-0,01 p.p
Serviço Público	15.639	0,02%	32.881	0,05%	17.866	0,03%	16.622	0,03%	9.768	0,01%	-0,01 p.p
Suprimentos	85	0,00%	4.052	0,01%	1.772	0,00%	261	0,00%	2.510	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	40.079	0,06%	23.328	0,04%	33.216	0,05%	51.728	0,08%	24.250	0,04%	-0,04 p.p
Diversos Créditos	44.833	0,07%	44.239	0,07%	39.127	0,06%	37.870	0,06%	31.849	0,05%	-0,01 p.p
Serviço Taxado	4.871	0,01%	4.565	0,01%	4.479	0,01%	4.481	0,01%	4.513	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	11.374	0,02%	12.428	0,02%	16.244	0,03%	25.048	0,04%	19.433	0,03%	-0,01 p.p
Total	1.272.977	2,02%	1.347.550	2,11%	1.560.462	2,41%	1.679.547	2,54%	1.399.714	2,08%	-0,46 p.p
ROB 1º ao 60º Mês	62.994.735		63.826.199		64.771.640		66.009.095		67.227.035		
R\$ Mil											

Em maio de 2024, a Celesc D fez a transição do sistema comercial até então utilizado para o sistema comercial *SAP S/4 Hana Utilities*, uma plataforma integrada e moderna que reúne gestão comercial, Agência Web e outros canais de atendimento. Esta transformação tem como finalidade melhorar o relacionamento com os mais de 3,5 milhões de clientes, ampliar os serviços digitais e proporcionar maior eficiência aos colaboradores da Celesc que atendem presencialmente.

Para esse trabalho foram desenvolvidas mais de 1000 aplicações e 20 integrações com outros Sistemas da Celesc, além da migração de todas as informações e serviços do sistema antigo para a nova plataforma, mais moderna no que se refere à gestão comercial no setor elétrico.

Entre as melhorias já disponíveis com esta migração, destaque para o pagamento da fatura via PIX, o acesso a serviços pelo aplicativo e a diferentes unidades consumidoras, de mesma titularidade, pelo mesmo login, em uma plataforma mais fácil e amigável.

Embora a migração represente um avanço importante, a integração de novas tecnologias trouxe desafios técnicos que impactaram alguns processos operacionais, em especial os relacionados ao faturamento, arrecadação e cobrança.

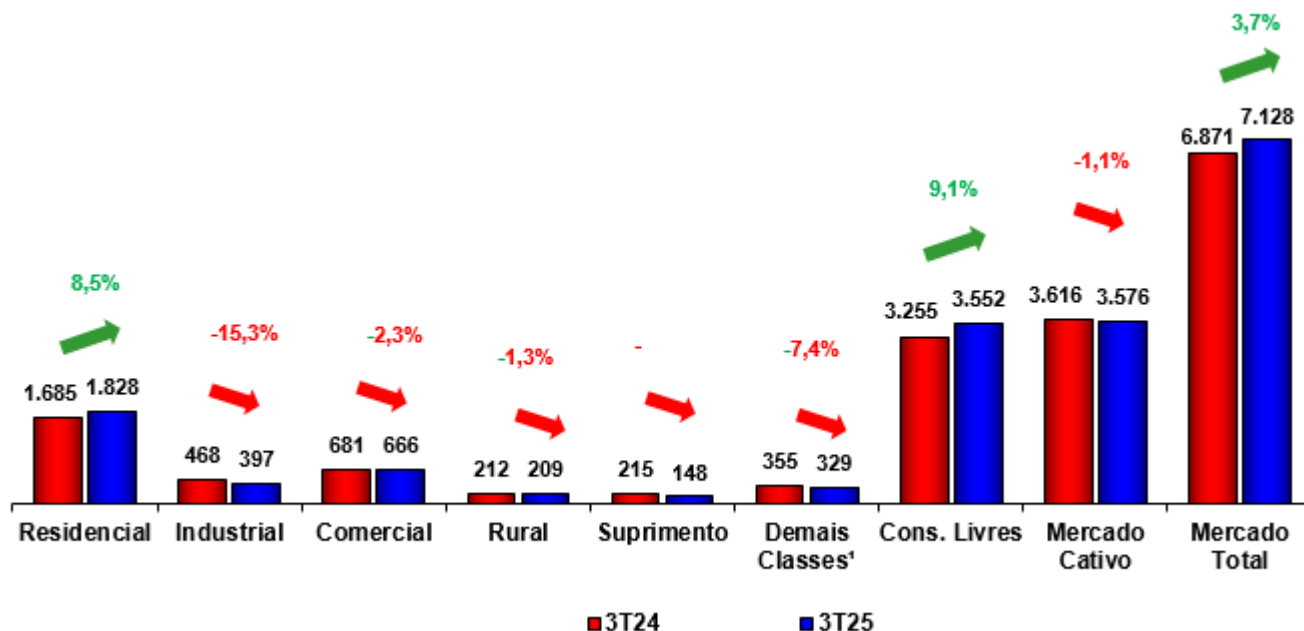
11. BALANÇO ENERGÉTICO

No período de janeiro a setembro de 2025, o mercado cativo da Celesc D apresentou uma redução de 1,1%, comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 3.576 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, também houve aumento no consumo de energia elétrica, nesse caso, de 3,7%, atingindo 7.128 GWh.

O consumo livre na área de concessão da Celesc D aumentou 9,1%, passando de 3.255 GWh para 3.552 GWh, comparando os períodos analisados.

No gráfico, a seguir, podem ser observados os valores de consumo em GWh de cada classe no mercado cativo, bem como do mercado total:

Comentário do Desempenho



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

13. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

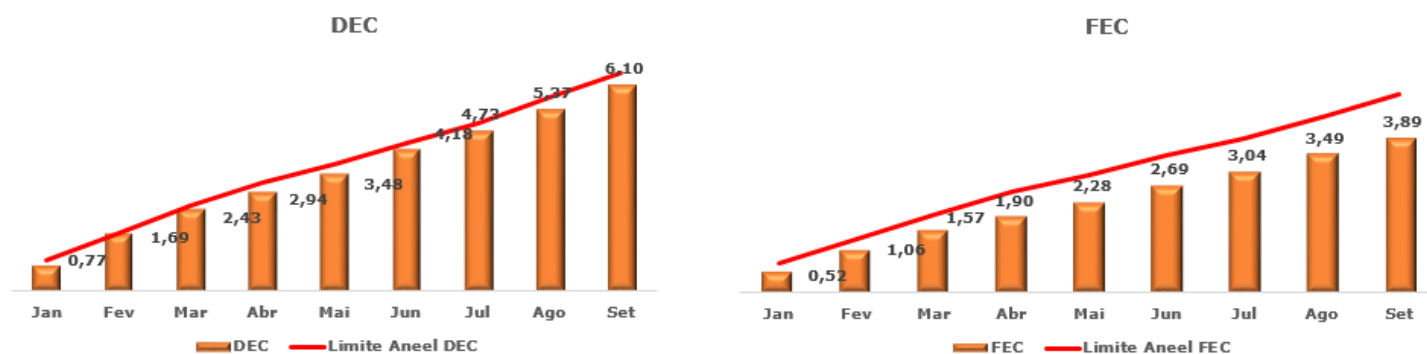
Descrição	2025		2024		Análise Vertical		Análise Horizontal			
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	3º Trim 2025	Acum 2025	3º Trim 2024	Acum 2024	3º Trim 25-24	Acum 25-24
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	1.519.399	4.843.470	1.233.030	4.303.819	51,6%	52,5%	48,9%	49,7%	23,2%	12,5%
Industrial	354.086	1.018.642	354.484	1.075.232	12,0%	11,1%	14,1%	12,4%	-0,1%	-5,3%
Comercial	612.007	2.032.680	519.757	1.909.857	20,8%	22,1%	20,6%	22,1%	17,7%	6,4%
Rural	188.957	560.061	161.917	535.450	6,4%	6,1%	6,4%	6,2%	16,7%	4,6%
Poder Público	98.982	298.011	75.321	273.747	3,4%	3,2%	3,0%	3,2%	31,4%	8,9%
Iluminação Pública	77.058	192.068	68.804	184.884	2,6%	2,1%	2,7%	2,1%	12,0%	3,9%
Serviço Público	54.931	157.558	52.131	154.075	1,9%	1,7%	2,1%	1,8%	5,4%	2,3%
Suprimento	40.812	114.879	53.795	214.259	1,4%	1,2%	2,1%	2,5%	-24,1%	-46,4%
TOTAL	2.946.232	9.217.369	2.519.239	8.651.323	100%	100%	100%	100%	16,9%	6,5%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.827.964	6.178.253	1.685.030	6.013.466	51,1%	51,2%	46,6%	47,9%	8,5%	2,7%
Industrial	396.528	1.232.032	467.900	1.451.757	11,1%	10,2%	12,9%	11,6%	-15,3%	-15,1%
Comercial	665.569	2.416.535	681.213	2.539.453	18,6%	20,0%	18,8%	20,2%	-2,3%	-4,8%
Rural	209.034	713.482	211.839	737.734	5,8%	5,9%	5,9%	5,9%	-1,3%	-3,3%
Poder Público	112.795	387.257	104.550	383.066	3,2%	3,2%	2,9%	3,1%	7,9%	1,1%
Iluminação Pública	148.653	446.325	167.031	456.154	4,2%	3,7%	4,6%	3,6%	-11,0%	-2,2%
Serviço Público	67.343	214.395	83.489	237.542	1,9%	1,8%	2,3%	1,9%	-19,3%	-9,7%
Suprimento	147.956	467.772	215.365	737.186	4,1%	3,9%	6,0%	5,9%	-31,3%	-36,5%
TOTAL	3.575.842	12.056.051	3.616.417	12.556.358	100%	100%	100%	100%	-1,1%	-4,0%

Excluindo consumo próprio.

14. INDICADORES DE RESILIÊNCIA DA REDE

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D acumulado no período de janeiro a setembro de 2025 foi de 6,10 horas, o que equivale a 94,3% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório (6,47). No mesmo período, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC ficou em 3,89 interrupções, o que representou 77,5% do limite regulatório estabelecido (5,02).

Comentário do Desempenho



15. PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão, e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
	Indicadores de qualidade	1 ano	Extinção da concessão
		2 anos consecutivos	Plano de resultados
		3 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
			Extinção da concessão

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória - QRR.
- Conforme Nota Técnica Aneel nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022 as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.
-

Comentário do Desempenho

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DECI ¹	FECi ¹	DECI	FECi	
2021	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR ² } <1/1,11*SELIC	10,33	8,06	9,6	6,5	Atendido
		DEC³	FEC³	DEC	FEC	
2022	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	10,18	7,99	8,73	6,03	Atendido
2023	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido
2024	DÍVIDA LIQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,40	7,29	8,71	5,85	Atendido

¹ DECI-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora: e FECi-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

³ DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

16. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 77: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

17. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 80/2022, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 13 de novembro de 2025.

A Administração

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

**Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)**

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Circulante		467.015	400.340	3.738.057	3.898.270
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	106.021	96.878	410.046	1.019.482
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.568.989	2.238.333
IRPJ e CSLL a Recuperar	10.1	62.941	71.041	222.676	110.766
Tributos a Recuperar	10.2	-	-	199.480	195.932
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	11	297.397	231.959	2.697	14.807
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	12.2	-	-	45.339	43.449
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	13.3	-	-	19.867	19.039
Outros	20	656	462	268.963	256.462
Não Circulante		3.837.891	3.537.770	9.774.098	9.139.488
Realizável a Longo Prazo		86.237	101.148	4.244.844	3.684.457
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	18.757	4.491
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	58.245	-
Tributos Diferidos	16	-	-	569.418	659.034
Tributos a Recuperar	10.2	-	-	304.695	368.709
Depósitos Judiciais	28	86.029	100.940	414.892	439.879
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	13	-	-	1.172.131	948.715
Ativo Financeiro setorial	12	-	-	279.859	-
Ativo Financeiro -Bonificação de Outorga	12.2	-	-	338.215	329.418
Ativo Financeiro -Indenização Usina Pery	13.3	-	-	153.805	149.731
Ativo de Contrato	14	-	-	920.718	771.357
Outros	20	208	208	14.109	13.123
Investimentos	17	3.749.078	3.433.492	311.881	382.859
Imobilizado	18	20	197	238.146	210.394
Intangível	19	2.556	2.933	4.979.227	4.861.778
Total do Ativo		4.304.906	3.938.110	13.512.155	13.037.758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	30.09.2025	31.12.2024	Consolidado	
				30.09.2025	31.12.2024
Circulante		343.454	236.887	3.033.880	3.049.785
Fornecedores	21	502	1.502	917.538	992.713
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	326.034	213.853
Debêntures	23	-	-	69.593	202.251
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	-	-	92.852	70.230
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	2.919	2.165	239.174	217.785
IRPJ e CSLL a Recolher	26	1.444	82	109.635	2.818
Demais Tributos a Recolher	26	14.250	18.852	297.946	274.579
Dividendos e JCP Declarados	32.3	322.944	212.754	322.944	212.754
Taxas Regulamentares	27	-	-	49.634	23.278
Passivo de Arrendamento	18	21	208	3.896	2.140
Benefícios a Empregados	29	-	-	150.925	167.661
Passivo Financeiro Setorial	12	-	-	320.678	388.599
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	23.374	46.811
Outros	31	1.374	1.324	109.657	234.313
Não Circulante		10.018	29.944	6.526.841	6.316.694
Tributos a Recolher	26	-	-	15.123	17.096
Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	1.605.133	1.765.532
Debêntures	23	-	-	2.529.327	2.021.371
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	25	-	-	3.795	8.969
Tributos Diferidos	16	-	-	115.523	108.460
Taxas Regulamentares	27	-	-	85.682	78.661
Passivo de Arrendamento	18	-	-	9.600	3.838
Provisão para Contingências	28	10.018	29.944	334.084	456.497
Benefícios a Empregados	29	-	-	1.531.072	1.508.838
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	297.502	326.032
Passivo Financeiro Setorial	12	-	-	-	21.400
Patrimônio Líquido	32	3.951.434	3.671.279	3.951.434	3.671.279
Capital Social	32.1	2.480.000	2.480.000	2.480.000	2.480.000
Reservas de Capital	32.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	32.2	2.273.746	2.273.648	2.273.746	2.273.648
Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.4	(1.180.705)	(1.159.975)	(1.180.705)	(1.159.975)
Lucros Acumulados		378.077	-	378.077	-
Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	32.3	-	77.290	-	77.290
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.304.906	3.938.110	13.512.155	13.037.758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Trimestre		Acumulado do		Controladora	
		Atual		Período		Atual	
		01.07.2025	01.01.2025	01.07.2024	01.01.2024	01.07.2024	01.01.2024
		a	a	a	a	a	a
		30.09.2025	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2024	30.09.2024	30.09.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	33	-	-	-	-	-	-
Custos de Vendas /Serviços Prestados	33	-	-	-	-	-	-
Lucro Bruto		-	-	-	-	-	-
Despesas Operacionais		171.868	574.898	81.456	590.152	81.456	590.152
Despesas Gerais e Administrativas	33	(7.430)	(24.861)	(9.753)	(26.250)	(9.753)	(26.250)
Outras Receitas	33	4.772	14.059	4.593	8.051	4.593	8.051
Outras Despesas	33	(492)	(2.564)	(1.616)	(2.226)	(1.616)	(2.226)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	17	175.018	588.264	88.232	610.577	88.232	610.577
Resultado Antes do Resultado Financeiro		171.868	574.898	81.456	590.152	81.456	590.152
Resultado Financeiro	33	(1.236)	(2.164)	(5.351)	(5.355)	(5.351)	(5.355)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		170.632	572.734	76.105	584.797	76.105	584.797
IRPJ e CSLL	16	(516)	(1.444)	32	918	32	918
Corrente		(516)	(1.444)	32	-	32	-
Diferido		-	-	-	918	-	918
Lucro Líquido do Período		170.116	571.290	76.137	585.715	76.137	585.715
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia							
Durante o Período (expresso em R\$ por ação)							
Resultado Básico por Ação	32.4						
Ações Ordinárias Nominativas			13,9762		14,3291		14,3291
Ações Preferenciais Nominativas			15,3738		15,7620		15,7620
Resultado Diluído por Ação	32.4						
Ações Ordinárias Nominativas			13,9762		14,3291		14,3291
Ações Preferenciais Nominativas			15,3738		15,7620		15,7620

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Consolidado			
		Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
		Atual	Período	Atual	Período
		01.07.2025	01.01.2025	01.07.2024	01.01.2024
		a	a	a	a
		30.09.2025	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	33	2.962.903	8.839.976	2.626.662	7.846.682
Custos de Vendas /Serviços Prestados	33	(2.498.293)	(7.241.038)	(2.276.733)	(6.434.658)
Lucro Bruto		464.610	1.598.938	349.929	1.412.024
Despesas Operacionais		(140.609)	(467.150)	(182.520)	(426.858)
Despesas com Vendas	33	(30.913)	(88.057)	(28.430)	(88.579)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	33	(18.627)	(145.906)	(61.010)	(127.321)
Despesas Gerais e Administrativas	33	(183.412)	(523.204)	(163.749)	(461.783)
Outras Receitas	33	98.132	291.214	82.849	291.451
Outras Despesas	33	(16.659)	(42.061)	(30.832)	(88.848)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	17	10.870	40.864	18.652	48.222
Resultado Antes do Resultado Financeiro		324.001	1.131.788	167.409	985.166
Resultado Financeiro	33	(107.495)	(348.572)	(82.190)	(187.366)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		216.506	783.216	85.219	797.800
IRPJ e CSLL	16	(46.390)	(211.926)	(9.082)	(212.085)
Corrente		(19.361)	(104.785)	(5.344)	(180.350)
Diferido		(27.029)	(107.141)	(3.738)	(31.735)
Lucro Líquido do Período		170.116	571.290	76.137	585.715
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia					
Durante o Período (expresso em R\$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	32				
Ações Ordinárias Nominativas			13,9762		14,3291
Ações Preferenciais Nominativas			15,3738		15,7620
Resultado Diluído por Ação	32				
Ações Ordinárias Nominativas			13,9762		14,3291
Ações Preferenciais Nominativas			15,3738		15,7620

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Trimestre		Acumulado do		Controladora/Consolidado	
		Atual	Período	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
		01.07.2025	01.01.2025	01.07.2024	01.01.2024	01.07.2024	01.01.2024
		a	a	a	a		
		30.09.2025	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2024		
Lucro Líquido do Período	33	170.116	571.290	76.137	585.715		
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		(20.310)	(20.310)				
Itens que não serão reclassificados para o resultado							
Remensuração do Passivo de Benefício Definido, Líquido de Tributos	32.6	(20.310)	(20.310)	-	-		
Resultado Abrangente do Período		149.806	550.980	76.137	585.715		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

											Controladora/Consolidado	
Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total	
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.480.000	316	315.136	1.958.512	77.290	12.339	(1.035.053)	(137.261)	-	3.671.279	
Transações de Capital com Acionistas												
Juros sobre Capital Próprio	32.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(193.633)	(193.633)	
Dividendos	32.3	-	-	-	-	(77.290)	-	-	-	-	(77.290)	
Reversão Dividendos e JCP Prescritos	32.3	-	-	-	98	-	-	-	-	-	98	
Resultado Abrangente Total												
Lucro Líquido do Período	33	-	-	-	-	-	-	-	-	571.290	571.290	
Realização do Custo Atribuído	32.6	-	-	-	-	-	(420)	-	-	420	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.6	-	-	-	-	-	-	(20.310)	-	-	(20.310)	
Saldos em 30 de setembro de 2025		2.480.000	316	315.136	1.958.610	-	11.919	(1.055.363)	(137.261)	378.077	3.951.434	

											Controladora/Consolidado	
Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Dividendos Adicionais à Disposição da AGO	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total	
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.480.000	316	279.347	1.586.298	1.253	12.894	(1.290.280)	(137.261)	-	2.932.567	
Transações de Capital com Acionistas												
Juros Sobre Capital Próprio	32.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.137)	(134.137)	
Reversão de Dividendos e JSCP prescritos	32.3	-	-	-	87	-	-	-	-	-	87	
Dividendos	32.3	-	-	-	-	(1.253)	-	-	-	-	(1.253)	
Resultado Abrangente Total												
Lucro Líquido do Período	33	-	-	-	-	-	-	-	-	585.715	585.715	
Realização do Custo Atribuído	32.5	-	-	-	-	-	(417)	-	-	417	-	
Saldos em 30 de setembro de 2024		2.480.000	316	279.347	1.586.385	-	12.477	(1.290.280)	(137.261)	451.995	3.382.979	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO****Em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024****(Valores expressos em milhares de reais)**

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Lucro Líquido de Período		571.290	585.715	571.290	585.715
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa (Aplicado nas) Gerado Pelas atividades operacionais		(610.699)	(618.044)	1.076.316	923.865
Depreciação e Amortização	18	1.655	1.658	282.150	254.186
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	18	-	-	63.447	69.717
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	17	(588.264)	(610.577)	(40.864)	(48.222)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	14	-	-	(27.444)	(19.373)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	14	-	-	2.546	1.843
Juros e Variações Monetárias		(4.927)	(2.642)	523.410	338.034
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	28	(20.607)	(5.565)	(138.817)	(56.471)
Despesas Atuariais	29	-	-	105.323	106.076
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	18	-	-	275	160
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	24	-	-	14.193	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	33.2	-	-	145.906	127.321
Atualização /Juros Retorno/Bonificação Outorga/Ind. Usina Pery	33.3	-	-	(65.725)	(61.448)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		1.444	(918)	211.926	212.085
Baixas de Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamentos - Líquido		-	-	(10)	(43)
(Aumento) Redução nos Ativos		28.432	9.462	(661.194)	(419.068)
Contas a Receber	9	-	-	(485.422)	(279.131)
Tributos a Recuperar		8.100	4.650	(38.354)	(105.622)
Depósitos Judiciais		20.526	4.922	49.272	3.535
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	(167.797)	4.079
Outras Variações nos Ativos		(194)	(110)	(18.893)	(41.929)
Aumento (Redução) nos Passivos		(20.508)	(19.291)	(481.890)	(574.682)
Fornecedores		(1.000)	(386)	(75.175)	(161.293)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		754	723	16.215	(6.880)
Tributos a Recolher		(20.312)	(20.071)	91.761	161.757
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(151.247)	(368.015)
Taxas Regulamentares		-	-	25.691	(33.623)
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	30	-	-	(133.882)	1.588
Benefícios a Empregados		-	-	(130.597)	(205.338)
Bônus Itaipu		-	-	(52.574)	(3)
Outras Variações no Passivo		50	443	(72.082)	37.125
Juros Pagos	22.4	(726)	(21)	(97.779)	(226.841)
IR e CSLL Pagos		(7)	(68)	(320.815)	(176.706)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades Operacionais		(32.218)	(42.247)	85.928	112.283
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Imobilizado	18	-	-	(26.248)	(28.872)
Adições Ativo de Contrato	14	-	-	(797.121)	(645.655)
Adições Ativo Intangível	19	-	-	(144)	-
Integralização de Capital	17.2	(67.902)	-	-	-
Alienação de Investimentos	17.2	-	-	71.806	-
Dividendos e JCP Recebidos		253.731	148.407	51.045	20.297
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades de Investimento		185.829	148.407	(700.662)	(654.230)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	22.430	72.809
Ingresso de Debêntures	23	-	-	508.307	1.165.608
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	22	-	-	(111.995)	(33.561)
Amortização de Derivativos	24	-	-	(54.428)	-
Pagamento de Debêntures	23	-	-	(207.925)	(118.224)
Pagamento de JCP e Dividendos		(144.281)	(105.691)	(144.281)	(105.691)
Pagamento Passivo de Arrendamento	18	(187)	(173)	(6.810)	(8.340)
Caixa Líquido (utilizado nas) Atividades de Financiamento		(144.468)	(105.864)	5.298	972.601
(Redução) Aumento Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa		9.143	296	(609.436)	430.654
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	96.878	56.671	1.019.482	906.196
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	106.021	56.967	410.046	1.336.850
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		9.143	296	(609.436)	430.654

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024 (Reclassificado)
Receitas	33	17.954	16.718	13.951.513	12.424.728
Receita de Contrato com Clientes		-	-	12.954.967	11.558.996
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	820.629	674.527
Outras Receitas		17.954	16.718	321.823	318.526
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(145.906)	(127.321)
Insumos Adquiridos de Terceiros	33	(7.931)	(12.889)	(7.442.350)	(6.624.619)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(6.298.679)	(5.580.073)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(7.931)	(12.889)	(1.143.671)	(1.044.546)
Valor Adicionado Bruto		10.023	3.829	6.509.163	5.800.109
Depreciação, Amortização		(1.655)	(1.658)	(282.425)	(254.347)
Valor Adicionado Líquido Produzido		8.368	2.171	6.226.738	5.545.762
Valor Adicionado Recebido em Transferência		608.482	624.531	643.066	331.073
Resultado de Equivalência Patrimonial	17	588.264	610.577	40.864	48.222
Receitas Financeiras	33	19.652	12.639	601.124	281.215
Outras Receitas		566	1.315	1.078	1.636
Valor Adicionado Total a Distribuir		616.850	626.702	6.869.804	5.876.835
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	25	(16.624)	(15.558)	(698.980)	(631.099)
Remuneração Direta		(15.255)	(14.335)	(449.750)	(397.877)
Benefícios		(620)	(542)	(221.307)	(206.991)
FGTS		(749)	(681)	(27.923)	(26.231)
Impostos, Taxas e Contribuições	26	(28.126)	(20.959)	(4.694.432)	(4.188.957)
Federais		(26.862)	(19.892)	(2.881.641)	(2.551.915)
Estaduais		-	-	(1.807.512)	(1.631.843)
Municipais		(1.264)	(1.067)	(5.279)	(5.199)
Remuneração de Capital de Terceiros	33	(810)	(4.470)	(905.102)	(471.064)
Juros		(777)	(4.460)	(898.381)	(465.087)
Aluguéis		(33)	(10)	(6.721)	(5.977)
Remuneração de Capitais Próprios	32	(571.290)	(585.715)	(571.290)	(585.715)
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(193.633)	(134.137)	(193.633)	(134.137)
Lucro Retido do Período		(377.657)	(451.578)	(377.657)	(451.578)
Valor Adicionado Distribuído		(616.850)	(626.702)	(6.869.804)	(5.876.835)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc, Companhia ou Controladora, e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o Grupo) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Foi fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955. Em 22 de julho de 1999, foi assinado o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamentava a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 29 de setembro de 2006, com o processo de desverticalização, as atividades de distribuição e geração de energia foram repassadas às suas subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração, respectivamente, constituídas como sociedades anônimas de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 13.570/2005.

Tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, sendo o Capital Social subscrito e integralizado de R\$2,48 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Celesc, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**2.1. Subsidiárias Integrais****2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

Em 9 de dezembro de 2015, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.581.913 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório da Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Notas Explicativas

a) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2024

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.374/2024 e Nota Técnica nº 126/2024 -STR/ANEEL, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela subsidiária Celesc D, a partir de 22 de agosto de 2024 até 21 de agosto de 2025. O RTA de 2024 da Celesc D conduz a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 3,02%, sendo de 0,75%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,19%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

b) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2025

Em 22 de agosto de 2025, entrou em vigor o Reajuste Tarifário Anual da Celesc D, homologado pela ANEEL, conforme a Resolução Homologatória nº 3.511/2025, decorrente do Processo nº 48500.003964/2025-61.

O referido reajuste resultou em um efeito médio de 13,53% nas tarifas aplicadas aos consumidores, sendo 15,80% em média para consumidores atendidos em alta tensão e 12,41% em média para consumidores conectados em baixa tensão.

A variação tarifária decorreu principalmente:

- do aumento dos encargos setoriais da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e da criação de novos encargos (ERCAP);
- do impacto da descotização de energia proveniente da Eletrobras sobre os contratos de compra de energia;
- do reajuste dos custos de transmissão de energia elétrica;
- da atualização da Parcela B, que reflete a inflação do período (IPCA) deduzida do Fator X regulatório.

Em contrapartida, contribuíram para atenuar o reajuste:

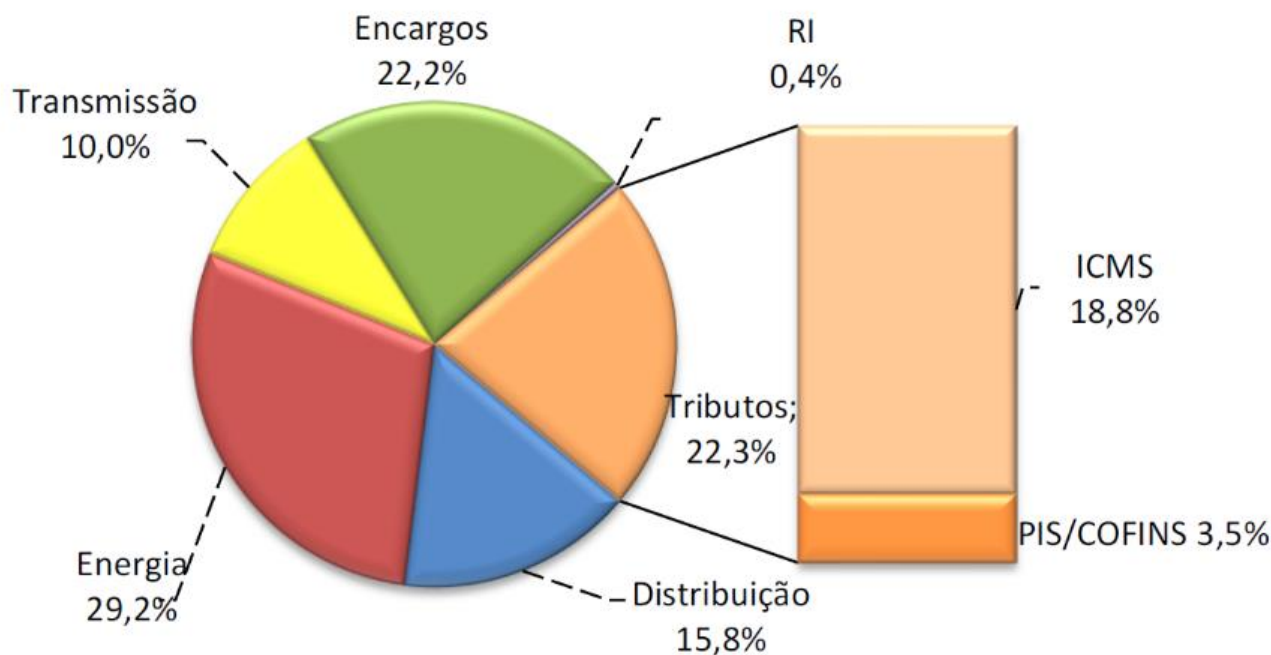
- a quitação antecipada das contas setoriais denominadas Conta Covid e Conta Escassez Hídrica,
- a devolução de créditos tributários de PIS e COFINS, conforme disciplinado pela Lei nº 14.385/2022.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens dos reajustes tarifários de 2024 e 2025.

Participação no Reajuste Tarifário 2025 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.511/2025)			Participação no Reajuste Tarifário 2024
Parcela A	Encargos Setoriais	7,86%	-1,21%
	Custos de Transmissão	0,72%	-2,72%
	Compra de Energia	1,30%	0,78%
	Receitas Irrecuperáveis	0,09%	0,03%
	Total Parcela A	9,97%	-3,12%
Parcela B	Total Parcela B	1,04%	0,55%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		11,01%	-2,57%
Componentes Financeiros do Processo Atual		0,41%	-1,07%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		2,11%	6,66%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		13,53%	3,02%

O gráfico a seguir demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da Receita Anual da Celesc D com tributos.

Notas Explicativas



c) Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, estabelecido pela Aneel, sinaliza possíveis acréscimos na conta de energia conforme as condições de geração elétrica, permitindo ajustar os custos da geração de energia de forma dinâmica.

De janeiro a abril de 2025, devido às condições favoráveis de geração de energia, a bandeira tarifária foi verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia. Em maio houve o acionamento da bandeira tarifária amarela. Nos meses de junho e julho o acionamento foi da bandeira tarifária vermelha patamar 1, indicando que as condições de geração de energia ficaram mais difíceis, resultando em um pequeno acréscimo na tarifa. Em agosto e setembro, o acionamento da bandeira tarifária vermelha – patamar 2, apontaram para o agravamento das condições hidrológicas desfavoráveis à geração de energia. Isso significa que o custo da energia está mais elevado, devido a fatores como a necessidade de acionar termelétricas mais caras para complementar o fornecimento.

Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D pela Agência reguladora de janeiro a setembro de 2025, foram de R\$69,4 milhões.

d) Bônus de Itaipu 2024

A ANEEL, por meio do despacho STR/ANEEL nº 1.405, 3 de maio de 2024, a agência reguladora informou que o saldo da Conta de Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu em 2023, foi positivo em R\$399,3 milhões e que o valor devolvido pelas distribuidoras, referente aos diferimentos de repasse tarifário com base nos saldos da Conta de Itaipu de 2020 e de 2021, perfaz R\$ 841,9 milhões.

Em novembro de 2024, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.420/2024, os valores a serem repassados pela ENBPar às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Para a Celesc, foi homologado o valor de R\$51,9 milhões, sendo que em janeiro de 2025, os consumidores da área de concessão da Celesc D receberam este crédito tarifário, referente ao chamado Bônus de Itaipu, por meio de repasse nas faturas emitidas em janeiro, conforme regramento definido pela ANEEL.

Notas Explicativas

e) Bônus de Itaipu 2025

Por meio do Ofício nº 272/2025/ENBPar, de 25 de abril de 2025, a ENBPar informou o resultado positivo da Conta de Comercialização de Energia Elétrica de Itaipu de 2024, apurado com base na nova redação do Decreto nº 11.027/2022, e solicitou a homologação do valor da reserva técnica financeira para 2025.

O Despacho nº 2.135, de 15 de julho de 2025, homologou o valor de R\$360,0 milhões a título de reserva técnica financeira, resultando no valor de R\$883,1 milhões a ser destinado ao bônus de Itaipu em 2025.

No dia 24 de julho de 2025, por determinação do Despacho nº 2.233, a ANEEL fixou os valores a serem repassados pela ENBPar às concessionárias e permissionárias de distribuição. À Celesc D, foram repassados R\$36,4 milhões, dos quais R\$36,3 milhões advém da aplicação da tarifa bônus de Itaipu definida pela ANEEL por meio do Ofício Circular nº 29/2025-STR/ANEEL; o restante advém de correção monetária não repassada aos consumidores, devendo ser restituído à ENBPar.

O crédito tarifário foi repassado aos consumidores da área de concessão da Celesc D no mês de agosto de 2025.

f) Medida Provisória nº 1.300

A Medida Provisória (MP) nº 1.300, publicada em 21 de maio de 2025, promoveu alterações relevantes no marco legal do setor elétrico brasileiro, com destaque para ajustes nas regras da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), aprimoramentos nos mecanismos de subsídios e flexibilização gradual do acesso ao mercado livre de energia.

Os principais pontos da MP nº 1.300/2025, são:

- Tarifa Social: A partir da MP 1.300, famílias de baixa renda (beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica) terão isenção total na conta de luz se o consumo mensal for de até 80 kWh;
- Abertura do Mercado de Energia: A medida antecipa o acesso de todos os consumidores ao mercado livre de energia, processo que era progressivo e restrito apenas a consumidores de alta/média tensão (Grupo A);
- Tarifas Rurais: As distribuidoras e consumidores rurais poderão acordar novos horários para tarifas especiais de irrigação e aquicultura, permitindo que o benefício seja usado em momentos de maior geração de energia (não apenas no período noturno);
- CDE e Regiões Sudam/Sudene: Valores provenientes do Uso do Bem Público (UBP) de usinas hidrelétricas serão direcionados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) exclusivamente para o abatimento de tarifas em 2025 e 2026 nas regiões da Sudam e Sudene.

A conversão da MP 1300 na Lei nº 15.235, de 8 de outubro de 2025, introduz medidas que afetam a formação tarifária do setor elétrico de maneira transversal, ampliando benefícios sociais, mecanismos de rateio de custos setoriais e ajustes na alocação de encargos entre classes de consumidores.

Esses dispositivos reforçam a necessidade de preservar a neutralidade econômica das distribuidoras, princípio segundo o qual políticas públicas setoriais não devem alterar de forma estrutural o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. A ampliação de isenções vinculadas à Tarifa Social e às quotas da CDE, por exemplo, desloca custos para o conjunto dos consumidores não beneficiados, exigindo mecanismos regulatórios de compensação que garantam a modicidade tarifária sem comprometer a sustentabilidade operacional das empresas.

Do ponto de vista tarifário, o aumento estrutural da despesa da CDE decorrente da expansão de subsídios pressionou o valor final da tarifa de energia. Em condições de maior sensibilidade de preço, a elevação tarifária pode refletir em efeitos indiretos, como maior inadimplência e crescimento de perdas não técnicas. Esses efeitos, embora externos ao controle direto das distribuidoras, impactam custos operacionais e indicadores de eficiência regulatória, exigindo que a regulação mantenha mecanismos automáticos de recomposição de receitas, evitando exposição financeira indevida das concessionárias, o que foi feito via mecanismo DMR (diferença mensal de receita).

Notas Explicativas

A implementação dos novos critérios da Tarifa Social, com faixas de consumo e descontos específicos, demandou também adaptação de sistemas comerciais, integração cadastral e revisão de processos internos.

g) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/2015 e nº 2.078/2016

A Celesc D ajuizou ação judicial para contestar o Despacho ANEEL nº 2.078/2016, buscando o reconhecimento das exposições contratuais de 2014 como involuntárias e a suspensão do redutor tarifário de R\$256,6 milhões na Revisão Tarifária Periódica de 2016.

Após sentença desfavorável em 1ª instância, foi interposta apelação. Em 2023, o Tribunal determinou o retorno do processo para produção de prova pericial. Laudo pericial, juntado em abril de 2025, trouxe conclusões favoráveis em pontos relevantes à tese da Celesc D. A ANEEL apresentou impugnação em agosto de 2025, que foi contestada pela Celesc em setembro de 2025.

Atualmente, o processo está em fase de razões finais na 1ª instância. Destacasse que os efeitos financeiros já foram tratados via diferimento, nos reajustes tarifários de 2019 a 2023.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

2.1.2.1. Ambiente Regulatório da Celesc G

a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Em 22 de julho de 2025, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.506, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2025/2026, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$10,5 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados ao final do período de sua concessão anterior.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual	Receita Mensal
	(R\$/mil)	(R\$/mil)
	Ciclo 2025/2026	Ciclo 2025/2026
UHE Pery	30.016	2.501
UHE Garcia	14.244	1.187
UHE Bracinho	18.394	1.533
UHE Cedros	13.459	1.122
UHE Palmeiras	28.867	2.406
UHE Salto	9.524	794

2.1.2.2. Parque Gerador da Celesc G

Em 30 de setembro de 2025, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, todas em operação comercial. Também possui, em operação comercial, sete empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais três empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no estado de Santa Catarina.

Notas Explicativas

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 137,01MWm, sendo 128,27MWm referentes ao parque próprio, destes 116,27MWm de fonte hídrica e 12MWm de fonte solar, e 8,74MWm referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota de suas centrais geradoras. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053***	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	09/11/2053***	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	06/01/2053***	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053***	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	09/11/2053***	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	03/06/2039***	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
CGH Maruim	São José/SC	(*)	1,00	0,65	(**)
Total			116,27	70,81	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(**) Não se aplica.

(***) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
UFV Videira	Videira/SC	out/2024	1,00
UFV Capivari de Baixo/SC	Capivari de Baixo/SC	jun/2025	3,00
Total			12,00

c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	02/10/2045*	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	28/04/2046*	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	18/07/2048**	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			22,18	12,46		8,74	4,89

(*) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

(**) A Resolução Homologatória nº 3.439/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão da usina listada.

Notas Explicativas

2.1.2.3 Transmissão

A Celesc G possuía 10 % de participação acionária em um empreendimento de transmissão de energia elétrica, em parceria existente entre Celesc G e EDP Energias do Brasil, na sociedade EDP Transmissão Aliança SC.

Em 23 de dezembro de 2024, a EDP comunicou ao mercado que fechou contrato de venda da totalidade da sua participação de 90% nessa sociedade para o Skyline Fundo de Investimento em Participações. Em 14 de fevereiro de 2025, a Celesc realizou comunicado ao mercado informando que optou por exercer o direito de venda conjunta (*tag along*).

O investimento foi contabilizado no Grupo por meio da equivalência patrimonial, até o mês de janeiro de 2025 e o valor contábil era de R\$60,3 milhões.

Em 30 de abril de 2025, após o cumprimento de todas as condições precedentes e a entrada dos recursos no caixa da Celesc G, foi realizado o fechamento da operação de venda e a efetiva transferência das ações representativas do capital social da EDP Transmissão Aliança SC S.A., anteriormente detidas pela Celesc G, para Edge Empreendimentos e Participações S.A., sociedade detida integralmente pela Classe Única Multiestratégia – Responsabilidade Limitada do Skyline Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento gerido pela Actis e a entrada dos recursos no caixa da Celesc G.

2.1.2.4. Alienação da Companhia Energética Rio das Flores S.A. – Rio das Flores

A Celesc G possuía 26,07 % de participação acionária na Companhia Energética Rio das Flores S.A. – Rio das Flores, empresa geradora de energia elétrica, por meio das usinas Prata (3,0 MW) e Belmonte (3,6 MW). A empresa conta ainda com uma subsidiária integral, a Companhia Energética Bandeirante (CBN), voltada à geração de energia elétrica por meio da usina Bandeirante (3,0 MW). O investimento era contabilizado no Grupo, até junho de 2025, por meio da equivalência patrimonial.

Em 28 de abril de 2025, o acionista Casaforte Energia S.A, detentor de 29,06% do capital social da Rio das Flores, efetuou proposta de compra da totalidade das ações possuídas pela Celesc G e demais acionistas da companhia.

Em 23 de junho de 2025, em reunião extraordinária, o Conselho de Administração da Celesc G aprovou a alienação da totalidade do investimento na Rio das Flores, comunicando, na mesma data, o fato ao mercado. O preço de aquisição foi determinado com data-base em 31 de dezembro de 2024 e ofertado na modalidade "locked-box", com ajuste (redução) exclusivamente em razão da distribuição de lucros (dividendos e/ou juros sobre o capital próprio) ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2025 e a data de fechamento da transação, e em valores superiores aos dividendos mínimos obrigatórios já provisionados.

Em 26 de setembro de 2025, a operação foi finalizada, quando ocorreu a assinatura dos documentos, o recebimento do montante de R\$16,8 milhões no caixa da Celesc G e a transferência das ações à compradora.

2.1.2.5. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

a) Entrada em Operação Comercial da CGH Maruim

A usina Maruim, de propriedade da Celesc G, localizada em São José/SC, iniciou sua operação em 1910, com 600 kW de capacidade instalada, tendo sido desativada em 1972. A casa de força possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20, motivo pelo qual foi tombada como patrimônio histórico e cultural e natural em 2005 pelo Decreto Municipal de São José/SC nº 18.707.

Em 2023, foram iniciadas as obras de reativação da usina, com capacidade instalada de 1 MW e garantia física de 0,65 MWh, utilizando a casa de força existente e adequando as demais estruturas civis e eletromecânicas. A entrada em operação em testes ocorreu em agosto de 2024 e a entrada em operação comercial ocorreu em junho de 2025, por meio do Despacho ANEEL nº 1.873 de 18 de junho de 2025.

A energia resultante do empreendimento foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2022/A-4, com tarifa atual de R\$309,00/MWh pelo prazo de 20 anos.

Notas Explicativas

b) Ampliação da CGH Caveiras

A CGH Caveiras, em operação desde 1949, está localizada no município de Lages/SC e possui capacidade instalada de 3,83 MW. O projeto de ampliação prevê um novo circuito de geração, contemplando canal de aproximação, tomada d'água, conduto forçado e casa de força com duas novas unidades geradoras do tipo turbina francis simples. Com a ampliação, a usina chegará à capacidade instalada de 9,4 MW.

O projeto, que já foi aprovado pela ANEEL em 2022, por meio do Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH o nº 1.102, obteve um importante avanço em 2024, com a emissão, pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o IMA, da Licença Ambiental de Instalação.

No segundo trimestre de 2025, foi protocolado junto à ANEEL, a solicitação para emissão da Resolução Autorizativa, visando a autorização para implantação do empreendimento. O cronograma prevê 18 meses de obras com investimento aproximado de R\$70,0 milhões.

A energia decorrente do projeto de ampliação foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2025/A-5, é 1,7MWh com tarifa atual de R\$402,77/MWh pelo prazo de 20 anos. O restante da energia do empreendimento será destinado ao ambiente de comercialização livre.

c) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC, possui 6,28 MW de potência instalada e está em operação desde 1914. O projeto de ampliação prevê novo circuito adutor, paralelo ao existente, a construção de uma nova casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, o que viabilizará incremento de 23MW à potência atual, totalizando a capacidade instalada em 29,28 MW.

Por ser uma usina que opera no regime de cotas, os procedimentos regulatórios para aprovação do Projeto de Ampliação seguem o PRORET 12.4 Ampliações em Instalações de Geração e a Portaria nº 418/2013 do Ministério de Minas e Energia (MME). Neste momento, o projeto está na fase final de aprovação, aguardando a emissão da Outorga pelo MME.

A Celesc G está executando a obra com prazo estimado de 30 meses e investimento total previsto de aproximadamente R\$ 240,0 milhões. Desse montante, cerca de 80% dos recursos já possuem financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

d) Ampliação da Usina Cedros e Construção da CGH Pinhal

A Usina Cedros, localizada no município de Rio dos Cedros/SC, com potência instalada de 8,4MW, está em operação desde 1949. Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de ampliação de geração de energia na Usina Cedros, através da instalação de nova unidade geradora na casa de força existente. Considerando estes estudos, foi elaborado o projeto de ampliação da usina.

Além da identificação de ampliação de geração na casa de força existente, os mesmos estudos identificaram a possibilidade de geração na barragem do Pinhal.

A barragem do Pinhal, que faz parte do complexo da Usina Cedros, trata-se de uma barragem que foi construída para regularização das vazões do rio Cedros, proporcionando melhor aproveitamento para a geração da PCH Cedros, localizada a jusante na cascata.

Os resultados dos estudos realizados à época, não tiveram avanços, tendo em vista a aproximação, à época, do término das concessões das usinas e suas indefinições.

Para retomada do projeto, em 2023, foi contratada a revisão dos estudos hidrológicos e análises hidroenergéticas do complexo, considerando a ampliação da Usina Cedros e a construção da CGH Pinhal de acordo com a Legislação e Regulação vigentes e vislumbrando o uso otimizado dos recursos hídricos.

Os novos estudos identificaram a viabilidade de construção de uma CGH na barragem do Pinhal, com potência instalada de 400kW, além da instalação de uma nova unidade geradora de 10,2 MW de potência na casa de força da Usina Cedros.

Notas Explicativas

No segundo trimestre de 2025, foi realizada a contratação da consolidação do Projeto Básico. O PBC será constituído de desenhos, memoriais de cálculo, estudos hidrológicos, estudos hidroenergéticos, memoriais descritivos, caderno de especificações e encargos, planilha orçamentária com composições de custos, cronograma físico-financeiro, sumário executivo e relatório texto do projeto, entre outros, elaborados conforme as diretrizes de projeto de usinas hidrelétricas da Eletrobras e demais legislações vigentes da ANEEL acerca do tema, resultando na aprovação deste novo projeto consolidado.

e) Ampliação da Usina Palmeiras, por meio da Construção da CGH Rio Bonito

A Usina Palmeiras, localizada no município de Rio dos Cedros/SC, com potência instalada de 24,6MW, está em operação desde 1963. A barragem do Rio Bonito, que faz parte do complexo da Usina Palmeiras, trata-se de uma barragem que foi construída em 1959 para regularização das vazões do rio Palmeiras, proporcionando melhor aproveitamento para a geração da PCH Palmeiras, localizada a jusante na cascata.

Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de geração de energia através da motorização das vazões da adufa de fundo da barragem. Neste sentido, ainda em 2010, foi elaborado o projeto de ampliação do complexo, considerando a construção de nova CGH na barragem Rio Bonito.

Os resultados dos estudos realizados à época, considerando nova usina classificada como CGH não foram satisfatórios, visto que este modelo afetaria negativamente os aspectos operacionais do complexo já existente, não fazendo o aproveitamento ótimo das vazões disponíveis.

Então, para retomada do projeto, em 2023 foi contratada a revisão dos estudos hidrológicos e análises hidroenergéticas, considerando as ampliações da Palmeiras de acordo com a Legislação e Regulação vigentes e vislumbrando o uso otimizado dos recursos hídricos.

A contratação para a consolidação do projeto básico ocorreu em 2024. No primeiro semestre de 2025, foram iniciados os estudos de motorização e de arranjo geral do empreendimento, com o objetivo de buscar um melhor aproveitamento hídrico. Ao longo deste ano, pretende-se iniciar as tratativas regulatórias e ambientais, visando à viabilização dos projetos.

2.1.2.5. Novos Negócios

a) Geração Distribuída por Meio de Fazendas Solares

O Plano de Negócio em Geração Distribuída (GD) prevê a implantação de projetos solares fotovoltaicos, a serem instalados na área de concessão da distribuidora do Grupo Celesc. Ao final do terceiro trimestre de 2025, há 2,0MW em projetos em implantação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

UFV GD Remota	Localização	Potência Instalada (MW)	Previsão de Entrada em Operação	Status
UFV Modelo II e III	Modelo/SC	2,00	out.2025	Em implantação
Total		2,00		

Todos os projetos têm como prioridade o enquadramento na janela regulatória prevista pela Lei nº 14.300/22, denominada como GD I nos termos da regulamentação, a qual traz a manutenção das regras do sistema de compensação de energia (um crédito de energia para cada kWh injetado na rede) até 31 de dezembro de 2045. Esse fator possibilita auferir maior rentabilidade no modelo de fazendas solares praticado pela Celesc G.

b) Expansão da rede de Eletropostos

O projeto Eletroposto Celesc, desenvolvido no Grupo Celesc pela subsidiária de distribuição - Celesc D, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, representa a maior iniciativa em oferta de recarga pública para veículos elétricos no estado de Santa Catarina. O projeto, que começou em 2015, teve como principais resultados a criação do Corredor Elétrico Catarinense, que cobre mais de 1.500 km de extensão do estado com estações de recarga de veículos elétricos.

A Celesc G expandirá, ao longo de 2025, o Corredor Elétrico Catarinense, visando ampliar a infraestrutura de carregamento de veículos elétricos ou híbridos em 100 diferentes municípios catarinenses. O início

Notas Explicativas

do fornecimento e instalação dos equipamentos está previsto para iniciar no quarto trimestre, concomitantemente ao lançamento do processo licitatório para operação e manutenção das estações de recarga.

c) Comercialização de Energia no Ambiente Livre

Além dos projetos de geração de energia elétrica, a Celesc G, desde sua constituição, realiza a comercialização da energia elétrica produzida pelo parque gerador próprio e de participadas. Em 2024, em atendimento às diretrizes estratégicas do Plano Diretor, buscando a diversificação dos negócios do Grupo de forma a propiciar novas receitas ao Grupo, a Companhia aprovou o Plano de Negócio de Comercialização de Energia, que amplia a atuação da Celesc G nesse segmento.

A habilitação como Agente Comercializador Varejista de Energia junto à CCEE ocorreu em 2024, sendo que ao longo de 2025 está sendo conduzida a implantação do Plano de Negócio, com estruturação da Companhia para atuar nesse novo segmento.

d) Projeto de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Em 15 de maio de 2025, o Conselho de Administração da Celesc G, aprovou a aquisição do projeto de construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Canoas, com capacidade instalada de 30 MW, a ser construída no rio Canoas, entre Curitiba e São José do Cerrito (SC). As obras da PCH Canoas envolvem a construção de tomada d'água, condutos forçados, casa de força e canal de fuga. O projeto prevê um circuito de geração incorporado ao barramento, sem derivação do rio.

O projeto possui Documento de Registro e Seleção (DRS-PCH) e Licença Ambiental Prévia (LAP) emitidos, o que evidencia seu estágio avançado de desenvolvimento.

2.2. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Dona Francisca Energética S.A – DFESA	Coligada	Concessionária produtora independente de energia elétrica. Possui o contrato de concessão nº 188/98, com vigência de 39 anos (2037).	Equivalência Patrimonial	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,86%

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas conforme as práticas contábeis do Brasil e em IFRS, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e devem ser lidas em conjunto com as últimas Demonstrações Financeiras Anuais

Notas Explicativas

individuais e consolidadas do Grupo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, previamente divulgadas. Aplicam-se também à elaboração, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1)– Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Administração da Companhia em 03 de novembro de 2025. Tal informação cumpre a exigência do item 17 do Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata de eventos subsequentes e está no Anexo “A” da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em IFRS e BRGAAP, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos aplicados na elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas são as mesmas aplicadas às Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A base de preparação e as políticas contábeis materiais são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, publicada em 28 de março de 2025, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025.

4.1. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações financeiras. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

4.1.1. Reclassificação das Cifras Comparativas da Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis. Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, com base no pronunciamento técnico CPC 09, observou-se para fins de melhor divulgação a reclassificação dos juros capitalizados, nos valores correspondentes no período encerrado em 30 de setembro de 2024, sendo que tal reclassificação teve efeito imaterial.

Notas Explicativas

4.2. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB, serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no Brasil.

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 9 e IFRS 7	CPC 48 e CPC 40	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Substituirá o CPC 26	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	-	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros e compromete o planejamento econômico-financeiro previsto pela Administração.

Utiliza-se uma matriz de provisões como expediente prático para estimar perdas de crédito esperadas, considerando a realidade histórica, as condições atuais e as previsões razoáveis de futuro, sem desconsiderar as questões de mercado (NE 9.2).

Descrição	Controladora			Consolidado	
	NE	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	106.021	96.878	410.046	1.019.482
Contas a Receber de Clientes (b)	9	-	-	2.587.746	2.242.824
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga (c)	13.2	-	-	383.554	372.867
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery (d)	14.3	-	-	173.672	168.770
Títulos e Valores Mobiliários (e)	21	208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (f)	14	-	-	1.172.131	948.715
Ativo Financeiro Setorial (g)	-	-	-	279.859	-
Total		106.229	97.086	5.007.216	4.752.866

a) O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem Rating AAA.

b) O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares (NE 9.2).

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o ressarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração - RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.

d) A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor, atualizado, do ressarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017, vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração - RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.

Notas Explicativas

e) A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.

f) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

g) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que a ANEEL homologa à Celesc D o direito incondicional de receber caixa do consumidor os custos não gerenciáveis, referentes a diferença entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva, por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

Descrição	NE	30.09.2025	Consolidado
			30.09.2024
Perda efetiva no recebimento de créditos	9.2	(38.359)	(31.141)
Total		(38.359)	(31.141)

5.1.2. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, submetidas à apreciação da Administração. Além disso, ocorre anualmente a aprovação do orçamento operacional e de capital para o próximo exercício pela Administração.

O Grupo, por meio de controle do fluxo de caixa, monitora os recursos a serem liquidados, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em liquidez imediata e a aderência à política de manter um nível de caixa mínimo.

O risco de liquidez, considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos Passivos Financeiros não descontados em 30 de setembro de 2025.

Notas Explicativas

Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Consolidado	
							Total valor Futuro (i)	Total Valor Contábil
Empréstimos CDI	CDI + 0,8% a 1,65% a.a.	11.543	9.387	152.638	530.180	-	703.748	576.493
Conta de desenvolvimento energético - CDE		27.779	-	-	-	-	27.779	27.779
Empréstimo G - BNDES	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	-	616	1.680	10.364	15.886	28.546	22.261
Debêntures D	CDI + 0,95% a 2,6% a.a.	41.204	-	-	897.003	679.229	1.617.436	1.147.027
Debêntures D	IPCA + 6,53 a 6,95% a.a.	21.725	-	-	351.886	1.687.622	2.061.233	1.415.895
Instrumento Financeiro Derivativos - Celesc D	CDI -0,16 a 0,29 a.a.	-	14.792	81.011	-	-	95.803	92.852
Entidade de Previdência Privada		24.188	21.844	98.299	524.262	969.348	1.637.941	1.637.941
Debêntures Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	3.772	3.242	30.590	4.588	42.192	35.998
Fornecedores		609.214	307.955	369	-	-	917.538	917.538
Passivo Financeiro Setorial	SELIC	26.869	54.030	252.555	-	-	333.454	320.678
BID	CDI + 0,70% a 1,88% a.a.	123.250	-	35.313	374.041	1.756.295	2.288.899	1.332.413
Passivo de Arrendamento		177	395	3.324	4.697	4.903	13.496	13.496
Total		885.949	412.791	628.431	2.723.023	5.117.871	9.768.065	7.540.371

(i) Fontes: <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica

5.1.3. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio e de juros, afetarão os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Os empréstimos (nacional e estrangeiro) captados pela Celesc D e Celesc G e as debêntures captadas pela Celesc G, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições.

Para as debêntures captadas na Celesc D são utilizados derivativos para gerenciar riscos de mercado, aplicando a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade das taxas no resultado da Companhia.

Em 30 de setembro de 2025, o Grupo possui risco de mercado associado ao CDI, IPCA e SELIC. Deve-se considerar ainda à oscilação da taxa de inflação, podendo ter um custo maior na realização das operações.

O risco de variação cambial, atrelado as alterações da moeda americana, relacionados aos pagamentos de energia comprada de Itaipu, são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo dos ativos/passivos setoriais.

5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta as variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia consultou divulgações de estimativas e projeções, elaboradas por consultorias especializadas, e estimou uma variação das taxas de juros em 13,92% e das taxas de inflação em 4,55% para os próximos 12 meses, num cenário considerado provável. Para um outro cenário, considerado possível, estimou essas variações em 15,52% e 6,73%, respectivamente. Os dois cenários de exposição, provável e possível, estão demonstrados no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Consolidado	
				Cenário Provável	Cenário Possível
CDI / Selic				13,92%	15,52%
	Aplicações Financeiras	8	143.392	163.352	165.646
	Empréstimos	23	(1.908.906)	(2.174.626)	(2.205.168)
	Debêntures	24	(1.147.027)	(1.306.693)	(1.325.046)
	Instrumento Financeiro Derivativos	25	(34.607)	(39.424)	(39.978)
	Passivo Financeiro Setorial	13.1	(40.819)	(46.501)	(47.154)
Total			(2.987.967)	(3.403.892)	(3.451.700)
IPCA				4,55%	6,73%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	1.169.710	1.222.932	1.248.431
	Debêntures	24	(1.451.893)	(1.517.954)	(1.549.605)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	383.554	401.006	409.367
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	173.672	181.574	185.360
	Empréstimos	23	(22.261)	(23.274)	(23.759)
Total			252.782	264.284	269.794

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

5.2. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE	Consolidado	
		30.09.2025	31.12.2024
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	598.754	670.585
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	1.332.413	1.308.800
Debêntures	24	2.598.920	2.223.622
Instrumento Financeiro Derivativos	25	34.607	70.230
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(410.046)	(1.019.482)
Dívida Líquida		4.154.648	3.253.755
Total do Patrimônio Líquido		3.951.434	3.671.279
Total do Capital		8.106.082	6.925.034
Índice de Alavancagem Financeira (%)		51,25%	46,99%

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

6.1. Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços (Nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

Notas Explicativas

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita.

As tabelas a seguir apresentam os instrumentos financeiros por categoria em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Ativos Financeiros	NE	Nível	Consolidado			
			30.09.2025		31.12.2024	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado			1.230.376	1.230.376	948.715	948.715
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (b)	14	3	1.169.710	1.169.710	946.294	946.294
Ativo Indenizatório (concessão geração) (b)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)		2	58.245	58.245	-	-
Custo amortizado			3.886.200	3.886.200	3.853.413	3.853.413
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		410.046	410.046	1.019.482	1.019.482
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			51.323	51.323	49.470	49.470
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.587.746	2.587.746	2.242.824	2.242.824
Ativo Financeiro Setorial (e)			279.859	279.859	-	-
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		383.554	383.554	372.867	372.867
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		173.672	173.672	168.770	168.770
Valor justo por meio do resultado abrangente			208	208	208	208
Títulos e Valores Mobiliários (c)	21	1	208	208	208	208
Total			5.116.784	5.116.784	4.802.336	4.802.336

Passivos Financeiros	NE	Nível	Consolidado			
			30.09.2025		31.12.2024	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado			1.508.748	1.544.738	1.440.406	1.477.319
Debêntures (f)	24	2	1.415.896	1.451.886	1.370.176	1.407.089
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)	25	2	92.852	92.852	70.230	70.230
Custo amortizado			4.703.130	4.813.550	4.457.794	4.470.049
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		320.678	320.678	409.999	409.999
Fornecedores (e)	22		917.538	917.538	992.713	992.713
Empréstimos e financiamentos (f)	23	2	1.931.167	2.014.403	1.979.385	1.979.903
Debêntures (f)	24	2	1.183.024	1.210.208	853.446	865.183
Dividendos e JSCP (e)	11		322.944	322.944	212.754	212.754
Encargos Setoriais - CDE (e)	28		27.779	27.779	9.497	9.497
Total			6.211.878	6.358.288	5.898.200	5.947.368

Apuração dos valores justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis. A Celesc G aguarda a definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.
- Títulos e Valores Mobiliários, são investimentos temporários avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- O valor justo do instrumento financeiro de derivativos é a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o valor presente dos fluxos de caixa pagos.
- Quanto aos demais ativos e passivos financeiros o valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil.
- O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.135.037	889.689
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	939.275	906.067
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	1.098.298	929.791
Subtotal	3.172.610	2.725.547
PECLD com clientes (NE 9.2)	(584.864)	(482.723)
Total	2.587.746	2.242.824

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Recursos em Banco e em Caixa	235	6	33.591	85.970
Aplicações Financeiras	28.312	26.162	143.392	128.362
Fundos de Investimentos	77.474	70.710	233.063	805.150
Total	106.021	96.878	410.046	1.019.482

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor.

Uma parte desses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outra parte das aplicações estão alocadas no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o “BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada”. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos (deduzidos de imposto de renda).

A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa verificada no período decorre, principalmente, na Celesc D, da execução da política de investimentos vigente e do aumento dos níveis de inadimplência nos saldos de contas a receber. Em 2024, a Celesc D captou recursos no mercado financeiro para sustentar o plano de investimentos de 2025, em preparação para a revisão tarifária de 2026. Os elevados níveis de inadimplência pressionaram o fluxo de caixa nos dois primeiros trimestres, mas, a partir do 3º trimestre, observou-se estabilização no contas a receber.

Adicionalmente, verificou-se descasamento entre os desembolsos relacionados ao aumento dos encargos setoriais — em especial a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) — e a efetiva inclusão desses custos no processo tarifário de 22 de agosto de 2025, cujo repasse aos consumidores ainda não se materializou integralmente.

Destaca-se, ainda, o resgate antecipado, em 29 de setembro de 2025, da 4ª emissão de debêntures da Celesc D, originalmente com vencimento em 15 de abril de 2026, no montante de R\$90,8 milhões, correspondente à soma do valor nominal das debêntures (R\$89,5 milhões), da remuneração acumulada (R\$586,6 mil) e do prêmio pago (R\$702,9 mil).

Notas Explicativas**9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES****9.1. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				30.09.2025
Consumidores (i)	930.432	425.994	891.173	2.247.599
Residencial	507.550	266.708	509.925	1.284.183
Industrial	93.313	45.308	115.573	254.194
Comércio	194.179	82.249	213.120	489.548
Rural	60.698	23.543	35.093	119.334
Poder Público	31.236	5.774	9.208	46.218
Iluminação Pública	26.447	285	613	27.345
Serviço Público	17.009	2.127	7.641	26.777
Suprimento a Outras Concessionárias	223.693	21.971	58.829	304.493
Concessionárias e Permissionárias	254.926	16.811	10.942	282.679
Transações no âmbito da CCEE (ii)	350	-	-	350
Outros Créditos (iii)	14.896	5.160	47.887	
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(46.479)	-	-	(46.479)
Total	1.154.125	447.965	950.002	2.552.092
Receita Não Faturada	620.518	-	-	620.518
PECLD com Clientes	(9.961)	(11.343)	(563.560)	(584.864)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.764.682	436.622	386.442	2.587.746
Circulante				2.568.989
Não Circulante				18.757

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.12.2024
Consumidores (i)	693.839	500.847	758.782	1.953.468
Residencial	369.762	268.851	394.759	1.033.372
Industrial	66.511	56.160	105.149	227.820
Comércio	140.068	93.584	189.433	423.085
Rural	46.522	27.842	25.641	100.005
Poder Público	37.100	23.840	23.654	84.594
Iluminação Pública	18.998	9.155	8.681	36.834
Serviço Público	14.878	21.415	11.465	47.758
Suprimento a Outras Concessionárias	202.530	20.812	18.924	242.266
Concessionárias e Permissionárias	222.565	16.808	10.812	250.185
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	211	-	-	211
Outros Créditos (iii)	10.425	4.004	8.112	22.541
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(30.671)	-	-	(30.671)
Total	896.369	521.659	777.706	2.195.734
Receita Não Faturada	529.813	-	-	529.813
PECLD com Clientes	(7.850)	(12.202)	(462.671)	(482.723)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.418.332	509.457	315.035	2.242.824
Circulante				2.238.333
Não Circulante				4.491

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juros de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
- (iv) Os valores mais expressivos foram recebidos de processos judiciais, nos quais a empresa obteve êxito, serão imediatamente baixados dos valores em aberto registrados nos ativos da empresa,

Notas Explicativas

assim que os processos forem identificados. Há ainda, valores referentes ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.

9.2. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas de crédito esperadas são determinadas por aplicar uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A composição do saldo da PECLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Residencial	301.367	228.167
Industrial	105.746	94.224
Comércio, Serviços e Outras	115.147	103.163
Rural	11.877	8.212
Poder Público	1.465	1.779
Iluminação Pública	567	3.931
Serviço Público	5.480	5.841
Concessionárias e Permissionárias	148	244
Consumidores Livres	7.249	5.830
Outros	35.818	31.332
Total Circulante	584.864	482.723

A seguir, a movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	482.723
Provisão/Reversão Constituída no Período	140.500
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(38.359)
Saldo em 30.09.2025	584.864

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2023	351.519
Provisão/Reversão Constituída no Período	120.723
Perda efetiva do contas a receber (NE 9)	(42.791)
Saldo em 30.09.2024	429.451

No terceiro trimestre, observou-se uma pequena retração no índice de inadimplência, no entanto, ele se mantém elevado em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse aumento está relacionado, principalmente, ao cenário macroeconômico adverso, que impactou a capacidade de pagamento dos consumidores, bem como à elevação dos valores faturados decorrente de reajustes tarifários.

O crescimento da inadimplência se refletiu no aumento do saldo de contas a receber e na necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas, considerando sua experiência histórica e ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo:

Notas Explicativas

Saldo de Recebíveis Aging / Meses	Concessionárias e Permissórias*	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	254.926	507.550	93.313	194.179	60.698	31.236	26.447	17.009
Vencidos de 0 a 3 meses	16.811	266.708	45.308	82.249	23.543	5.774	285	2.127
Vencidos de 3 a 6 meses	1.909	83.919	11.002	29.015	6.769	1.704	54	1.139
Vencidos de 6 a 12 meses	3.495	129.081	19.731	46.228	11.981	3.077	465	4.604
Vencidos de 12 a 18 meses	3.917	87.884	13.985	34.013	5.924	4.024	88	1.874
Vencidos de 18 a 24 meses	573	40.538	10.717	16.668	2.073	215	1	12
Vencidos de 24 a 36 meses	278	63.715	17.303	31.344	3.989	14	1	3
Vencidos de 36 a 48 meses	116	57.167	9.813	26.599	2.859	15	-	9
Vencidos de 48 a 60 meses	405	42.906	23.522	24.740	1.374	109	-	-
Vencidos há + 60 meses	249	4.715	9.500	4.513	124	50	4	-
Total	282.679	1.284.183	254.194	489.548	119.334	46.218	27.345	26.777

*Suprimento e Encargos.

Expectativa de Perda Aging / Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	0,55%	0,73%	0,39%	0,57%	0,17%	0,01%	0,00%	0,01%
Vencidos 0 a 3 meses	2,76%	2,37%	3,45%	3,17%	0,94%	0,11%	0,07%	0,32%
Vencidos 3 a 6 meses	26,02%	22,05%	54,01%	26,57%	7,53%	4,71%	15,06%	45,78%
Vencidos 6 a 12 meses	45,75%	39,96%	76,32%	37,49%	18,46%	12,08%	100,00%	71,62%
Vencidos 12 a 18 meses	60,54%	54,79%	91,37%	46,53%	34,64%	18,03%	100,00%	86,98%
Vencidos 18 a 24 meses	70,42%	68,75%	96,42%	52,89%	45,54%	46,42%	100,00%	86,98%
Vencidos 24 a 36 meses	76,72%	77,56%	96,51%	57,81%	58,80%	56,74%	100,00%	90,11%
Vencidos 36 a 48 meses	84,98%	86,20%	99,62%	68,92%	73,83%	85,34%	100,00%	90,11%
Vencidos 48 a 60 meses	90,61%	92,64%	99,89%	81,63%	87,12%	100,00%	100,00%	90,11%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

10.1. IRPJ e CSLL a Recuperar

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, além do IRRF incidente sobre o JCP creditado por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas, os valores são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, de aplicações financeiras, de retenções de tributos e de recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante os três primeiros trimestres de 2025.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL a compensar	62.941	71.041	222.676	110.766
Total	62.941	71.041	222.676	110.766

10.2. Demais Tributos a Recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo) - (NE 10.3)	-	-	407.256	483.691
ICMS	-	-	73.304	58.404
PIS/COFINS (i)	-	-	22.879	21.807
Outros	-	-	736	739
Total	-	-	504.175	564.641
Circulante	-	-	199.480	195.932
Não Circulante	-	-	304.695	368.709

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS é decorrente de revisão nos processos de apuração destes tributos, na Celesc D, a partir do exercício de 2023.

Notas Explicativas

10.3. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo) - 2ª ação

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	-	483.691
Atualização financeira	-	30.216
Baixa por utilização do crédito	-	(106.651)
Saldo em 30.09.2025	-	407.256
Circulante	-	142.201
Não Circulante	-	265.055

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500,0 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

11. DIVIDENDOS E JCP A RECEBER

Descrição	Controladora	
	30.09.2025	31.12.2024
Dividendos SCGÁS	-	1.397
Dividendos ECTE	-	4.378
Dividendos DFESA	-	54
JCP Celesc G	22.536	45.072
JCP Celesc D	272.164	175.302
JCP SCGÁS	2.697	1.400
JCP Casan	-	4.356
Total Circulante	297.397	231.959

Descrição	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Dividendos SCGÁS	-	1.397
Dividendos ECTE	-	4.378
Dividendos DFESA	-	54
JCP SCGÁS	2.697	1.400
JCP Casan	-	4.356
JCP EDP Transmissão Aliança	-	3.222
Total Circulante	2.697	14.807

12. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

12.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para esta parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

Notas Explicativas

Descrição	30.09.2025	Consolidado 31.12.2024
CVA 2024 – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	-	85.797
CVA 2025 – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	238.603	113.525
CVA 2026 – Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	339.585	-
Total – CVA	578.188	199.322
Outros Itens – Período de 22.08.2023 a 21.08.2024	-	(447.331)
Outros Itens – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	(502.240)	(161.990)
Outros Itens – Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	(116.767)	-
Total – Outros Itens – CVA	(619.007)	(609.321)
Total	(40.819)	(409.999)

Notas Explicativas

Descrição	31.12.2024	Apropriação	Amorti-zação	Remune-ração	Transfe-rências (i)	30.09.2025	Saldo em Amortização (ii)	Saldo em Constituição (iii)	Circulante	Não Circulante
Ativo Financeiro Setorial	521.681	500.547	(330.042)	47.428	-	739.614	325.172	414.442	368.918	370.696
Aquisição de Energia (iv)	106.317	228.226	(19.167)	16.994	-	332.370	155.870	176.500	174.500	157.870
Transporte Rede Básica (v)	143.409	89.297	(122.415)	11.519	-	121.810	72.428	49.382	77.640	44.170
Proinfa	-	44.640	(5.352)	3.681	-	42.969	42.142	827	42.229	740
Transporte de Energia - Itaipu	13.011	10.962	(14.179)	992	-	10.786	3.802	6.984	4.540	6.246
ESS (vii)	113.291	(14.616)	(59.098)	4.236	-	43.813	20.397	23.416	22.869	20.944
CDE (viii)	53.181	121.991	(58.236)	8.224	-	125.160	13.964	111.196	25.701	99.459
Neutralidade Parcela A (ix)	42.353	6.005	(460)	1.919	-	49.817	3.894	45.923	8.741	41.076
Sobrecontratação de Energia	25.039	13.165	(26.405)	(230)	-	11.569	11.569	-	11.569	-
Crédito de PIS/COFINS	23.519	-	(23.519)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.561	877	(1.211)	93	-	1.320	1.106	214	1.129	191
Passivo Financeiro Setorial	(931.680)	(371.566)	718.948	(47.372)	(148.763)	(780.433)	(588.809)	(191.624)	(689.596)	(90.837)
Aquisição de Energia - (CVAenerg) (iv)	(65.890)	2.067	72.965	(9.142)	-	-	-	-	-	-
Custo Energia Itaipu (vi)	(91.067)	(75.020)	76.391	(9.024)	-	(98.720)	(70.000)	(28.720)	(73.031)	(25.689)
Proinfa	(7.605)	-	8.006	(401)	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	(67)	53	-	14	-	-	-	-	-	-
CDE (viii)	(65.258)	68.466	-	(3.208)	-	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A (ix)	(133.673)	2.027	133.673	(2.027)	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	(73.846)	(44.770)	65.852	(1.471)	(132.477)	(186.712)	(179.491)	(7.221)	(180.253)	(6.459)
Bandeiras Tarifárias (x)	(19.779)	(70.288)	-	-	-	(90.067)	-	(90.067)	(90.067)	-
Risco Hidrológico (xi)	(412.359)	(242.481)	306.590	(15.761)	-	(364.011)	(312.533)	(51.478)	(317.967)	(46.044)
CDE Modicidade Eletrobrás	(45.567)	-	41.980	(3.641)	(10.539)	(17.767)	(16.861)	(906)	(16.957)	(810)
Outros	(16.569)	(11.620)	13.491	(2.711)	(5.747)	(23.156)	(9.924)	(13.232)	(11.321)	(11.835)
Saldos Ativos (Passivos)	(409.999)	128.981	388.906	56	(148.763)	(40.819)	(263.637)	222.818	(320.678)	279.859

Notas Explicativas

(i) As transferências são decorrentes de outros ativos e passivos para a parcela A, dentre elas destaca-se a realizada na linha de devoluções tarifárias relativa a reversão de créditos de PIS e COFINS (conforme Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).

(ii) Saldo em amortização: Corresponde a amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2025 (Nota técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).

(iii) Saldo em constituição: Corresponde a constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2026.

(iv) Custos de Aquisição de Energia: O valor em constituição é decorrente da diferença entre os custos de energia realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL. Em setembro/2025 a Celesc registra um ativo em constituição de CVA energia por ter seu custo de energia superior ao homologado pela Aneel na última revisão tarifária (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).

(v) Transporte Rede Básica: Essa conta sofre impacto do aumento das tarifas definidas pela ANEEL para a atividade de transmissão. Portanto, a constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc é homologado já com as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.

(vi) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. Reflete a variação do custo em relação ao que foi estipulado como cobertura Pmix no reajuste tarifário anual 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).

(vii) Encargos de Serviços de Sistema (ESS): O valor em constituição é decorrente da diferença entre os custos realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL.

(viii) Conta de desenvolvimento Energético (CDE): A cobertura tarifária referente ao encargo de CDE considerado no processo tarifário incorpora valores como quota anual de CDE Uso, CDE conta-COVID, CDE Conta-escassez, CDE – GD e CDE Eletrobrás. Verificou-se que no ciclo 2024/2025 a cobertura tarifária de CDE concedida pela Aneel foi inferior ao custo deste encargo para a Celesc, por isso o saldo ativo na coluna “em amortização”. Da mesma forma, no novo ciclo a cobertura tarifária apresenta-se inferior ao custo realizado, o que justifica o saldo ativo da coluna “em constituição” para a CVA CDE.

(ix) Neutralidade da Parcela A: A Neutralidade é calculada considerado as diferenças mensais apuradas entre os valores faturados de cada item no Período de Referência e os respectivos valores contemplados no reposicionamento tarifário anterior. No reajuste tarifário anual de 2025 (Nota técnica 174/2025 – resolução homologatória 3.511/2025), verificou-se que o mercado faturado pela Celesc foi menor que o considerado como referência para a definição das tarifas do período, justificando a contabilização de um Ativo realizada na coluna “Saldo em amortização”. A mesma situação é verificada para os valores contabilizados na coluna “Saldo em constituição” onde a Celesc também apresenta um ativo por ter registrado até setembro/2025 um mercado faturado menor do que o considerado como referência para o ciclo 2025/2026.

(x) Bandeiras tarifárias: conforme o Submódulo 6.8 do PRORET a receita decorrente da aplicação dos adicionais das Bandeiras Tarifárias e os repasses da Conta Bandeiras devem ser considerados na apuração da CVA ENERGIA, da CVA ESS/EER da concessionária e do cálculo do financeiro de Exposição/Sobrecontratação. Os valores apresentados nessa linha referem-se a valores faturados ainda não homologados pela CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras tarifárias). Após a homologação esses valores são alocados aos respectivos itens de CVA.

(xi) Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em constituição, referem-se a reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas. Já os valores em amortização se referem ao saldo do risco hidrológico concedido pela ANEEL no reajuste tarifário anual 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).

Notas Explicativas

12.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. A devolução desse montante está inclusa na RAG dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago do Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, por meio da RAG homologada anualmente pela ANEEL; pelos juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e a atualização monetária pelo IPCA.

Descrição	Consolidado					Total
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	
Saldo em 31.12.2024	54.304	78.243	59.615	36.284	144.421	372.867
Circulante						43.449
Não Circulante						329.418
Atualização Monetária	1.887	2.720	2.074	1.257	5.037	12.975
Juros	4.908	7.173	5.283	3.731	11.502	32.597
Amortização	(5.250)	(7.582)	(5.626)	(3.859)	(12.568)	(34.885)
Saldo em 30.09.2025	55.849	80.554	61.346	37.413	148.392	383.554
Circulante						45.339
Não Circulante						338.215

A amortização do ativo financeiro Bonificação de Outorga ocorre em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica.

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia	1.169.710	946.294
Em Serviço	1.169.710	946.294
Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia	176.093	171.191
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	173.672	168.770
Total	1.345.803	1.117.485
Circulante	19.867	19.039
Não Circulante	1.325.936	1.098.446

13.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável, refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2024	946.294	
(-) Transferência de Ativo de Contrato	198.518	
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)	27.444	
(-) Resgate	(2.546)	
Saldo em 30.09.2025	1.169.710	
(i) IPCA		

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

13.2. Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa – REN nº 596/2013, definiu os detalhes das regras de indenização do valor residual dos ativos vinculados as concessões. A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculos estabelecidos pela REN, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Conforme a REN nº 942/2021 a documentação comprobatória das melhorias deveria ser protocolada em até 1 (um) ano contado da vigência da norma. Em relação a este ponto, a Celesc G contratou empresa credenciada na ANEEL e protocolou Laudo de Avaliação confeccionado.

Com significativa duração em sua discussão, o processo de indenização dessas concessões ainda está em tramitação na Agência Reguladora, cujos aspectos infra legais não discutem o direito definido. Vale destacar que a ANEEL solicitou, no decorrer do biênio 2023-2024, o envio de dados complementares com vistas à validação do laudo enviado e à definição do valor de indenização. Os saldos dos ativos financeiros requeridos na indenização estão apresentados na tabela seguir:

Usinas	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

13.3. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o Artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do Artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativo a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo atualizado é de R\$173,7 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2025/2026, R\$21,0 milhões se referem à indenização.

Notas Explicativas

	Consolidado
Descrição	Usina Pery
Saldo em 31.12.2024	168.770
Atualização Monetária	5.882
Juros	14.271
Amortização	(15.251)
Saldo em 30.09.2025	173.672
Circulante	19.867
Não Circulante	153.805

14. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

	Consolidado
Descrição	
Saldo em 31.12.2023	486.893
(-) Transferências para Ativo Intangível	(559.068)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(142.149)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	1.127.257
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Administrativos	103.193
(-) Obrigações Especiais em Curso - OE	(244.715)
(-) Baixa de Ativo de Contrato para Resultado	(54)
Saldo em 31.12.2024	771.357
(-) Transferências para Ativo Intangível	(449.242)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(198.518)
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Infraestrutura da Distribuição	943.424
(+) Adições de Ativo de Contrato - Bens Administrativos	77.922
(-) Obrigações Especiais em Curso - OE	(224.225)
Saldo em 30.09.2025	920.718

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor de R\$77,9 milhões de bens administrativos investidos nos primeiros nove meses de 2025, R\$48,1 milhões foram investimentos em software. A recuperação desses gastos se dará na Revisão Tarifária Periódica do 6º Ciclo, que acontecerá em 2026, por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória - BRR.

A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- Software e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

Notas Explicativas**15. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a Receber	Outros Débitos	Contas a Receber	Outros Débitos
Fundação de Seguridade (i)				
CELOS				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	1.621.142
Faturamento Energia	-	-	7	-
Coligadas e Controladas em Conjunto				
DFESA (ii)				
Compra de Energia	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	54	-	54	-
SC Gás				
Dividendos e JCP	2.798	-	2.798	-
EDP				
Dividendos e JCP	-	-	3.222	-
ECTE				
Dividendos e JCP	4.378	-	4.378	-
Controladas				
Celesc G				
Dividendos e JCP	45.072	-	-	-
Celesc D (iii)				
Pessoal à Disposição	-	891	-	-
Dividendos e JCP	175.302	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	227.604	891	10.459	1.622.498
Fundação de Seguridade				
CELOS				
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	100	-	1.637.941
Faturamento Energia	-	-	4	-
Coligadas e Controladas em Conjunto				
DFESA				
Compra de Energia	-	-	-	1.312
SC Gás				
Dividendos e JCP	2.697	-	2.697	-
Controladas				
Celesc G				
Dividendos e JCP	22.536	-	-	-
Celesc D				
Pessoal à Disposição	-	827	-	-
Dividendos e JCP	272.164	-	-	-
Saldo em 30.09.2025	297.397	927	2.701	1.639.253

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado		
	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Despesas Operacionais	Receita de Vendas	Custo Revenda Convencional
Fundação de Seguridade					
CELOS					
Planos Previdenciários e Assistenciais	(16)	-	(108.884)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	66	-
Coligada					
DFESA					
Compra de Energia	-	-	-	-	(9.685)
Controlada					
Celesc D					
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.271)	-	-	-
Pessoal à Disposição	(6.690)	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2024	(6.706)	(1.271)	(108.884)	66	(9.685)
Fundação de Seguridade					
CELOS					
Planos Previdenciários e Assistenciais	(16)	-	(100.081)	-	-
Faturamento de Energia	-	-	-	76	-
Coligada					
DFESA					
Compra de Energia	-	-	-	-	(10.836)
Controlada					
Celesc D					
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(1.345)	-	-	-
Pessoal à Disposição	(6.915)	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2025	(6.931)	(1.345)	(100.081)	76	(10.836)

(i) A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celos de Previdência Complementar, fornecendo benefícios a seus empregados, de Contribuição Previdenciária, Plano Saúde e Outros benefícios. A Celos possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia.

(ii) A DFESA, empresa coligada da Companhia, tem contrato de venda de energia de curto e longo prazo firmado com a Celesc G, para revenda. O contrato inicialmente firmado entre as partes, para o período de dez anos (2015-2025), foi prorrogado até 31 de agosto de 2033, para compra de 15,1862 MW médios, ao valor de R\$120,00 (cento e vinte reais) por MW médios.

(iii) A Celesc D cobra da Companhia um percentual, correspondendo a uma taxa, sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

A Companhia possui transações com seu acionista majoritário o Governo do Estado de Santa Catarina. Pelo fato de o Governo ser um ente estatal e possuir o controle sobre o Grupo, a Companhia está isenta de divulgação das transações, saldos e compromissos, de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Destaca-se que as transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pela Companhia, a cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D. Tem-se ainda a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido, do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres, além da transação de utilização de crédito de ICMS, relacionada a i) obras do sistema elétrico necessário à expansão de indústrias catarinenses, ii) obras de deslocamento de redes de distribuição de energia elétrica em decorrência de duplicações, pavimentações e alterações de traçado de rodovias estaduais ocorridas no âmbito de programa estadual denominado Pacto Pelas Estradas e iii) obras relacionadas ao incentivo às fontes renováveis de geração de energia elétrica e de eficiência energética conforme previsto no programa Energia Boa instituído por meio do Decreto Estadual/SC nº 674/2024. Entre o Governo do Estado e a Celesc G, há o contrato de serviço de manutenção e operação da Barragem de contenção de cheias no Município de José Boiteux (SC) e o contrato firmado com a Secretaria de Estado da Educação (SED) para usufruto de usinas fotovoltaicas de geração distribuída para compensação da energia elétrica consumida.

15.1. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Honorários	5.946	5.210	5.946	5.210
Participação nos Lucros e/ou Resultados (i)	1.625	1.729	1.625	1.729
Encargos Sociais	1.940	4.131	1.940	4.131
Outros	979	964	979	964
Total	10.490	12.034	10.490	12.034

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das Subsidiárias Integrais Celesc D e Celesc G, são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia.

(i) Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

16. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

16.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Ativo	-	-	569.418	659.034
Passivo	-	-	(115.523)	(108.460)
Tributo Diferido Líquido	-	-	453.895	550.574

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
	Provisão p/ Contingências	111.747	146.346	-	-	111.747
Provisão p/ Perdas em Ativos	4.487	37.426	-	-	4.487	37.426
Provisão p/ Perdas em Contas a Receber ⁽ⁱ⁾	-	-	13.144	-	(13.144)	-
Benefício Pós-Emprego	576.120	573.620	-	-	576.120	573.620
Arrendamento – CPC 06	263	226	-	-	263	226
Custo Atribuído	-	-	6.140	6.356	(6.140)	(6.356)
IR e CS Diferidos sobre Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	41.853	43.442	(41.853)	(43.442)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	51.569	53.527	(51.569)	(53.527)
Bonificação de Outorga	-	-	72.407	67.242	(72.407)	(67.242)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	27.994	25.497	(27.994)	(25.497)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	13.486	13.882	(13.486)	(13.882)
Operações Hedge	-	3.190	11.992	-	(11.992)	3.190
Outras Provisões	-	-	137	288	(137)	(288)
Total	692.617	760.808	238.722	210.234	453.895	550.574

(i) O tributo diferido referente a provisão para perdas em contas a receber se refere às características do contas a receber da Celesc D quanto ao seu enquadramento de dedutibilidade fiscal, conforme o Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018), e aos montantes registrados como Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD. Neste trimestre, observou-se que o montante de dedutibilidade fiscal foi superior ao valor contabilizado da PECLD, resultando em variação no saldo de tributos diferidos reconhecidos.

16.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$94,4 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

16.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo,

Notas Explicativas

a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2025 são:

Ano	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
2025	32.943	34.472
2026	17.199	17.199
2027	15.122	15.122
2028	13.663	13.663
2029+	613.691	680.352
Total	692.618	760.808

16.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Valores
Saldo em 31.12.2023	23.971
(-) Baixa do Custo Atribuído	(841)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	286
Saldo em 31.12.2024	23.416
(-) Baixa do Custo Atribuído	(635)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	215
Saldo em 30.09.2025	22.996

16.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Benefício a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Valores
Saldo em 31.12.2023	1.427.541
(+) Adição dos Benefícios a empregados	(386.707)
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	131.480
Saldo em 31.12.2024	1.172.314
(+) Adição dos Benefícios a empregados	30.772
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(10.462)
Saldo em 30.09.2025	1.192.624

16.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	572.734	584.797	783.216	797.800
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(194.730)	(198.831)	(266.293)	(271.252)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	200.010	207.596	13.894	16.395
Benefício Fiscal	-	-	(123)	(119)
Incentivo Fiscal	-	-	1.724	3.292
Juros sobre Capital Próprio	(10.682)	(7.178)	63.123	43.926
Provisões Indedutíveis	6.276	546	6.275	545
Multas Indedutíveis	-	-	(28.214)	(6.043)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	627	(604)	627	(604)
Participação dos Administradores	(924)	(907)	(988)	(965)
Lei do Bem	-	-	-	518
Outras Adições (Exclusões)	(2.021)	296	(1.951)	2.222
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(1.444)	918	(211.926)	(212.085)
Corrente	(1.444)	-	(104.785)	(180.350)
Diferido	-	918	(107.141)	(31.735)
Alíquota Efetiva	0,25%	-0,16%	27,06%	26,58%

16.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

16.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

- Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;
- Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o artigo 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo encontra-se em fase inicial de tramitação.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado é de R\$276,66 milhões. A execução fiscal se encontra suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

Notas Explicativas

16.7.2. Apuração IRPJ e CSLL - Exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 16 de julho de 2024 a SERFB iniciou procedimento de ação fiscal TIF nº 08.1.69.00-2024-00068-5. Desse procedimento resultou, em 25 de novembro de 2024, na lavratura do auto de infração através do PAF nº 17459-720.040/2024-71 no valor de R\$746,6 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à constituição de crédito de IRPJ e CSLL acrescidos de multa de ofício, multa isolada e juros de mora, assim imputando à concessionária:

- Ausência de adição ao lucro líquido oriunda de indébito tributário, referente à ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, nos anos-calendário 2019 e 2020;
- Multa isolada por falta de reconhecimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL, nos anos-calendário 2019 e 2020.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados de próprio entendimento expresso pelas próprias autoridades fiscais, durante a primeira etapa do procedimento de fiscalização, onde foi expressamente indicado concordância com o tratamento tributário adotado pela Companhia.

Em 24 de dezembro de 2024, a Celesc apresentou pedido de impugnação junto à Delegacia de Julgamento – DRJ pretendendo demonstrar a improcedência das acusações fiscais e a necessidade de cancelamento integral das exigências fiscais.

Em 03 de outubro de 2025, a Celesc foi cientificada do Acórdão de Impugnação elaborado pela 4ª Turma da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil 06 (DRJ06), no qual julgou improcedente a impugnação apresentada pela Companhia.

Após a análise dos fundamentos utilizados pela Companhia na impugnação elaborada e Acórdão de Impugnação, a assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade emitiu novo *legal opinion* com o entendimento de que os procedimentos adotados permanecem com a classificação de que serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%). A Companhia acompanha o andamento do Processo Administrativo Fiscal.

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Controladas	3.482.568	3.167.330	-	-
Celesc D	2.646.386	2.336.421	-	-
Celesc G	836.182	830.909	-	-
Controladas em Conjunto	173.148	164.648	173.148	164.648
SCGÁS	173.148	164.648	173.148	164.648
Coligadas	93.362	101.514	138.733	218.211
ECTE	56.129	66.784	56.129	66.784
DFESA	37.233	34.730	37.233	34.730
SPEs	-	-	45.371	116.697
Total	3.749.078	3.433.492	311.881	382.859

Notas Explicativas**17.1. Informações sobre Investimentos**

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo			Passivo		Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
	Ordinárias	Capital Social	Capital votante	Circulante	Circulante	Passivo Circulante	Circulante	Circulante				
									Ativo Não Circulante			
Saldo em 31.12.2024												
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.527.841	7.921.476	2.965.847	6.147.049	2.336.421	10.478.617	591.104		
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	193.745	847.572	70.707	139.701	830.909	189.436	103.149		
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697		
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340		
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247		
Saldo em 30.09.2025												
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.398.038	8.611.598	3.011.319	6.351.931	2.646.386	8.685.264	479.447		
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	171.239	916.197	86.362	164.892	836.182	163.371	73.175		
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	93.262	527.729	93.493	345.761	181.737	34.947	25.423		
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	565.777	531.967	164.875	74.123	858.746	1.049.746	133.849		
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	23.494	148.758	9.591	994	161.667	49.952	21.866		

Consolidado

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Ativo			Passivo		Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
	Ordinárias	Capital Social	Capital votante	Circulante	Circulante	Passivo Circulante	Circulante	Circulante				
									Ativo Não Circulante			
Saldo em 31.12.2024												
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.706	549.750	72.869	406.351	216.236	61.909	56.697		
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	582.922	553.179	241.614	92.220	802.267	1.934.008	173.340		
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	18.939	152.987	17.967	3.158	150.801	66.969	23.247		
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,50%	1.894	40.454	71	600	41.677	4.898	(1.236)		
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	32.120	49.215	28.090	1.696	51.549	15.636	11.738		
Xavantina Energética	271	40,00%	40,00%	3.290	28.386	2.288	-	29.388	13.343	2.867		
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,00%	1.326	53.347	1.795	12.708	40.170	5.885	586		
EDP Transmissão Aliança SC	16.450	10,00%	10,00%	342.659	2.303.406	810.904	1.215.318	619.843	300.936	91.398		
Saldo em 30.09.2025												
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	93.262	527.729	93.493	345.761	181.737	34.947	25.423		
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	565.777	531.967	164.875	74.123	858.746	1.049.746	133.849		
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	23.494	148.758	9.591	994	161.667	49.952	21.866		
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,50%	3.947	39.076	356	-	42.667	6.625	991		
Xavantina Energética	271	40,00%	40,00%	3.189	27.146	1.092	-	29.243	10.084	1.931		
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,00%	1.573	52.612	2.148	11.614	40.423	4.505	253		

17.2. Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Investimentos	2.336.421	830.909	66.784	136.386	34.730	3.405.230
Direito de Concessão	-	-	-	28.262	-	28.262
Saldo em 31.12.2024	2.336.421	830.909	66.784	164.648	34.730	3.433.492
Dividendos e JCP Creditados	(217.074)	(67.902)	(18.507)	(13.153)	(2.533)	(319.169)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	479.447	73.175	7.852	22.754	5.036	588.264
Aumento de Capital Social	67.902	-	-	-	-	67.902
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(20.310)	-	-	-	-	(20.310)
Investimentos	2.646.386	836.182	56.129	145.987	37.233	3.721.917
Direito de Concessão	-	-	-	27.161	-	27.161
Saldo em 30.09.2025	2.646.386	836.182	56.129	173.148	37.233	3.749.078

Consolidado

Descrição	ECTE	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs	Total
	Investimentos	66.784	136.386	34.730	116.415
Direito de Concessão	-	28.262	-	-	28.262
Ágio	-	-	-	282	282
Saldo em 31.12.2024	66.784	164.648	34.730	116.697	382.859
Dividendos e JCP Creditados	(18.507)	(13.153)	(2.533)	(4.742)	(38.935)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.101)	-	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.852	22.754	5.036	5.222	40.864
Outros Ajustes (ii)	-	-	-	(71.806)	(71.806)
Saldo em 30.09.2025	56.129	173.148	37.233	45.371	311.881
Investimentos	56.129	145.987	37.233	45.371	284.720
Direito de Concessão	-	27.161	-	-	27.161

Notas Explicativas

(i) Direito de Uso de Concessão

O direito de uso de concessão foi gerado na compra da participação na SCGÁS. Não é tratado como ágio por ser um investimento em empresa com prazo de concessão definido. O saldo desse ativo, em 30 de setembro de 2025, é de R\$27,2 milhões e, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$28,3 milhões. Ele será amortizado pelo prazo da concessão da prestação de serviços públicos da investida até 2044.

(ii) Outros Ajustes

O montante de R\$71,8 milhões se refere à venda da participação da Celesc G nos investimentos da EDP Aliança Transmissão, no valor de R\$60,3 milhões, e na Companhia Rio das Flores, no valor de R\$11,5 milhões.

18. IMOBILIZADO

18.1. Composição do Saldo

Descrição	Controladora	
	Ativos de Direito de Uso	
Saldo em 31.12.2024	197	
Custo do Imobilizado	1.146	
Depreciação Acumulada	(949)	
Saldo em 31.12.2024	197	
Depreciação	(177)	
Custo do Imobilizado	1.146	
Depreciação Acumulada	(1.126)	
Saldo em 30.09.2025	20	
Taxa Média de Depreciação	40,00%	

Descrição	Reservatórios						Ativos de		Total
	Terrenos	Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Direito de Uso		
Saldo em 31.12.2024	9.011	19.036	7.649	64.421	1.968	103.006	5.303	210.394	
Custo do Imobilizado	19.488	165.795	21.712	138.580	4.106	103.006	41.880	494.567	
Provisão p/ Perdas	(3.149)	(21.777)	(840)	(4.067)	(16)	-	-	(29.849)	
Depreciação Acumulada	(7.328)	(124.982)	(13.223)	(70.092)	(2.122)	-	(34.858)	(252.605)	
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.719)	(1.719)	
Saldo em 31.12.2024	9.011	19.036	7.649	64.421	1.968	103.006	5.303	210.394	
Adições	-	-	-	-	-	26.248	14.573	40.821	
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	(85)	-	(2.153)	(235)	(2.473)	
Baixas Depreciação	-	-	-	37	-	-	-	37	
Depreciação	-	(714)	(228)	(2.523)	(268)	-	(6.889)	(10.622)	
(+/-) Transferências	-	264	78	17.778	25	(18.145)	-	-	
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(31)	(31)	
Baixa da Provisão para Perdas	-	-	-	20	-	-	-	20	
Saldo em 30.09.2025	9.011	18.586	7.499	79.648	1.725	108.956	12.721	238.146	
Custo do Imobilizado	19.488	166.059	21.790	156.273	4.131	108.956	56.218	532.915	
Provisão p/ Perdas	(3.149)	(21.777)	(840)	(4.047)	(16)	-	-	(29.829)	
Depreciação Acumulada	(7.328)	(125.696)	(13.451)	(72.578)	(2.390)	-	(41.747)	(263.190)	
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.750)	(1.750)	
Saldo em 30.09.2025	9.011	18.586	7.499	79.648	1.725	108.956	12.721	238.146	
Taxa Média de Depreciação	-	4,27%	2,82%	3,17%	14,22%	-	46,53%		

18.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Consolidado	
	Percentuais (%)	
Prédios e Construções	2,8	
Máquinas e Equipamentos	6,8	
Veículos	14,8	
Móveis e Utensílios	6,8	

Notas Explicativas

Operação	Consolidado	
	Percentuais (%)	
Prédios e Construções		3,2
Máquinas e Equipamentos		3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras		4,3
Veículos		14,0
Móveis e Utensílios		4,3

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Pery, Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho. Também são depreciados pela mesma Resolução as CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro.

Os ativos da Administração Central (prédios e construções, máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

18.3. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo (Não Circulante) em 31.12.2024	197	5.303
(+) Adições	-	14.573
(-) Depreciação	(177)	(6.889)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(31)
(-) Baixa	-	(235)
Saldo (Não Circulante) em 30.09.2025	20	12.721

PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	208	5.978
Circulante	208	2.140
Não Circulante	-	3.838
(+) Adições	-	14.573
(-) Baixa	-	(245)
(+) Juros Incorridos	7	796
(-) Pagamento Principal	(187)	(6.810)
(-) Juros Pagos	(7)	(796)
Saldo em 30.09.2025	21	13.496
Circulante	21	3.896
Não Circulante	-	9.600

18.4. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

Anos	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
2025/2026	322	665
2026/2027	1.553	698
2027/2028	1.667	754
2028/2029	1.658	766
2029+	4.400	955
Total	9.600	3.838

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

19. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora
	Direito de Concessão (i)
Saldo em 31.12.2023	3.435
Amortizações	(377)
Saldo em 30.09.2024	3.058
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(11.190)
Saldo em 30.09.2024	3.058
Saldo em 31.12.2024	2.933
Amortizações	(377)
Saldo em 30.09.2025	2.556
Custo Total	14.248
Amortização Acumulada	(11.692)
Saldo em 30.09.2025	2.556
Taxa Média Amortização	1,32%

Descrição	Consolidado					Total
	Ativo de Concessão Celesc D (i)	Softwares Adquiridos	Repactuação Risco Hidrológico GSF (ii)	Direito de Concessão (iii)	Itens em Andamento	
Saldo em 31.12.2024	4.816.147	126	40.830	2.933	1.742	4.861.778
Custo Total	8.098.802	7.445	45.879	14.248	1.742	8.168.116
Amortização Acumulada	(3.282.655)	(7.319)	(5.049)	(11.315)	-	(3.306.338)
Saldo em 31.12.2024	4.816.147	126	40.830	2.933	1.742	4.861.778
Adições	-	-	-	-	144	144
Baixas	(60.535)	-	-	-	(731)	(61.266)
Amortizações	(268.985)	(144)	(1.165)	(377)	-	(270.671)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 15)	449.242	-	-	-	-	449.242
Saldo em 30.09.2025	4.935.869	(18)	39.665	2.556	1.155	4.979.227
Custo Total	8.487.509	7.445	45.879	14.248	1.155	8.556.236
Amortização Acumulada	(3.551.640)	(7.463)	(6.214)	(11.692)	-	(3.577.009)
Saldo em 30.09.2025	4.935.869	(18)	39.665	2.556	1.155	4.979.227
Taxa Média Amortização	4,9%	19,2%	3,4%	1,32%	0,00%	

(i) As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, essas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico *GSF*, foi calculado pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

(iii) O direito de concessão gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa, ou seja, até 2042.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

Notas Explicativas**20. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
ICMS ST (i)	-	-	53.065	56.420
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	51.323	49.470
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	45.613	46.679
Diferença Reembolso CDE (iii)	-	-	13.055	21.726
Adiantamento Proinfa (iv)	-	-	28.916	28.916
Estoques (v)	-	-	22.848	21.432
Adiantamentos Diversos (vi)	89	81	23.354	9.878
Alienação de Bens e Direitos (vii)	-	-	10.987	10.559
Conta Bandeiras	-	-	9.192	4.253
Programa Baixa Renda	-	-	9.604	7.372
Despesas Pagas Antecipadamente (viii)	567	381	2.524	5.299
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Pessoal a Disposição	-	-	797	748
Destinado a Alienação	-	-	-	3.168
Títulos e Valores Mobiliários (ix)	208	208	208	208
Outros Créditos (x)	-	-	10.448	2.319
Total	864	670	283.072	269.585
Circulante	656	462	268.963	256.462
Não Circulante	208	208	14.109	13.123

(i) ICMS Substituição Tributária - ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Diferença Reembolso CDE

Refere-se à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CEEE. Os subsídios são aplicados aos clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.511/2025, que aprovou o reajuste tarifário anual a partir de 22 de agosto de 2025.

(iv) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(v) Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia.

(vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamentos de salário (R\$634,7 mil), 13º salário (R\$12,9 milhões), férias (R\$1,6 milhão) e vale-alimentação (R\$7,5 milhões).

(vii) Alienação de Bens e Direitos

Venda de um terreno, no mês de junho de 2024, à Prefeitura de Criciúma, o valor total do contrato foi de R\$10,3 milhões, parcelado em 180 prestações mensais, atualizadas pela SELIC.

(viii) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$500,0 mil.

Notas Explicativas

(ix) Títulos e Valores Mobiliários

São investimentos temporários, classificados no ativo não circulante e são mensurados a valor justo.

(x) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Energia Elétrica	-	-	482.701	507.567
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	212.282	206.964
Materiais e Serviços	502	1.502	117.028	205.560
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	-	-	105.527	72.622
Total	502	1.502	917.538	992.713

(i) A CCEE possui, entre suas atribuições, apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e também os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, nos quais o risco é alocado ao consumidor.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos – BID e (iv) Empréstimo BNDES, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

Descrição		Consolidado	
		30.09.2025	31.12.2024
Total Moeda Nacional		598.754	670.585
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	492.643	577.028
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	83.850	93.193
Empréstimos Eletrobras/ENBPar (ii)	5% a.a.	-	364
Empréstimo BNDES (iii)	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	22.261	-
Circulante		169.853	114.891
Não Circulante		428.901	555.694

Descrição		Consolidado	
		30.09.2025	31.12.2024
Total Moeda Estrangeira		1.332.413	1.308.800
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	1.332.413	1.308.800
Circulante		156.181	98.962
Não Circulante		1.176.232	1.209.838

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários se referem a contratações cujos recursos foram utilizados, exclusivamente, para reforço de caixa da Celesc D.

Em abril de 2019, por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, foram contratados R\$335,0 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. e exigibilidade mensal. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal. O início da amortização começou em novembro de 2020 e o final seria para abril de 2022.

Porém, desde dezembro de 2021, ocorreram aditamentos ao contrato e o prazo para liquidação vem sendo postergado, conforme cronograma a seguir:

- 2 de dezembro de 2021 aditamento do principal de R\$93,0 milhões passando o novo prazo a ser em maio de 2023.

Notas Explicativas

- Em ato contínuo realizado em maio de 2023, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado em 18 meses, sendo mantida a sua liquidação prevista em parcela única ao final do contrato (*bullet*), passando a ser novembro de 2024.
- Em novembro de 2024, houve novo aditamento, prorrogando o início da amortização para junho de 2025. As demais parcelas passaram a ser exigidas semestralmente, sendo o término da amortização reprogramado para dezembro de 2029. A taxa de juros foi mantida no percentual original, com exigibilidade mensal.

No mês de fevereiro de 2022, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, houve a contratação de mais R\$550,0 milhões, junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,65% a.a. e exigibilidade semestral. O prazo de vigência foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência para o início da amortização do valor principal, que será liquidado em 4 parcelas semestrais, iniciando em agosto de 2023 e terminando em fevereiro de 2025.

Em agosto de 2023, houve aditamento do contrato prorrogando o início da amortização para agosto de 2024, as demais parcelas permanecem semestralmente, e o término da amortização foi reprogramado para fevereiro de 2026.

Em 7 de agosto de 2024, foi formalizada o aditamento e o vencimento final foi prorrogado para 7 de fevereiro de 2029. A data da primeira amortização foi redefinida para 7 de agosto de 2025, o qual ocorreu na data estipulada. Mantendo-se as subsequentes amortizações de forma semestral a partir desta data. A remuneração contratual permanece a mesma.

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

ii) Eletrobras/ENBPar

Os recursos dessa contratação foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. O último contrato possuía amortizações mensais e foi integralmente liquidado em sua data de vencimento, em 30 de maio de 2025.

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

iii) Financiamento BNDES – Celesc G

Em abril de 2024, a Celesc G firmou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$214,4 milhões.

O contrato está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas (UFV), Lages II, Capivari e Videira, à ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e à reativação da Central Hidrelétrica (CGH) Maruim, todas localizadas em Santa Catarina.

No dia 1º de julho de 2025, ocorreram as primeiras liberações de recursos do contrato de financiamento do valor de R\$214,0 milhões firmado entre a Celesc G e o BNDES. O montante liberado foi de R\$22,4 milhões, conforme quadro abaixo:

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim
Valor Contratado (R\$/Mil)	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110
Valor Liberado (R\$/Mil)	3.730	9.932	3.658	-	5.110
Saldo a Liberar (R\$/Mil)	-	166	-	191.808	-
Periodicidade Pagamento Juros e Amortizações	Mensal	Mensal	Mensal	-	Mensal
Início Pagamento Juros e Amortizações	15/08/2025	15/08/2025	15/08/2025	-	15/08/2025

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

Notas Explicativas

O valor total da operação foi de US\$276,1 milhões, sendo amortizado em 234 meses, com uma carência de até 66 meses, atingindo um prazo total de 300 meses. A amortização é semestral pelo sistema constante.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de concessão da Celesc D.

Optou-se pela conversão dos valores liberados em moeda nacional e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, já considerando os custos do BID, não havendo, portanto, a incidência de variação cambial.

Em 30 de abril de 2024, a Companhia concluiu a última liberação de recursos. As taxas de juros já consideram os custos do BID e podem sofrer alguma variação em virtude de um dos componentes do *spread* ser variável e definido pelo próprio BID trimestralmente.

As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria independente executada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –TCE/SC, nos termos da Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do referido Contrato.

22.1. Aprovação BID II

A Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, aprovou durante reunião realizada em 27 de março, o “Programa de Modernização Energética para Resiliência Climática e Sustentabilidade em Santa Catarina”.

Internamente denominado como BID II, o novo programa tem início previsto para 2026 e será executado ao longo de cinco anos. Ele prevê investimentos de mais de US\$305 milhões. Desse total, US\$243 milhões serão financiados pelo BID e US\$62,6 milhões correspondem à contrapartida da Celesc. A Companhia está na fase de realização das Missões de Preparação do Programa e aprovação do perfil do Projeto juntamente com o BID.

22.2. Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Ano 2026	9.852	156.111	33.606	67.213	43.458	223.324
Ano 2027	158.294	156.111	67.213	67.213	225.507	223.324
Ano 2028+	260.755	243.472	1.075.413	1.075.412	1.336.168	1.318.884
Total	428.901	555.694	1.176.232	1.209.838	1.605.133	1.765.532

22.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	114.891	555.694	670.585
Ingressos	-	22.430	22.430
Atualização Monetária	5	124	129
Encargos Provisionados	71.298	-	71.298
Transferências	149.347	(149.347)	-
Amortizações de Principal	(78.783)	-	(78.783)
Pagamentos de Encargos	(86.905)	-	(86.905)
Saldos em 30 de setembro de 2025	169.853	428.901	598.754

Notas Explicativas

22.4. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	98.962	1.209.838	1.308.800
Atualização Monetária	(1.358)	-	(1.358)
Encargos Provisionados	139.173	-	139.173
Transferências	33.606	(33.606)	-
Pagamento de Encargos	(80.990)	-	(80.990)
Pagamento de Principal	(33.212)	-	(33.212)
Saldos em 30 de setembro de 2025	156.181	1.176.232	1.332.413

23. DEBÊNTURES

23.1. Debêntures 2021 – Celesc D

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Debêntures 2021	Detalhes
Data de Emissão	15 de abril de 2021
Quantidade de Debêntures	550.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$550 milhões
Vencimento	15 de abril de 2026
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc Holding)
Juros Remuneratórios	100% da variação das taxas DI Over + spread 2,6% ao ano
Pagamento de Juros	Mensal, todo dia 15
Amortização	43 parcelas mensais consecutivas a partir de outubro de 2022
Pagamentos até 30/09/2025	R\$226,3 milhões (remuneração) e R\$550 milhões (principal)
Liquidação Antecipada Contratual	29 de setembro de 2025
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, \leq 3
Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, em 31.12.2024	O resultado dessa relação foi de 2,03, cumprindo a obrigação

23.2. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Celesc D emitiu 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da primeira série e 400.000 (quatrocentas mil) da segunda série, totalizando R\$800,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

23.2.1. Primeira Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Primeira série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	1ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	5 anos (15 de novembro de 2028)
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + spread 1,65% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Semestral, a partir de 15 de novembro de 2026
Pagamentos até 30/09/2025	R\$75,5 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, \leq 3,5

Notas Explicativas**23.2.2. Segunda Série**

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Segunda série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	2ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de novembro de 2030)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,5279% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Anual, a partir de 15 de novembro de 2028
Pagamentos até 30/09/2025	R\$39,4 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, $\leq 3,5$

23.3. Debêntures 2024 – Celesc D

Em 15 de julho de 2024, a Celesc D emitiu 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da primeira série e 1.000.000 (um milhão) da segunda série.

As emissões das 6ª e 7ª debêntures totalizaram R\$1,2 bilhão.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

23.3.1. Primeira Série (Institucional):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	1ª série: 200.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,95% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2030
Pagamentos até 30/09/2025	R\$ 24,8 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, $\leq 3,5$

23.3.2. Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	2ª série: 1.000.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	10 anos (15 de julho de 2034)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,9534% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2032
Pagamentos até 30/09/2025	R\$ 67,1 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, $\leq 3,5$

Notas Explicativas

23.4. Debêntures 2025 – Celesc D

Em 30 de julho de 2025, a Celesc D emitiu a 8ª debêntures totalizando R\$510,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Debêntures 2025	Detalhes
Data de Emissão	30 de julho de 2025
Quantidade de Debêntures	510.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	6 anos (30 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,67% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2026
Amortização	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2029
Pagamentos até 30/09/2025	R\$ 0,00
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5
Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, em 31.12.2024	

23.5. Debêntures 2020 – Celesc G

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

Debêntures 2020	Detalhes
Data de Emissão	10 de dezembro de 2020
Quantidade de Debêntures	37.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$37 milhões
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Tipo de Debênture	Simple, não conversível em ações
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc G)
Prazo de Vencimento	10 anos
Juros Remuneratórios	4,30% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de junho de 2021
Amortização	Semestral, a partir de dezembro de 2023
Pagamentos até 30/09/2025	R\$8,03 milhões (remuneração) e R\$12,57 milhões (principal)
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da empresa, como emissora, ≤ 3,50
Dívida Líquida/EBITDA da empresa, em 31.12.2024	

23.6. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado	
	Total	
Saldo em 31.12.2024	2.223.622	
Ingressos	508.307	
Encargos Provisionados	225.478	
Pagamentos Encargos	(152.124)	
Pagamentos do Principal	(207.925)	
Custos na Emissão de Debêntures	6.174	
Marcação a Mercado (VJR)	(4.612)	
Saldo em 30.09.2025	2.598.920	
Circulante	69.593	
Não Circulante	2.529.327	

23.7. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Ano 2025	1.734	6.595
Ano 2026	6.223	5.939
Ano 2027	5.958	5.675
Ano 2028+	28.382	27.369
Total	42.297	45.578

Notas Explicativas**23.8. Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento**

Controladora

Descrição	31.12.2024	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	30.09.2025
Dividendos e JCP a Pagar	212.754	(144.281)	(144.281)	-	254.471	322.944
Passivo de Arrendamento	208	(187)	(187)	(7)	7	21
Total	212.962	(144.468)	(144.468)	(7)	254.478	322.965

Consolidado

Descrição	31.12.2024	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Ajuste a Valor de Mercado	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	30.09.2025
Instrumentos Financeiros Derivativos	70.230		(54.428)	(54.428)		18.805	58.245	92.852
Empréstimos e Financiamentos	1.979.385	22.430	(111.995)	(89.565)	(167.895)		209.242	1.931.167
Debêntures	2.223.622	508.307	(207.925)	300.382	(152.124)	(4.612)	231.652	2.598.920
Dividendos/JCP	212.754	-	(144.281)	(144.281)	-		254.471	322.944
Passivo de Arrendamento	5.978	-	(6.810)	(6.810)	(796)		15.124	13.496
Total	4.491.969	530.737	(525.439)	5.298	(320.815)	14.193	768.734	4.959.379

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$210,1 milhões. As debêntures totalizaram R\$231,7 milhões, sendo R\$6,2 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas nos primeiros nove meses de 2025.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção econômica e financeira contra a volatilidade das taxas de juros. Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, reavaliados periodicamente ao seu valor justo. O principal instrumento utilizado para essa finalidade é o swap.

A contratação de operação de *swap* para fins de *hedge* foi realizada para as 6ª e 7ª Emissões de Debêntures na Celesc D.

A operação de *swap* para fins de *hedge* tem como objetivo trocar a dívida da Celesc D, vinculada ao IPCA por uma obrigação financeira vinculada ao CDI, baseada principalmente nas seguintes premissas:

- A Celesc possui suas aplicações vinculadas ao CDI, portanto, há o risco de ocorrer um desentaxamento financeiro caso aconteçam mudanças consideráveis na macroeconomia em relação a um aumento do IPCA e/ou a uma redução do CDI;
- O IPCA é um indicador macroeconômico de maior volatilidade e, portanto, de menor previsibilidade comparado a taxa de CDI, apresentando maior risco para a Companhia.

Em 15 de outubro de 2024, a Celesc D realizou o *swap* da sexta emissão com o Banco Safra e o da sétima com a XP Investimentos. Com a contratação do *swap* a Companhia poderá mitigar o risco de ocorrência de desentaxamento financeiro quando a variação do CDI não acompanhar a variação do IPCA.

Embora a operação de *swap* proporcione benefícios significativos, é importante estar ciente que também há risco de mercado associado devido a imprevisibilidade do cenário macroeconômico, no qual as taxas de mercado podem variar de forma inesperada. Na avaliação da efetividade do *hedge*, a Companhia não exclui a parcela referente ao risco de crédito da contraparte, considerando que os contratos são firmados com instituições financeiras de alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

As operações de derivativos vinculadas aos programas de *hedge* da Companhia estão apresentadas nos quadros a seguir, contendo informações detalhadas sobre o tipo de instrumento, valor de referência, vencimento.

Para assegurar a aderência entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo, baseada na análise dos termos críticos do item protegido e dos derivativos contratados. Esse procedimento tem o objetivo de verificar se as variações nos fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de *hedge* possuem correlação suficiente para garantir a compensação mútua dos riscos.

Notas Explicativas

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
XP	15/10/2024	17/07/2034	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	1.020.619
Safra	15/10/2024	18/11/2030	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	427.805
Total						1.448.424

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

Descrição	Total
Saldo em 31.12.2023	-
Marcação a Mercado no Resultado	71.631
Amortização	(1.401)
Saldo em 31.12.2024	70.230
Marcação a Mercado no Resultado	18.805
Amortização	(54.428)
Saldo em 30.09.2025	34.607

Os valores da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento financeiro (swap) em 30 de setembro de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo Ponta Ativa	Valor Justo Ponta Passiva	Resultado Financeiro
XP	1.025.565	(1.050.703)	(25.138)
Safra	426.322	(435.791)	(9.469)
Total	1.451.887	(1.486.494)	(34.607)

As operações mencionadas qualificam-se para a aplicação da contabilidade de hedge (hedge accounting) e estão classificadas como Hedge de Valor Justo aplicável às operações de swap para a conversão de taxas de Juros. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos como ativos financeiros quando apresentam valor justo positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A mensuração do valor justo das operações de swap é realizada com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando a Estrutura Temporal da Taxa de Juros (ETTJ), divulgada pela ANBIMA na data-base de 30 de setembro de 2025.

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado, juntamente com as oscilações no valor justo do ativo ou passivo protegido, desde que atribuíveis ao risco coberto.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios para contabilidade de hedge, qualquer ajuste no valor contábil do item protegido será amortizado na demonstração do resultado ao longo do período remanescente até o vencimento, conforme o método da taxa efetiva de juros.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Provisões e Encargos Sociais da Folha	2.531	1.804	181.027	135.152
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	12.480	27.362
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	5.896	11.345
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	26.380	33.915
Folha de Pagamento Líquida	388	361	17.186	18.980
Total	2.919	2.165	242.969	226.754
Circulante	2.919	2.165	239.174	217.785
Não Circulante	-	-	3.795	8.969

25.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores, com vistas à agregação de valor aos acionistas.

Em 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016. Nos anos seguintes,

Notas Explicativas

novas edições foram realizadas com os mesmos critérios e regulamentos, havendo alteração apenas no tempo mínimo de empresa como regra de elegibilidade.

A indenização do PDI pode ser paga integralmente, em parcela única, desde que o empregado se inscreva no Plano de Contribuição Definida – CD da Celos. Caso queira receber em parcelas, a escolha deve ser feita entre 24, 36, 48 ou 60 parcelas.

O cálculo do valor da indenização leva em consideração uma parcela base, que representa várias rubricas da remuneração do empregado, incluindo habitualidade de função gratificada, atuação em área de risco, habitualidade do exercício de atuação em atividade com adicional de função, entre outras.

Leva em consideração, também, o benefício do vale alimentação, a contribuição para a previdência privada em seu percentual máximo, tempo faltante para completar 35 anos de efetivo serviço, limitado a 60 meses, décimo terceiro salário, férias, além de fatores de ajuste, que consideram o tempo empresa com base no número de anuênio e o tempo de efetivo serviço nos últimos 60 meses.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Circulante	8.685	18.393
Não Circulante	3.795	8.969
Total	12.480	27.362

Em dezembro de cada ano, ocorrem atualizações das parcelas com base na variação do INPC dos últimos 12 meses.

26. TRIBUTOS

A composição dos tributos a pagar por ente federativo está demonstrada nas notas seguintes.

26.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
IRRF S/ JCP	6.322	8.208	18.038	24.552
PIS e COFINS	7.783	10.480	62.898	54.756
Outros	33	48	3.302	3.853
Total a pagar	14.138	18.736	84.238	83.161
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(430.135)	(505.499)
Total	14.138	18.736	(345.897)	(422.338)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL	1.444	82	109.635	2.818
Total a pagar	1.444	82	109.635	2.818
(-) IRPJ e CSLL a recuperar (NE 10.1)	(62.941)	(71.041)	(222.676)	(110.766)
Total	(61.497)	(70.959)	(113.041)	(107.948)

26.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
ICMS	-	-	205.704	180.497
Total a Recolher	-	-	205.704	180.497
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(73.304)	(58.404)
Total	-	-	132.400	122.093

Notas Explicativas

26.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
ISS	112	116	1.992	2.484
IPTU	0	-	28	7
Total a Recolher	112	116	2.020	2.491
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(736)	(738)
Total	112	116	1.284	1.753

27. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2024	Adições	Atualização Monetária		30.09.2025
			Pagamentos		
Programa Eficiência Energética – PEE	63.968	39.350	5.933	(29.338)	79.913
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	27.086	40.347	1.753	(42.962)	26.224
Taxa de Fiscalização ANEEL	933	8.543	-	(8.472)	1.004
Conta de Desenvolvimento Energético–CDE	9.497	1.980.438	-	(1.962.156)	27.779
Compensação financeira utiliz. rec. hid. - CFURH	455	933	-	(992)	396
Total	101.939	2.069.611	7.686	(2.043.920)	135.316
Circulante	23.278	-	-	-	49.634
Não Circulante	78.661	-	-	-	85.682

27.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, com exceção de algumas modalidades, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de suas receitas operacionais líquidas – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. As distribuidoras devem aplicar, ainda, em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Em 30 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 229 e o Despacho nº 904, definindo a forma e os valores a serem repassados para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Os recolhimentos à CDE correspondem aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D e PEE na data-base de 31 de agosto de 2020 e 30% dos valores correntes referentes ao período de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Até a competência de dezembro de 2025, os valores calculados serão repassados mensalmente, no dia 10 do segundo mês subsequente.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui a Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, contemplando o reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

28.1. Contingências Prováveis

Descrição	31.12.2024	Novas Provisões	Ajustes das Provisões		Atualização Financeira		30.09.2025
			Pagamentos	Reversões			
Tributária	20.397	477	593	(21.657)	-	358	168
Trabalhistas	1.576	-	-	-	-	105	1.681
Cíveis	701	-	(1)	(14)	(5)	25	706
Regulatórias	7.270	-	-	-	-	193	7.463
Total	29.944	477	592	(21.671)	(5)	681	10.018

Notas Explicativas

Descrição	31.12.2024	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização		Consolidada
						Financeira	30.09.2025	
Tributária	48.935	477	723	(21.732)	(11.705)		1.761	18.459
Trabalhistas	69.732	850	14.228	(4.011)	(3.820)		1.792	78.771
Cíveis	201.228	20.873	42.245	(68.273)	(38.864)		3.118	160.327
Regulatórias	64.129	1.866	1.943	-	(4.935)		9.660	72.663
Ambientais	72.473	2	166	(68.766)	(84)		73	3.864
Total	456.497	24.068	59.305	(162.782)	(59.408)		16.404	334.084

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Controladora o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. A PGFN requereu o levantamento do valor depositado. Em 17 de março de 2025, houve a conversão em renda deste depósito para a União, ocasionando a baixa da provisão no valor de R\$20,6 milhões e do depósito no valor de R\$21,2 milhões, sendo que o processo seguirá para baixa definitiva.

ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$25,6 milhões. Além disso, há processos referentes a incorporação da gratificação de função no valor de R\$8,91 milhões; horas extras no valor de R\$7,6 milhões; acidente de trabalho no valor de R\$11,7 milhões.

Em abril de 2025, houve o provisionamento de R\$3,4 milhões no processo nº 0000415-46.2025.5.12.0034 referente a reintegração de Aposentado – ACPU.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: danos envolvendo perda de produções de fumicultores em torno de R\$11,24 milhões, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$9,36 milhões, reclassificação tarifária de R\$3,9 milhões, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro) em aproximadamente R\$20,39 milhões; processos referentes a falta do fornecimento de energia durante o apagão ocorrido em 2003 no valor de R\$17,8 milhões; honorários advocatícios cobrado por escritório externo no valor de R\$8,49 milhões; Portarias da antiga agência reguladora DNAEE em torno de R\$8,98 milhões; CDI-OVER em torno de R\$13,06 milhões; ressarcimento de servidão de R\$13,44 milhões; cobrança indevida do consumidor de valores a maior no faturamento no valor de R\$9,3 milhões.

Até abril de 2025, havia provisionamento relevante existente no montante de R\$28,3 milhões em decorrência de ação movida por empresa de tratamento e destinação final de resíduos sólidos. Em primeiro grau o poder judiciário julgou procedente o pedido de indenização de servidão e lucros cessantes causados pela incapacidade do aterro sanitário poder se expandir. No segundo grau o acórdão excluiu os lucros cessantes, portanto, em maio de 2025, houve a alteração desta provisão para o valor de R\$3,55 milhões.

Notas Explicativas

Nos autos do processo 5004271-20.2021.8.24.0023, diante do julgamento da apelação que deu provimento ao recurso da Celesc, reformando a sentença e reconhecendo a correção do valor cobrado pela Concessionária, afastando, ainda, a imposição de ônus sucumbencial, foi realizada, no mês de agosto de 2025, a reversão do valor de R\$5,99 milhões, com a alteração do prognóstico da perda para remota.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

Há ainda, uma provisão regulatória referente a aplicação de multa (âmbito ANEEL) à Celesc D por não realizar obras necessárias para prestação de serviço adequado, além de não manter e operar de forma satisfatória instalações e equipamentos correspondentes. Em outubro de 2003, a Celesc D enfrentou uma interrupção no fornecimento de energia elétrica que afetou 135.432 consumidores por um período de 53 horas, devido a um incêndio em uma galeria sob uma ponte. Em decorrência desse evento, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aplicou uma multa à Celesc D. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

O processo judicial ambiental mais relevante, estava relacionado ao episódio ocorrido em 19 de novembro de 2012, quando foram furtados os registros de dois transformadores na subestação didática do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA) da Celesc, em Florianópolis, lançando 11.640 litros de óleo ao solo. Esse óleo percorreu o sistema de drenagem e ficou retido nos canais de drenagem no entorno da subestação. Informada do ocorrido a Celesc adotou as ações de remoção do óleo sobrenadante e resíduos sólidos. Preventivamente, houve o embargo de uma área de aproximadamente 730 hectares na baía da Tapera, localizada no sul da ilha em Florianópolis, afetando a atividade de maricultura na região. A Celesc D efetuou a indenização aos afetados nessa área embargada, conforme levantamento oficial.

A Celesc D recebeu duas notificações, sendo uma da FATMA, atual Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, órgão estadual e outra do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A Companhia pagou a multa do órgão estadual e recorreu da sentença do IBAMA. Em 2023, a Celesc D foi surpreendida pela reversão do julgamento da apelação dos embargos à execução nº 5004476-82.2017.4.04.7200, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual determinou o pagamento da multa ambiental ao Ibama, de valor atualizado do provisionamento foi de R\$137,9 milhões, cuja Execução Fiscal foi garantida com o oferecimento de bens.

Em dezembro de 2024, houve reversão de R\$66,3 milhões, devido à adesão da Celesc D à Transação Extraordinária de dívidas ativas não tributárias prevista na Portaria Normativa AGU nº 150, de 03 de novembro de 2024, desta forma, restou provisionado o valor de R\$68,7 milhões. O valor foi totalmente quitado em 31 de janeiro de 2025, sendo efetuada a Reversão deste processo.

Notas Explicativas

28.2. Depósitos Judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Tributária	38.096	55.852	47.970	65.481
Trabalhistas	5.226	5.177	22.796	19.506
Cíveis	3.361	2.683	79.081	104.822
Regulatórias	39.346	37.228	263.745	248.735
Ambientais	-	-	1.300	1.335
Saldo	86.029	100.940	414.892	439.879

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	100.940	439.879
Constituição	714	76.713
Atualização Financeira	5.615	24.285
Baixas	(21.240)	(125.985)
Saldo em 30.09.2025	86.029	414.892

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante se refere a Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, em que é parte, no valor de R\$40,7 milhões, como forma de garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, sustentando a inexigibilidade do débito, em razão da existência de crédito apto à compensação. Os embargos foram julgados improcedentes. A Companhia apresentou recurso, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal.

Já na Celesc D, há dois depósitos judiciais referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro de contrato relacionado com leitura, impressão e entrega simultânea de fatura. Após levantamento parcial, os autos nº 5029579-87.2023.8.24.0023, o depósito atualizado é de R\$1,1 milhão, referente às verbas sucumbenciais. Também foi levantado parcialmente o depósito dos autos nº 5029535-68.2023.8.24.0023, o qual está no valor atualizado de R\$10,8 milhões.

Além dos processos já listados acima, destaca-se ainda depósito judicial realizado e baixado dentro do terceiro trimestre de 2025, referente ao cumprimento de sentença nº 5039800-61.2025.8.24.0023. No mês de agosto foi realizado depósito judicial de R\$8,4 milhões, que foi integralmente baixado já no mês seguinte.

28.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda, tanto na esfera administrativa como na judicial, classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Tributárias (i)	57.900	57.900	319.315	322.491
Trabalhistas (ii)	313	-	23.029	32.954
Cíveis (iii)	26.806	4.984	432.636	433.646
Regulatórias (iv)	-	-	349.551	278.192
Ambientais (v)	-	-	4.803	6.273
Total	85.019	62.884	1.129.334	1.073.556

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

Notas Explicativas

A Celesc recebeu Execução Fiscal nº 5032049-22.2022.4.04.7200, proposta pela União e que objetiva a cobrança de tributos diversos no valor de R\$40,7 milhões. A Companhia se opôs por meio de Embargos à Execução com apresentação de seguro-garantia judicial e efetuou o pagamento parcial do valor executado no montante de R\$24,0 milhões. Processo aguarda a realização de perícia contábil.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes temos o registro dos objetos envolvendo danos na perda de produções de fumicultores em torno de R\$87 milhões, tem-se R\$10,0 milhões relacionados a forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$66,6 milhões de danos morais/materiais, ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$54,3 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, dos quais a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute, com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

A Celesc D, por intermédio da ABRADDEE, é parte em Mandado de Segurança Coletivo visando afastar dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 888/2020 (posteriormente consolidada na REN nº 1.000/2021), que limitam ou impedem a cobrança pelo serviço de arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.

Atualmente, encontra-se vigente decisão liminar que suspende os efeitos das referidas normas, permitindo a manutenção da cobrança acima do limite de 1% previsto. Caso a liminar seja cassada, poderá haver obrigação de limitar a cobrança e/ou restituir aos municípios valores recebidos acima do percentual autorizado, independentemente de parte desses valores ter sido revertida à modicidade tarifária. Com base na avaliação de assessores jurídicos, em março de 2025, a Administração classificou o risco de perda como possível.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, as obrigações atuariais dos planos de benefício a empregados são mensuradas com base em premissas atuariais e financeiras que refletem as melhores estimativas de mercado na data do encerramento das demonstrações financeiras.

Em 30 de setembro de 2025, as taxas de desconto atuarial utilizadas para o cálculo do valor presente das obrigações atuariais dos planos Misto, Pecúlio e Auxílio-Deficiência foram ajustadas para níveis superiores, refletindo as condições de mercado vigentes na referida data. Os demais planos

Notas Explicativas

apresentaram redução em suas respectivas taxas de desconto. As demais premissas e taxas permaneceram as mesmas do laudo atuarial elaborado ao final do exercício de 2024.

Essa atualização nas premissas financeiras resultou em aumento do valor presente das obrigações atuariais no montante de R\$20,3 milhões, cujo efeito foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes.

A Administração, em conjunto com os atuários responsáveis, revisa periodicamente as premissas econômicas aplicáveis aos planos de benefícios, assegurando que as demonstrações financeiras reflitam de forma adequada as obrigações presentes e as expectativas de mercado.

Descrição	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Planos Previdenciários	465.594	477.933
Plano Misto e Plano Transitório (a)	465.594	477.933
Planos Assistenciais	1.216.403	1.198.566
Plano CELOS Saúde (b)	1.159.080	1.143.185
Outros Benefícios (c)	57.323	55.381
Total	1.681.997	1.676.499
Circulante	150.925	167.661
Não Circulante	1.531.072	1.508.838

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores à transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A dívida foi pactuada com a CELOS, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% a.a. e atualizados pelo IPCA, para cobertura dos Benefícios a Empregados do Plano Misto e Transitório, a partir de 30 de novembro de 2001. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2024 era de R\$11,6 milhões e foi quitado em janeiro de 2025.

b) Plano CELOS Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio-deficiente, auxílio-funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

Notas Explicativas

29.1. Resultados da Avaliação Atuarial

29.1.1. Obrigações Atuariais

Consolidado						
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2023	2.589.128	726.627	1.379.195	1.946	62.877	4.759.773
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.717	-	(45.152)	167	-	(43.268)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	-	110.338
Juros s/ Obrigação Atuarial	235.997	64.936	126.570	167	5.687	433.357
Benefícios Pagos no Exercício	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(5.723)	(498.589)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	(352.359)	(118.877)	(179.704)	(199)	(7.460)	(658.599)
Saldo em 31.12.2024	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381	4.103.012
Custo do Serviço Corrente Líquido	1.376	-	(35.889)	153	-	(34.360)
Contrib. de Participante Realizadas no Exercício	27.846	13.607	40.851	-	-	82.304
Juros s/ Obrigação Atuarial	182.615	48.341	95.085	133	4.480	330.654
Benefícios Pagos no Exercício	(165.323)	(59.312)	(90.770)	(323)	(4.168)	(319.896)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	276	10.108	56.052	160	1.630	68.226
Saldo em 30.09.2025	2.312.930	609.453	1.248.343	1.891	57.323	4.229.940

29.1.2. Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Consolidado						
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Passivo (Ativo) em 31.12.2023	511.925	284.275	1.336.745	-	62.877	2.195.822
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.021.307)	(486.924)	(39.829)	(15.127)	-	(2.563.187)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.266.140	596.709	1.183.014	1.768	55.381	4.103.012
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	59.115	64.200	-	13.359	-	136.674
Passivo (Ativo) em 31.12.2024	303.948	173.985	1.143.185	-	55.381	1.676.499
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	(2.131.319)	(492.524)	(89.263)	(16.233)	-	(2.729.339)
Obrigações Atuariais no Fim do Exercício	2.312.930	609.453	1.248.343	1.891	57.323	4.229.940
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Exercício	108.093	58.961	-	14.342	-	181.396
Passivo (Ativo) em 30.9.2025	289.704	175.890	1.159.080	-	57.323	1.681.997

29.1.3. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Consolidado					
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano CELOS Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo em 31.12.2023	2.077.203	442.352	42.450	14.057	2.576.062
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(247.138)	(95.923)	(149.492)	(313)	(492.866)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	38.795	19.946	51.597	-	110.338
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	106.331	89.146	80.497	-	275.974
Rendimentos Esperados dos Ativos	192.505	42.122	4.283	1.313	240.223
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(146.389)	(10.719)	10.494	70	(146.544)
Saldo em 31.12.2024	2.021.307	486.924	39.829	15.127	2.563.187
Benefícios Pagos no Exercício Utilizando os Ativos do Plano	(165.323)	(59.312)	(90.770)	(323)	(315.728)
Contribuições de Participantes Realizadas no Exercício	27.846	13.607	40.851	-	82.304
Contribuições do Empregador Realizadas no Exercício	28.261	13.821	55.045	-	97.127
Rendimentos Esperados dos Ativos	163.685	39.653	3.708	15.321	222.367
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	55.543	(2.169)	40.600	(13.892)	80.082
Saldo em 30.09.2025	2.131.319	492.524	89.263	16.233	2.729.339

Notas Explicativas

29.1.4. Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	30.09.2025	30.09.2024
Plano Transitório	15.827	17.110
Plano Misto	26.455	33.907
Plano Médico	57.783	57.851
Outros Benefícios	5.258	4.391
Total	105.323	113.259
Despesa Pessoal	105.323	106.076
Despesa Financeira	-	7.183
Total	105.323	113.259

29.1.5. Premissas

Premissas	Taxa Real de Desconto		Crescimento Salarial Empregados Ativos	Mortalidade Geral
	Atuarial	HCCTR		
Misto	7,41%	N.U.	8,08%	AT-2000 por sexo desagravada em 5%
Transitório	7,60%	N.U.	N.U.	AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
Pecúlio	7,45%	N.U.	4,85%	AT-2000 por sexo desagravada em 5%
Auxílio Deficiência	7,42%	N.U.	N.A.	N.A.
Auxílio Funeral	7,27%	N.U.	N.U.	AT-2000 por sexo desagravada em 5%
Benefício Mínimo	7,57%	N.U.	4,95%	AT-2000 por sexo desagravada em 5%
Saúde	7,21%	3,50%	N.A.	AT-2000 por sexo desagravada em 5%

N.U. - Não Utilizado

N.A. - Não Aplicável

29.1.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas.

Premissas	Taxa Real de Desconto Atuarial		HCCTR		Crescimento Salarial Empregados Ativos		Mortalidade Geral	
	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%	+1 ano	-1 ano
	Misto	(97.374)	96.680	-	-	526	(480)	49.959
Transitório	(18.162)	19.259	-	-	-	-	17.613	(17.796)
Pecúlio	(73)	78	-	-	-	-	(74)	80
Auxílio Deficiência	(178)	194	-	-	-	-	83	(84)
Auxílio Funeral	(722)	788	-	-	-	-	(539)	551
Benefício Mínimo	(1.225)	1.307	-	-	-	-	1.054	(1.233)
Saúde	(70.157)	77.272	73.652	(67.286)	-	-	45.939	(46.565)

29.1.7. Despesa Estimada para o Exercício de 2025

A estimativa da despesa para o exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado	
	Despesa a ser Reconhecida em 2025	
Plano Transitório	21.104	
Plano Misto	35.273	
Plano Pecúlio	156	
Plano Médico	77.044	
Outros	6.854	
Total	140.431	

29.1.8. Movimentação dos Benefícios a Empregados

Descrição	Consolidado			
	Plano Misto/Transitório	Plano CELOS Saúde	Outros Benefícios	Total
Saldo em 31.12.2024	477.933	1.143.185	55.381	1.676.499
Pagamento	(58.018)	(68.144)	(4.435)	(130.597)
Ajuste PL	3.397	26.256	1.119	30.772
Provisão	42.282	57.783	5.258	105.323
Saldo em 30.09.2025	465.594	1.159.080	57.323	1.681.997

Notas Explicativas

29.2. Plano de Equacionamento Celos – Plano Misto

Os planos previdenciários ofertados pela Celesc D são administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS. Em decorrência de déficit acima dos limites definidos na legislação, os participantes e a patrocinadora, devem equacionar o plano, realizando "aportes" paritários para buscar o equilíbrio entre o ativo e passivo do plano previdenciário. Para os participantes este "aporte" ocorre através de desconto no benefício e para a patrocinadora através de contribuições extras.

No dia 15 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano misto Cenário 2 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$252,7 milhões e alíquota de 4,85%. A patrocinadora Celesc D possui a obrigação financeira no valor de R\$126,4 milhões, que representa 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Misto, a serem pagas em número de parcelas mensais e sucessivas até julho de 2039, sendo a primeira com vencimento em 06 de abril de 2024 e as demais no 5º dia útil dos meses subsequentes.

29.3. Plano de Equacionamento Celos – Plano Transitório

No dia 15 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou para o Plano Transitório, Cenário 1 - Equilíbrio Técnico Ajustado, atualizado no valor a equacionar de R\$30,98 milhões e alíquota de 1,80%.

O déficit possui paridade contributiva, ou seja, a patrocinadora Celesc D é paritária com os assistidos, devendo, portanto, efetuar contribuição extraordinária de 50% (cinquenta por cento) do equacionamento do déficit 2022 do Plano Transitório, com prazo de amortização correspondente à liquidação do passivo atuarial (*duration*).

30. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

30.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve decisão judicial favorável garantindo o direito de recuperar valores pagos a maior de PIS/COFINS, devido à inclusão indevida do ICMS na base de cálculo, referente ao período de 13 de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2014.

A Celesc D registrou os valores contabilmente como Ativo (Tributos a Recuperar) e Passivo (PIS/COFINS a Restituir a Consumidores) considerando a sistemática adotada pelo PIS/COFINS na tarifa de energia elétrica e que a devolução seria feita via mecanismos a serem definidos pela ANEEL.

Em 2021, a Celesc D adiantou R\$795 milhões em devoluções, de forma provisória. Já Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, após a publicação da Lei nº 14.385/2022, que trata da devolução de créditos por redução de ICMS da base de PIS/COFINS aos clientes das distribuidoras, foram repassados R\$806,3 milhões aos consumidores, acarretando um impacto negativo de 8,32% na tarifa.

Em relação ao saldo devedor de R\$27,9 milhões considerado na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores, esclarece-se que, conforme decisão administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorrida via Despacho nº 2.203, de 22 de julho de 2025, restou validado o entendimento da Agência quanto à metodologia de atualização dos valores a serem devolvidos aos consumidores, referentes aos créditos tributários de PIS/COFINS sobre a base de cálculo do ICMS.

A Companhia, no processo tarifário de 2022, sustentava que os valores já devolvidos aos consumidores haviam sido atualizados conforme a legislação tributária vigente e em linha com a Lei nº 14.385/2022. No entanto, a ANEEL concluiu que, por se tratar de passivo tarifário, a atualização deveria ocorrer com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia utilizada pela Receita Federal. Em razão dessa decisão, a diferença de atualização financeira foi reconhecida como despesa financeira no resultado do semestre.

A Companhia avaliará os impactos desta decisão e nas demais relações operacionais vinculadas ao tema em conjunto com os assessores legais.

Notas Explicativas

30.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

No tocante a este processo, referente à 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação se demonstrou indicado como montante total do crédito atualizado até aquela data, o equivalente a R\$1,08 bilhão.

A Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias desta ação em fevereiro de 2023.

Neste sentido, em linha com a Lei nº 14.385/2022, houve a consideração de valores a serem devolvidos ao consumidor no RTA que ocorreu em agosto de 2023. O repasse do RTA de 2023 foi de R\$807,6 milhões trazendo um efeito redutor ao consumidor de -7,02%. Devido a divergência na metodologia de atualização financeira, a Celesc D atualizou os valores chegando ao montante de R\$778,4 milhões.

Em decorrência de alterações dos normativos legais relacionados as compensações de débitos tributários decorrentes de decisões judiciais ocorrida em 2024, os valores de repasse estipulados no RTA de 2023 foram superiores aos limites estabelecidos na Lei nº 14.385/2022.

Desta forma, no RTA de agosto de 2024, a ANEEL recompôs os valores no cálculo, utilizando os valores atualizados com os novos montantes a serem recebidos e repassados pela Celesc D, o cálculo resultou em um montante de R\$36,0 milhões de reais a ser recebido pela Celesc D nos próximos 12 meses.

Em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.203/2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) consolidou entendimento quanto à metodologia de atualização dos valores referentes à devolução de créditos tributários de PIS/Cofins sobre a base de cálculo do ICMS aos consumidores.

No processo tarifário de 2023, a Companhia reconheceu, na conta de Outros Passivos – PIS/Cofins a Restituir aos Consumidores, o valor de R\$25,5 milhões como saldo devedor, adotando a atualização dos valores conforme a legislação tributária vigente, especialmente em conformidade com a Lei nº 14.385/2022.

Com a validação do novo entendimento regulatório pela ANEEL, essa diferença decorrente da aplicação da nova metodologia foi registrada como despesa financeira no resultado do semestre.

A Companhia seguirá avaliando os impactos da referida decisão, inclusive em relação às demais obrigações operacionais correlatas, com o suporte de seus assessores legais.

30.3. Decisão do STF na ADI 7324

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7324 (ADI 7324), na qual se discutia a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. Essa lei atribui à ANEEL a competência para definir o procedimento de devolução, aos consumidores finais, dos valores pagos a mais pelas distribuidoras em virtude da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS/COFINS, conforme consolidado pela “tese do século”.

Principais pontos da decisão:

- O STF reconheceu a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, declarando que os valores de repetição de indébito das distribuidoras devem ser destinados aos consumidores finais, por meio da tarifa, e não incorporados ao patrimônio das empresas;
- Foi fixado o prazo prescricional de dez anos para pedidos de restituição desses valores pelos consumidores, computado a partir da data da efetiva restituição à distribuidora ou da homologação da compensação por ela realizada;
- O STF admitiu que as distribuidoras possam deduzir, dos valores a serem devolvidos, os tributos incidentes sobre a restituição bem como os honorários advocatícios especificamente despendidos para obtenção da repetição de indébito;
- Foi considerado que o recebimento de valores por parte de consumidores de boa-fé não será objeto de repetição pela distribuidora.

A Companhia aguarda a publicação do acórdão para identificar, com maior clareza e adequadamente, os períodos abrangidos pela prescrição, o início da contagem (marco temporal), as deduções permitidas e

Notas Explicativas

outras questões não esclarecidas pela ata de julgamento para quantificar eventuais impactos desta decisão nos seus valores a restituir ou compensar.

31. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Cosip	-	-	43.587	34.837
Créditos a Compensar com Consumidor (i)	-	-	13.944	102.850
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	12.255	21.774
Partes Relacionadas/Celos	100	-	13.259	24
Contrato Convênios	-	-	10.944	11.479
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	8.671	3.770
Bônus Itaipu (NE 2.1.1.1 letra c)	-	-	15	52.589
Diferença Subsídio CDE	-	-	-	1.991
Bônus Escassez Hídrica	-	-	827	1.149
Penalidade DIC/FIC	-	-	779	802
Acionistas	205	205	205	205
Cauções em Garantia	108	103	196	182
Obrigações com Empregados	-	-	52	42
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	134	124	134	124
Obrigações com alienação de investimentos	-	-	604	-
Seguro a Pagar	-	-	-	783
Empregados à Disposição	827	891	-	-
Outros	-	1	4.185	1.712
Total Circulante	1.374	1.324	109.657	234.313

(i) A redução no saldo na Créditos a Compensar com Consumidor é decorrente do reprocessamento da arrecadação das faturas que apresentaram inconsistências pela transição para o novo sistema comercial.

32. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por ações nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do Capital Autorizado, encontram-se subscritos e integralizados R\$2,48 bilhões, representados por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

32.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

32.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O valor do provento referente ao período de janeiro a setembro de 2025, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Período	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.09.2025	DIV	ON	-	-
		PN	-	
	JCP	ON	4,737072869	193.633
		PN	5,210780155	
		IR	(16.354)	
JCP Líquido de IR			177.279	

*Expresso em R\$.

O valor do provento referente ao terceiro trimestre de 2024, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo	Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.09.2024	DIV	ON	-	-
		PN	-	
	JCP	ON	3,281549614	134.137
		PN	3.609704576	
		IR	(11.315)	
JCP Líquido de IR			122.822	

*Expresso em R\$.

32.4. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2025 e de 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem:

- o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais, concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% a mais do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 30 de setembro de 2025, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações e não havia instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	217.010	222.489
Ações Preferenciais Nominativas – PN	354.280	363.226
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	571.290	585.715
Lucro por Ação Diluído		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	13,9762	14,3291
Ações Preferenciais Nominativas – PN	15,3738	15,7620

32.5. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 2025, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cujas aprovações estão demonstradas na tabela a seguir:

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Valor Bruto	Consolidado
			Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	06.03.2025	60.128	55.048
2º Trimestre	18.06.2025	58.669	53.717
3º Trimestre	18.09.2025	74.836	68.514
Total		193.633	177.279

Notas Explicativas

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, cujas datas serão definidas, oportunamente, pelo Conselho de Administração.

32.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,2 bilhão, em 30 de setembro de 2025, e R\$1,16 bilhão, em 31 de dezembro de 2024, composto da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Custo Atribuído – Celesc G (a)	11.919	12.339
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.055.363)	(1.035.053)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	(1.180.705)	(1.159.975)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

33. RECEITAS E DESPESAS

33.1. Receita Operacional Líquida Consolidada

33.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta

- Fornecimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica - Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica - São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo - É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.
- Receita de Construção - Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.

Notas Explicativas

- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os montantes da receita contabilizada, nos primeiros nove meses de 2025, foram de R\$448,9 milhões, como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), R\$36,1 milhões, como Programa de Baixa Renda, R\$69,4 milhões, como fornecimento de Bandeiras CCRBT, e R\$5,6 milhões, como diferença de reembolso CDE (efeito negativo). No mesmo período de 2024, esses montantes foram de R\$456,6 milhões, R\$30,6 milhões, R\$42,9 milhões e R\$7,1 milhões, respectivamente.
- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

Descrição	Consolidado			
	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
	Atual	Período	Atual	Período
	01.07.2025	01.01.2025	01.07.2024	01.01.2024
	a	a	a	a
	30.09.2025	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2024
Receita Operacional Bruta – ROB	4.702.964	13.781.998	3.997.012	12.204.651
Fornecimento de Energia Elétrica	1.667.259	5.322.717	1.481.591	5.042.899
Fornecimento não faturado	143.855	86.939	(42.348)	(83.574)
Suprimento de Energia Elétrica	65.599	189.547	74.515	275.328
Suprimento não faturado	693	(1.258)	520	951
Disponibilização da Rede Elétrica	1.781.703	5.776.790	1.633.750	5.265.871
Valo Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	5.503	27.444	4.102	19.373
Receita Financeira	18.918	65.725	18.981	61.448
Renda de Prestação de Serviços	46	60	20	653
Energia Elétrica de Curto Prazo	224.941	447.070	115.693	140.101
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	332.121	517.889	302.707	293.780
Outras Receitas Operacionais	1.620	2.598	395	4.600
Doações e Subvenções (i)	170.433	548.925	158.279	537.210
Receita de Construção	290.080	797.121	248.751	645.655
Arrendamentos e Aluguéis UFV	193	431	56	356
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.740.061)	(4.942.022)	(1.370.350)	(4.357.969)
ICMS	(553.968)	(1.805.365)	(484.998)	(1.630.369)
PIS	(63.981)	(184.879)	(53.636)	(163.411)
COFINS	(294.702)	(851.565)	(247.049)	(752.680)
ISS	(2)	(3)	-	(1)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(767.428)	(1.980.438)	(557.723)	(1.730.106)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(13.449)	(40.347)	(11.970)	(36.205)
Programa Eficiência Energética – PEE	(13.094)	(39.350)	(11.667)	(35.343)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(2.945)	(8.543)	(2.727)	(7.887)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(584)	(1.624)	(580)	(1.967)
Outros Encargos	(29.908)	(29.908)	-	-
Receita Operacional Líquida – ROL	2.962.903	8.839.976	2.626.662	7.846.682

33.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

Descrição	Consolidado					
	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Residencial	2.849.315	2.737.104	6.178.253	6.013.465	2.784.639	2.459.052
Industrial	143.468	142.072	9.051.339	8.643.771	650.178	672.561
Comercial	345.099	326.853	4.003.496	3.916.672	1.256.831	1.147.406
Rural	206.485	218.181	760.349	778.136	328.438	315.183
Poder Público	29.836	27.184	387.257	383.066	172.218	156.192
Iluminação Pública	1.963	1.434	446.325	456.154	114.328	109.414
Serviço Público	5.095	4.563	357.242	346.252	103.024	99.517
Total do Fornecimento	3.581.261	3.457.391	21.184.261	20.537.516	5.409.656	4.959.325
Suprimento de Energia	179	178	2.002.608	2.318.757	188.289	276.279
Total	3.581.440	3.457.569	23.186.869	22.856.273	5.597.945	5.235.604

Notas Explicativas**33.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas**

Descrição	Consolidado			
	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
	Atual	Período	Atual	Período
	01.07.2025	01.01.2025	01.07.2024	01.01.2024
a	a	a	a	
	30.09.2025	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2024
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.462.906	4.217.551	1.293.148	3.481.532
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	506.730	1.499.247	502.121	1.605.531
Ganho Alienação Bens e Direitos Mant. Venda	(5.361)	(12.930)	-	-
Pessoal (c)	199.216	591.863	185.182	526.705
Administradores	2.957	10.490	5.072	12.034
Despesa Atuarial	32.196	105.323	36.577	106.076
Entidade de Previdência Privada (c)	8.930	26.563	7.745	23.356
Material	15.760	45.796	12.248	45.163
Custo de Construção	290.080	797.121	248.751	645.655
Custos e Serviços de Terceiros	92.866	266.215	87.662	266.721
Depreciação e Amortização	96.518	282.150	85.381	254.186
Provisões Líquidas	28.705	147.207	78.058	157.985
Doações, Contribuições e Subvenções	-	20	60	60
Arrendamento e Aluguéis	1.964	6.086	1.936	5.553
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	(74.930)	(223.694)	(74.124)	(218.615)
Taxa Arrecadação de Convênio (e)	(16.642)	(52.029)	(15.366)	(48.494)
Outras (Receitas)/Despesas	7.877	42.073	23.454	46.290
Total	2.649.772	7.749.052	2.477.905	6.909.738

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado			
	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
	Atual	Período	Atual	Período
	01.07.2025	01.01.2025	01.07.2024	01.01.2024
a	a	a	a	
	30.09.2025	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2024
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	908.898	2.495.159	847.787	2.326.622
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	136.338	346.416	47.186	53.789
Itaipu Binacional	261.327	682.766	243.149	608.742
Contratos Bilaterais	3.663	268.881	10.257	61.158
Cotas de Energia Nuclear	47.230	152.797	54.124	165.570
Cotas de Garantia Física	163.310	427.433	148.525	398.660
Proinfa	86.748	260.242	69.304	207.911
PIS/COFINS	(144.608)	(416.143)	(127.184)	(340.920)
Total	1.462.906	4.217.551	1.293.148	3.481.532

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

Em função do perfil da curva de carga da Celesc D e da sazonalização dos contratos de compra de energia, no primeiro semestre de 2025 verificou-se exposição ao mercado de curto prazo, uma vez que o montante contratado para o período foi inferior ao consumo efetivamente realizado.

Nessas circunstâncias, a Companhia necessitou adquirir energia elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, cuja média no primeiro semestre de 2025 foi de R\$193,01/MWh, valor significativamente superior à média de R\$61,99/MWh registrada no mesmo período de 2024.

Notas Explicativas**b) Encargos de Uso da Rede Elétrica**

Descrição	Trimestre Atual		Acumulado do Período		Trimestre Atual		Acumulado do Período	
	01.07.2025		01.01.2025		01.07.2024		01.01.2024	
	a		a		a		a	
	30.09.2025		30.09.2025		30.09.2024		30.09.2024	
Encargo de Uso do Sistema	435.434	1.263.030	403.969	1.330.423				
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS	4.614	12.589	24.324	45.289				
Encargos de Transporte de Itaipu	32.425	83.281	26.449	98.936				
Encargo de Energia de Reserva – EER	85.908	293.163	98.549	294.521				
PIS/COFINS	(51.651)	(152.816)	(51.170)	(163.638)				
Total	506.730	1.499.247	502.121	1.605.531				

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Trimestre Atual		Acumulado do Período		Trimestre Atual		Acumulado do Período	
	01.07.2025		01.01.2025		01.07.2024		01.01.2024	
	a		a		a		a	
	30.09.2025		30.09.2025		30.09.2024		30.09.2024	
Pessoal	2.700	7.905	2.573	7.516				
Remunerações	2.566	7.493	2.465	7.164				
Encargos Sociais	96	242	78	226				
Provisões e Indenizações	15	64	8	46				
Outros	23	106	22	80				
Previdência Privada – CELOS	4	16	6	16				
Total	2.704	7.921	2.579	7.532				

Descrição	Trimestre Atual		Acumulado do Período		Trimestre Atual		Acumulado do Período	
	01.07.2025		01.01.2025		01.07.2024		01.01.2024	
	a		a		a		a	
	30.09.2025		30.09.2025		30.09.2024		30.09.2024	
Pessoal	199.216	591.863	185.182	526.705				
Remunerações	93.841	281.832	86.827	252.808				
Encargos Sociais	35.063	106.732	32.100	101.095				
Participação nos Lucros e Resultados	6.825	27.328	9.174	22.541				
Benefícios Assistenciais	30.301	92.772	26.956	79.073				
Provisões e Indenizações	33.137	83.014	30.081	71.042				
Outros	49	185	44	146				
Previdência Privada – CELOS	8.930	26.563	7.745	23.356				
Total	208.146	618.426	192.927	550.061				

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

e) Taxa Arrecadação de Convênio

A Celesc mantém convênios com entes públicos e privados para a arrecadação de valores de terceiros por meio das faturas de energia elétrica. Em contrapartida, recebe uma taxa de arrecadação destinada a remunerar os custos administrativos e operacionais do serviço prestado.

Notas Explicativas**33.3. Resultado Financeiro**

Descrição	Controladora			
	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
	Atual	Período	Atual	Período
	01.07.2025	01.01.2025	01.07.2024	01.01.2024
	a	a	a	a
	30.09.2025	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2024
Receitas Financeiras	(1.073)	(1.359)	(863)	(838)
Renda de Aplicações Financeiras	3.532	10.083	1.572	4.564
Renda de Dividendos	-	567	-	1.315
Juros s/ Depósitos Judiciais	1.896	5.615	1.741	5.141
Outras Receitas Financeiras	1.281	3.954	933	2.934
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(7.518)	(20.817)	(4.964)	(14.360)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(264)	(761)	(145)	(432)
Despesas Financeiras	(163)	(805)	(4.488)	(4.517)
Atualização Monetárias para Litígios	(114)	(681)	(3.398)	(2.476)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(1)	(7)	(6)	(21)
Outras Despesas Financeiras	(48)	(117)	(1.084)	(2.020)
Resultado Financeiro	(1.236)	(2.164)	(5.351)	(5.355)

Descrição	Consolidado			
	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
	Atual	Período	Atual	Período
	01.07.2025	01.01.2025	01.07.2024	01.01.2024
	a	a	a	a
	30.09.2025	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2024
Receitas Financeiras	190.072	565.935	81.372	255.293
Renda de Aplicações Financeiras	17.905	63.629	28.628	67.483
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	41.960	120.219	23.741	85.001
Variações Monetárias	518	2.967	470	7.887
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro Setoriais	22.824	57.140	14.735	52.187
Renda de Dividendos	-	567	-	1.315
Receita de Derivativos (NE 24)	12.055	92.015	-	-
Juros s/ Depósitos Judiciais	8.705	24.292	7.027	20.956
Marcação a Mercado (MTM) (NE 24)	77.431	189.114	-	-
Atualização Tributo Recuperar Exclusão ICMS	10.267	30.215	10.042	32.472
PIS/COFINS	11.353	21.532	5.847	15.228
Outras Receitas Financeiras	(7.518)	(20.817)	(4.964)	(14.360)
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(5.428)	(14.938)	(4.154)	(12.876)
Despesas Financeiras	(297.567)	(914.507)	(163.562)	(442.659)
Encargos de Dívidas	(74.226)	(205.859)	(60.021)	(166.562)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(1.175)	(7.183)
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	(4.214)	(11.509)	(2.223)	(6.928)
Variações Monetárias	(74.516)	(222.912)	(49.857)	(118.347)
Atualização Monetárias para Litígios	(7.895)	(16.404)	(5.311)	(17.189)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(2.913)	(7.686)	(2.500)	(7.073)
Marcação a Mercado (MTM) (NE 24)	(46.371)	(184.502)	-	-
Despesa com Derivativos (NE 24)	(60.139)	(110.820)	-	-
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS	(9.825)	(81.915)	(7.968)	(23.343)
PIS/COFINS	(11.764)	(58.204)	(30.765)	(85.274)
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	(3.246)	(8.100)	(1.929)	(5.205)
Juros e Custas com Debêntures	(327)	(796)	(208)	(788)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(2.131)	(5.800)	(1.605)	(4.767)
Outras Despesas Financeiras				
Resultado Financeiro	(107.495)	(348.572)	(82.190)	(187.366)

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas, responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Notas Explicativas

Até 30 de setembro de 2025, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

A Controladora Celesc, tem a estrutura de Holding tem como atribuição a de controlar e gerenciar a participação em outras empresas. Além disso, ela executa a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

Em 30 de setembro de 2025 e 2024, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Distribuição de energia - A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

b) Geração de energia - A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

Descrição	Segmentos Reportáveis			Ajustes de Consolidação	30.09.2025
	Celesc D	Celesc G	Controladora		Total
Receita Operacional Líquida – ROL	8.685.264	163.371	-	(8.659)	8.839.976
Custo das Vendas	(6.960.972)	(52.419)	-	8.659 (i)	(7.004.732)
Depreciação e Amortização	(231.937)	(4.369)	-	-	(236.306)
Resultado Operacional Bruto	1.492.355	106.583	-	-	1.598.938
Despesas com Vendas	(232.556)	(1.407)	-	-	(233.963)
Despesas Gerais e Administrativas	(478.462)	(19.881)	(24.861)	-	(523.204)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	225.285	12.373	11.495	-	249.153
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	5.222	588.264	(552.622) (ii)	40.864
Resultado das Atividades	1.006.622	102.890	574.898	(552.622)	1.131.788
Receitas Financeiras	559.968	13.346	(1.359)	(6.020) (iii)	565.935
Despesas Financeiras	(911.628)	(8.094)	(805)	6.020 (iii)	(914.507)
Resultado Financeiro Líquido	(351.660)	5.252	(2.164)	-	(348.572)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	654.962	108.142	572.734	(552.622)	783.216
IRPJ e CSLL	(175.515)	(34.967)	(1.444)	-	(211.926)
Lucro Líquido do Período	479.447	73.175	571.290	(552.622)	571.290
Total dos Ativos	12.009.636	1.087.436	4.304.906		
Total dos Passivos	9.363.250	251.254	353.472		

Descrição	Segmentos Reportáveis			Ajustes de Consolidação	30.09.2024
	Celesc D	Celesc G	Controladora		Total
Receita Operacional Líquida – ROL	7.717.189	135.847	-	(6.354)	7.846.682
Custo das Vendas	(6.179.160)	(32.785)	-	6.354 (i)	(6.205.591)
Depreciação e Amortização	(226.550)	(2.517)	-	-	(229.067)
Resultado Operacional Bruto	1.311.479	100.545	-	-	1.412.024
Despesas com Vendas	(215.461)	(439)	-	-	(215.900)
Despesas Gerais e Administrativas	(419.694)	(15.839)	(26.250)	-	(461.783)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	198.175	(1.397)	5.825	-	202.603
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	10.988	610.577	(573.343) (ii)	48.222
Resultado das Atividades	874.499	93.858	590.152	(573.343)	985.166
Receitas Financeiras	248.598	7.533	(838)	- (iii)	255.293
Despesas Financeiras	(435.102)	(3.040)	(4.517)	- (iii)	(442.659)
Resultado Financeiro, Líquido	(186.504)	4.493	(5.355)	-	(187.366)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	687.995	98.351	584.797	(573.343)	797.800
IRPJ e CSLL	(183.319)	(29.684)	918	-	(212.085)
Lucro Líquido do Período	504.676	68.667	585.715	(573.343)	585.715
Total dos Ativos	11.851.023	1.052.796	3.657.324		
Total dos Passivos	9.800.325	203.343	274.345		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

Notas Explicativas**35. COMPROMISSOS CONTRATUAIS**

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, mas já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Consolidado						
30.09.2025						
Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	2029+
Compra de energia	1.066.008	1.093.586	1.080.229	1.076.899	1.067.012	1.008.632
Encargos de conexão e transporte de energia	457.739	1.867.571	1.931.202	1.996.669	2.066.822	31.020.986
Total	1.523.747	2.961.157	3.011.431	3.073.568	3.133.834	32.029.618

Consolidado						
31.12.2024						
Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2028+
Compra de energia	4.305.114	4.300.219	4.291.463	4.288.145	4.278.270	4.182.402
Encargos de conexão e transporte de energia	1.864.062	1.929.914	1.995.670	2.063.322	2.135.816	32.329.886
Total	6.169.176	6.230.133	6.287.133	6.351.467	6.414.086	36.512.288

36. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS**36.1. Celesc D****36.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

Ativo	30.09.2025	31.12.2024
Circulante	3.398.038	3.527.841
Caixa e Equivalentes de Caixa	234.126	816.882
Contas a Receber de Clientes	2.551.655	2.222.207
IRPJ e CSLL a Recuperar	144.664	36.723
Demais Tributos a Recuperar	198.705	194.251
Outros	268.888	257.778
Não Circulante	8.611.598	7.921.476
Realizável a Longo Prazo	3.663.028	3.100.223
Contas a Receber de Clientes	18.757	4.491
Tributos Diferidos	569.418	659.034
Tributos a Recuperar	304.071	367.663
Depósitos Judiciais	328.349	338.469
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.169.710	946.294
Ativo Financeiro Setorial	279.859	-
Ativo de Contrato	920.718	771.357
Instrumentos Financeiros Derivativos	58.245	-
Outros	13.901	12.915
Imobilizado	12.701	5.106
Intangível	4.935.869	4.816.147
Total do Ativo	12.009.636	11.449.317

Notas Explicativas**36.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo**

Passivo	30.09.2025	31.12.2024
Circulante	3.011.319	2.965.847
Fornecedores	899.858	987.140
Empréstimos Moeda Nacional	167.604	114.891
Empréstimos Moeda Estrangeira	156.181	98.962
Debêntures	62.681	195.965
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	236.255	215.620
IRPJ e CSLL a Recolher	77.314	1.821
Demais Tributos a Recolher	282.143	245.890
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	272.164	175.302
Taxas Regulamentares	48.976	22.020
Mútuos	109.020	-
Passivo de Arrendamento	3.875	1.932
Benefícios a Empregados	150.925	167.661
Passivos Financeiro Setorial	320.678	388.599
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	23.374	46.811
Instrumentos Financeiros Derivativos	92.852	70.230
Outros	107.419	233.003
Não Circulante	6.351.931	6.147.049
Empréstimos Moeda Nacional	408.889	555.694
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.176.232	1.209.838
Debêntures	2.500.241	1.990.254
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	3.795	8.969
Taxas Regulamentares	85.462	78.569
Tributos a Recolher	15.123	17.096
Passivo de Arrendamento	9.600	3.838
Provisão para Contingências	324.015	426.521
Benefícios a Empregados	1.531.072	1.508.838
Passivo Financeiro Setorial	-	21.400
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	297.502	326.032
Patrimônio Líquido	2.646.386	2.336.421
Capital Social (i)	2.067.902	2.000.000
Reservas de Lucro	1.371.474	1.371.474
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.055.363)	(1.035.053)
Lucros Acumulados	262.373	-
Total do Passivo	12.009.636	11.449.317

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Celesc D no montante de R\$67.902, integralizado por meio de aporte financeiro por sua acionista controladora Celesc.

O referido aumento não implicou emissão de novas ações, mantendo-se inalterada a quantidade de 630.000.000 (seiscentos e trinta milhões) de ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.

Como resultado, o capital social autorizado e integralizado da Companhia passou a ser R\$2.067.902. Em razão do aumento, foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

36.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	8.685.264	7.717.189
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	8.685.264	7.717.189
Custos de Vendas	(7.192.909)	(6.405.710)
Custo de Operação	(7.192.909)	(6.405.710)
Lucro Bruto	1.492.355	1.311.479
Despesas Operacionais	(485.733)	(436.980)
Despesas com Vendas	(86.650)	(88.140)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(145.906)	(127.321)
Despesas Gerais e Administrativas	(478.462)	(419.694)
Outras Receitas	264.189	283.399
Outras Despesas	(38.904)	(85.224)
Resultado antes do Resultado Financeiro	1.006.622	874.499
Resultado Financeiro	(351.660)	(186.504)
Receitas Financeiras	559.968	248.598
Despesas Financeiras	(911.628)	(435.102)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	654.962	687.995
IRPJ e CSLL	(175.515)	(183.319)
Corrente	(75.437)	(157.273)
Diferido	(100.078)	(26.046)
Lucro Líquido do Período	479.447	504.676

Notas Explicativas**36.1.4. Receita Operacional**

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Receita Operacional Bruta – ROB	13.609.400	12.059.353
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.298.419	5.023.979
Fornecimento Não Faturado (a)	87.390	(84.008)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	114.879	214.259
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	517.889	293.780
Disponibilização da Rede Elétrica	5.780.809	5.268.138
Energia de Curto Prazo	433.926	135.736
Renda de Prestação de Serviços	-	631
Doações e Subvenções	548.925	537.210
Receita de Construção	797.121	645.655
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	27.444	19.373
Outras Receitas Operacionais	2.598	4.600
Deduções da Receita Operacional Bruta	(4.924.136)	(4.342.164)
ICMS	(1.805.365)	(1.630.369)
PIS	(182.228)	(161.164)
COFINS	(839.353)	(742.328)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.980.438)	(1.730.106)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(39.350)	(35.343)
Programa Eficiência Energética – PEE	(39.350)	(35.343)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(8.144)	(7.511)
Outros Encargos	(29.908)	-
Receita Operacional Líquida – ROL	8.685.264	7.717.189

a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Residencial	2.849.315	2.737.104	6.178.253	6.013.465	2.784.639	2.459.052
Industrial	143.444	142.056	8.985.059	8.565.521	633.051	656.384
Comercial	345.091	326.848	3.980.015	3.895.710	1.250.111	1.144.229
Rural	206.485	218.181	760.349	778.136	328.438	315.183
Poder Público	29.836	27.184	387.257	383.066	172.218	156.192
Iluminação Pública	1.963	1.434	446.325	456.154	114.328	109.414
Serviço Público	5.095	4.563	357.242	346.252	103.024	99.517
Total do Fornecimento	3.581.229	3.457.370	21.094.500	20.438.304	5.385.809	4.939.971
Suprimento de Energia	87	90	1.691.747	1.832.803	114.879	214.259
Total	3.581.316	3.457.460	22.786.247	22.271.107	5.500.688	5.154.230

36.1.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30.09.2025					
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	5.684.089	-	-	-	-	5.684.089
Pessoal	321.117	221.447	23.176	-	1.308	567.048
Despesa Atuarial	-	105.323	-	-	-	105.323
Entidade Previdência Privada	15.242	10.448	857	-	-	26.547
Material	27.209	6.537	-	-	11.180	44.926
Custo de Construção	797.121	-	-	-	-	797.121
Serviços de Terceiros	101.105	99.419	48.840	-	448	249.812
Depreciação e Amortização	231.937	43.684	76	-	-	275.697
Provisões Líquidas	-	-	-	145.906	21.890	167.796
Taxa de Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(34.075)	(34.075)
Outros Custos de Despesas	15.089	(8.396)	13.701	-	(226.036)	(205.642)
Total	7.192.909	478.462	86.650	145.906	(225.285)	7.678.642

Notas Explicativas**30.09.2024**

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	5.069.482	-	-	-	-	5.069.482
Pessoal	290.134	194.816	19.552	-	1.235	505.737
Despesa Atuarial	-	106.076	-	-	-	106.076
Entidade Previdência Privada	13.549	9.027	764	-	-	23.340
Material	27.067	7.085	-	-	9.867	44.019
Custo de Construção	645.655	-	-	-	-	645.655
Custos e Serviços de Terceiros	116.078	85.079	51.101	-	845	253.103
Depreciação e Amortização	226.550	23.065	74	-	-	249.689
Provisões Líquidas	-	-	-	127.321	33.195	160.516
Outros	17.195	(5.454)	16.649	-	(243.317)	(214.927)
Total	6.405.710	419.694	88.140	127.321	(198.175)	6.842.690

36.1.6. Resultado Financeiro

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros.

A maior parte da variação de encargos das dívidas é referente aos encargos e juros remuneratórios do contrato de empréstimo com o Banco Safra, no valor de R\$550,0 milhões em fevereiro de 2022, para capital de giro. A dívida começaria a ser paga em agosto de 2023 e, através de aditamento, teve seu início prorrogado para agosto de 2025 e término em fevereiro de 2029.

Encargos de dívidas: Os Encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No período de janeiro a setembro de 2025 o CDI acumulado foi de 10,3%, sendo que no mesmo período de 2024 foi 7,94%.

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: Referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Marcação a Mercado (MTM): É o resultado positivo obtido quando o valor justo (preço de mercado) do ativo financeiro (item protegido por hedge) é maior em relação ao valor registrado contabilmente.

Receita com Derivativos: Ocorre quando a variação do derivativo é positiva, ajustando o valor do item protegido por um ganho no resultado.

Despesas com Derivativos: Quando o derivativo perde valor, o item protegido é ajustado para refletir essa desvalorização, o que resulta em uma perda reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Receitas Financeiras	559.968	248.598
Renda de Aplicações Financeiras	45.678	55.577
Variações Monetárias	2.955	7.887
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	57.140	52.187
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	120.208	84.982
Atualização Tributo Recuperar Exclusão ICMS PIS/COFINS	30.215	32.472
Juros Depósitos Judiciais	18.650	15.789
Receita com Derivativos	92.015	-
Marcação a Mercado (MTM)	189.114	-
Outras Receitas Financeiras	17.520	11.782
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(13.527)	(12.078)
Despesas Financeiras	(911.628)	(435.102)
Encargos de Dívidas	(203.926)	(166.562)
Juros e Atualização Monetária Reserva Matemática	-	(7.183)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(11.509)	(6.928)
Encargos de Mútuo	(7.953)	-
Atualização P&D e Eficiência Energética	(7.656)	(6.905)
Custo na Emissão de Debêntures	(5.415)	(2.360)
Variações Monetária Debêntures	(222.894)	(117.945)
Outras Variações Monetárias	(18)	(398)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(58.204)	(85.274)
Juros de Arrendamentos	(789)	(767)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS PIS/COFINS	(81.915)	(23.343)
Atualização Monetária Litígios	(15.723)	(14.713)
Despesas com Derivativos	(110.820)	-
Marcação a Mercado (MTM)	(184.502)	-
Outras Despesas Financeiras	(304)	(2.724)
Resultado Financeiro	(351.660)	(186.504)

36.2. Celesc G

36.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.09.2025	31.12.2024
Circulante	171.239	193.745
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.899	105.722
Contas a Receber de Clientes	17.850	16.522
IRPJ e CSLL a Recuperar	15.071	3.002
Demais Tributos a Recuperar	775	1.681
Despesas Antecipadas	1.457	1.043
Dividendos e JCP a Receber	-	3.222
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	45.339	43.449
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	19.867	19.039
Outros	981	65
Não Circulante	916.197	847.572
Realizável a Longo Prazo	604.599	483.086
Mútuo	109.020	-
Depósitos Judiciais	514	470
Demais Tributos a Recuperar	624	1.046
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	338.215	329.418
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	153.805	149.731
Investimentos	45.371	116.697
Imobilizado	225.425	205.091
Intangível	40.802	42.698
Total do Ativo	1.087.436	1.041.317

Notas Explicativas**36.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo**

Passivo	30.09.2025	31.12.2024
Circulante	86.362	70.707
Fornecedores	17.859	4.624
Empréstimos	2.249	-
Debêntures	6.912	6.286
IRPJ e CSLL a Recolher	30.877	915
Demais Tributos a Recolher	1.553	9.837
Taxas Regulamentares	658	1.258
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	22.536	45.072
Outros	3.718	2.715
Não Circulante	164.892	139.701
Empréstimos e Financiamentos	20.012	-
Debêntures	29.086	31.117
Tributos Diferidos	115.523	108.460
Taxas Regulamentares	220	92
Provisões para Contingências	51	32
Patrimônio Líquido	836.182	830.909
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	300.668	368.570
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11.919	12.339
Lucros Acumulados	73.595	-
Total do Passivo	1.087.436	1.041.317

36.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Receita Operacional Líquida – ROL	163.371	135.847
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	163.371	135.847
Custos de Vendas	(56.788)	(35.302)
Custo de Operação	(56.788)	(35.302)
Lucro Bruto	106.583	100.545
Despesas Operacionais	(3.693)	(6.687)
Com Vendas	(1.407)	(439)
Gerais e Administrativa	(19.881)	(15.839)
Outras Receitas	12.966	1
Outras Despesas	(593)	(1.398)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	5.222	10.988
Resultado antes do Resultado Financeiro	102.890	93.858
Resultado Financeiro	5.252	4.493
Receitas Financeiras	13.346	7.533
Despesas Financeiras	(8.094)	(3.040)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	108.142	98.351
IRPJ e CSLL	(34.967)	(29.684)
Corrente	(27.904)	(23.077)
Diferido	(7.063)	(6.607)
Lucro Líquido do Período	73.175	68.667

Notas Explicativas**36.2.4. Receita Operacional**

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	181.257	151.652
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	17.649	15.779
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	(451)	434
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	6.720	3.177
Suprimento de Energia Elétrica	79.237	65.120
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(1.258)	951
Energia Elétrica de Curto Prazo	13.144	4.365
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	32.597	31.319
Receita Financeira Atualização Monetária. Bonificação de Outorga	12.975	11.301
Receita Financeira Juros Usina Pery	14.271	13.706
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	5.882	5.122
Renda de Prestação de Serviços	60	22
Arrendamentos e Aluguéis UFV	431	356
Deduções da Receita Operacional	(17.886)	(15.805)
PIS	(2.651)	(2.247)
COFINS	(12.212)	(10.352)
Taxa Fiscalização	(399)	(376)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(997)	(862)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.624)	(1.967)
ISS	(3)	(1)
Receita Operacional Líquida – ROL	163.371	135.847

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Industrial	24	16	97.412	78.250	17.198	16.213
Comercial, Serviços e Outros	8	5	33.442	20.962	6.720	3.177
Suprimento de Energia	92	88	457.044	485.954	77.979	66.071
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	13.276	2.421	13.144	4.365
Total	124	109	601.174	587.587	115.041	89.826

36.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30.09.2025					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas ou Receitas Líquidas		
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	26.713	-	-	-	-	26.713
Energia Elétrica Comprada p/Revenda CP	10.565	-	-	-	-	10.565
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.019	-	-	-	-	4.019
Pessoal	2.465	13.078	1.367	-	-	16.910,00
Material	283	122	-	465	-	870
Custos e Serviços de Terceiros	7.125	5.024	40	-	-	12.189
Depreciação e Amortização	4.369	429	-	-	-	4.798
Seguros	1.176	-	-	-	-	1.176
Tributos	69	308	-	-	-	377
Aluguéis	-	71	-	-	-	71
Provisões Líquidas	-	-	-	-	18	18
Ganho Alienação Bens Direitos Mantidos Venda	-	-	-	-	(12.930)	(12.930)
Outros	4	849	-	-	74	927
Total	56.788	19.881	1.407	(12.373)		65.703

Notas Explicativas

30.09.2024

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	16.576	-	-	-	16.576
Energia Elétrica Comprada para Revenda CP	5.056	-	-	-	5.056
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.267	-	-	-	2.267
Pessoal	2.302	11.150	-	-	13.452
Material	122	366	-	656	1.144
Custos e Serviços de Terceiros	5.217	3.646	309	-	9.172
Depreciação e Amortização	2.517	322	-	-	2.839
Seguros	1.206	-	-	-	1.206
Tributos	39	105	130	-	274
Aluguéis	-	173	-	-	173
Provisões Líquidas	-	-	-	6	6
Outros	-	77	-	735	812
Total	35.302	15.839	439	1.397	52.977

36.2.6. Resultado Financeiro

Descrição	30.09.2025	30.09.2024
Receitas Financeiras	13.346	7.533
Renda de Aplicação Financeira	7.868	7.342
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	11	19
Variações Monetárias	12	-
Juros Mútuo	6.020	-
Juros Depósitos Judiciais	27	26
Outras Receitas Financeiras	58	512
(-) PIS/COFINS s/Receita Financeira	(650)	(366)
Despesas Financeiras	(8.094)	(3.040)
Variações Monetárias	-	(4)
Juros Debêntures	(2.585)	(2.744)
Juros Empréstimos	(538)	-
IOF, Comissões e Taxas Empréstimos	(1.479)	-
Custos na Emissão de Debêntures	(100)	(101)
Atualização de P&D	(30)	(168)
Outras Despesas Financeiras	(3.362)	(23)
Resultado Financeiro	5.252	4.493

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1. Aumento de Capital na Celesc D

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Celesc D no montante de R\$16,8 milhões, integralizado por meio de aporte financeiro por sua acionista controladora Celesc.

O referido aumento não implicou emissão de novas ações, mantendo-se inalterada a quantidade de 630.000.000 (seiscentos e trinta milhões) de ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.

Como resultado, o capital social autorizado e integralizado da Companhia passou a ser R\$2.084.737.000,00 (dois bilhões, oitenta e quatro milhões e setecentos e trinta e sete reais).

Em razão do aumento, foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

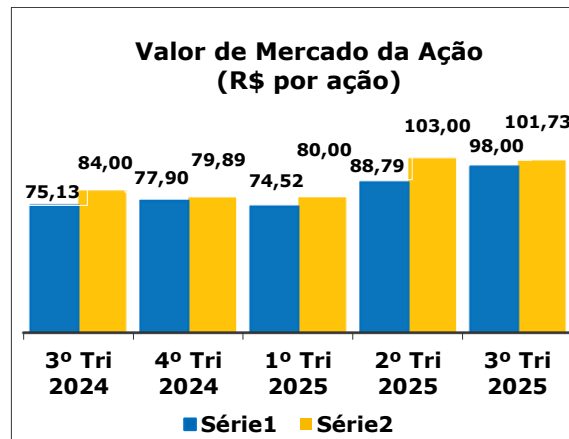
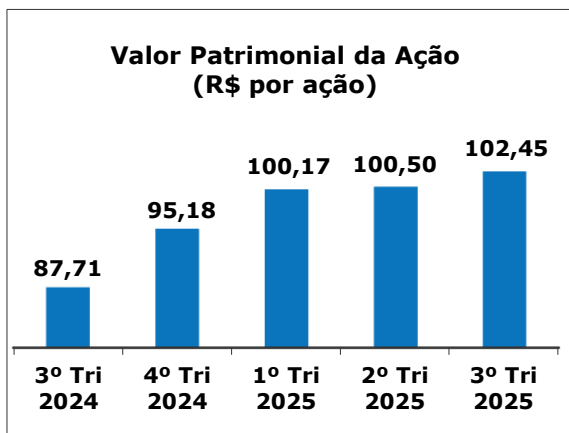
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

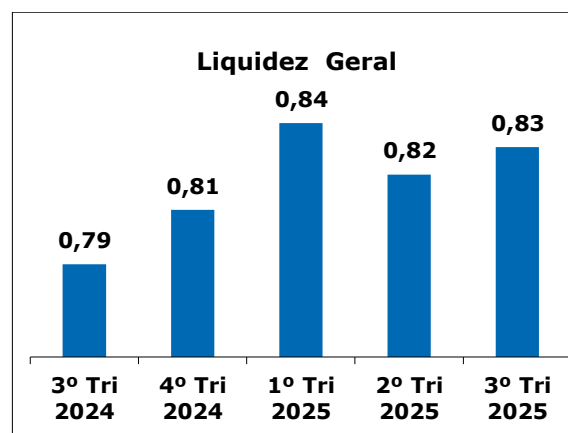
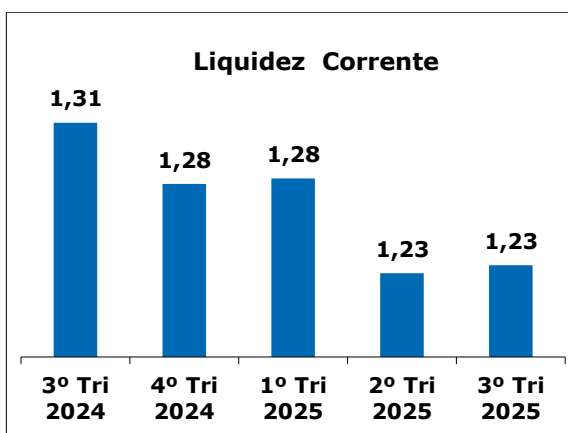
1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não revisadas)

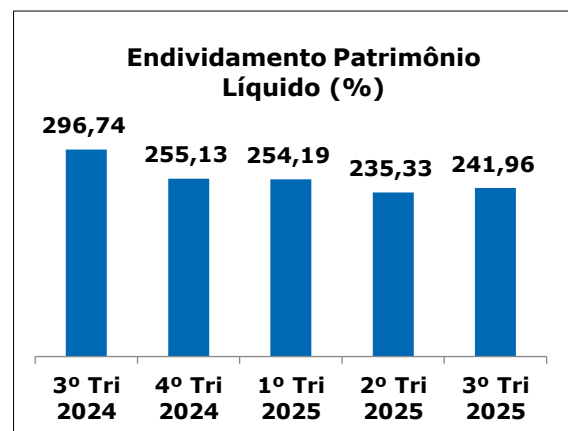
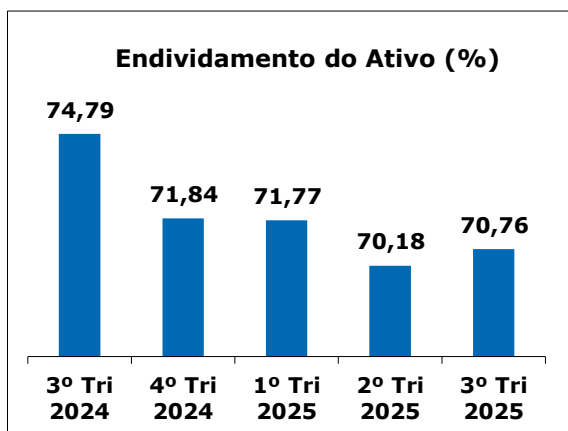
1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

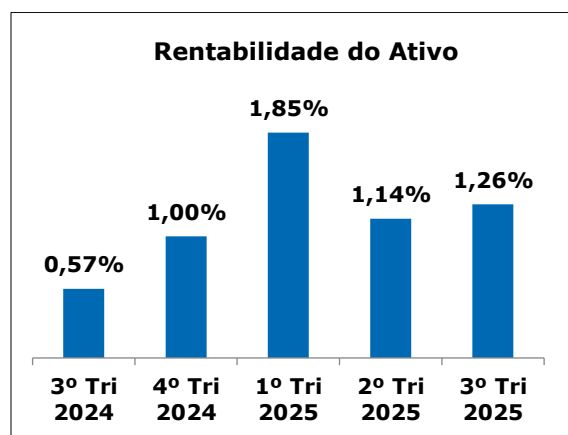
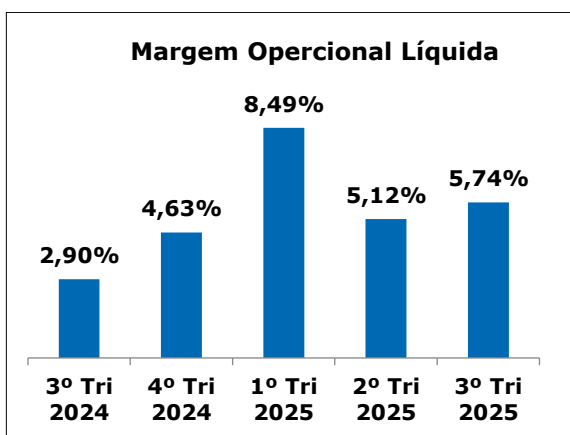
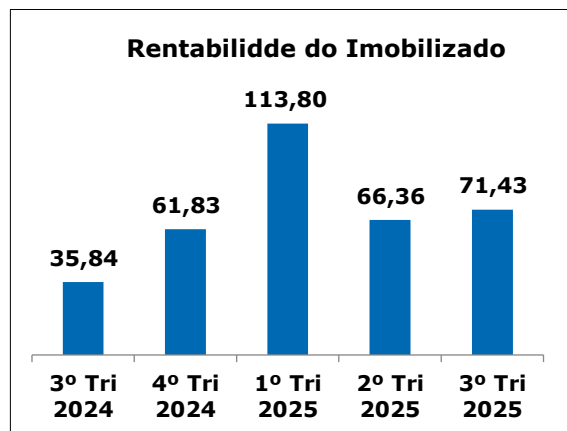
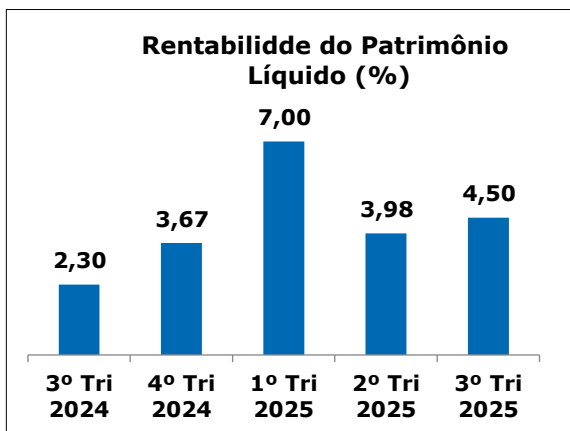


1.3. Endividamento

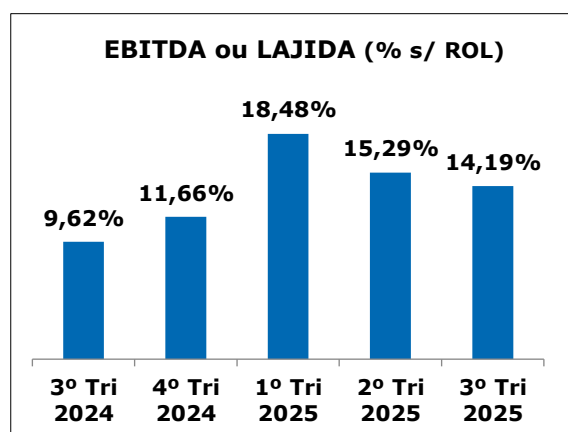
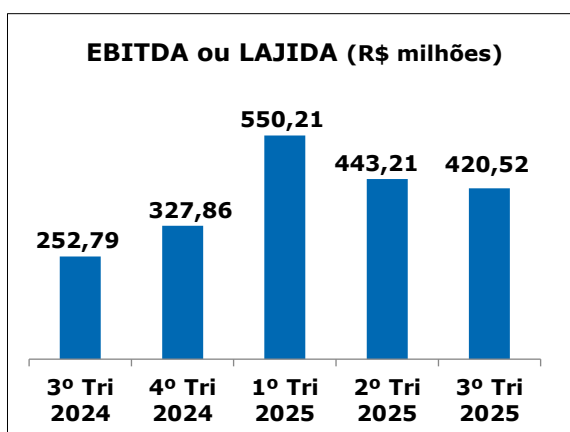


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.4. Rentabilidade

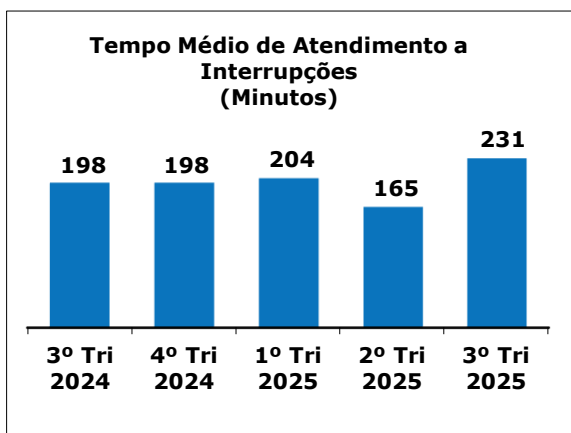
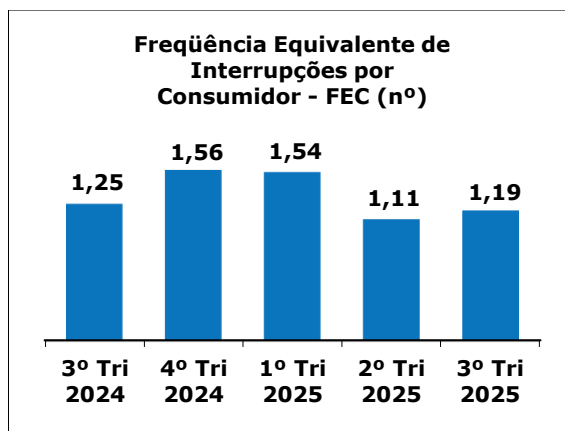
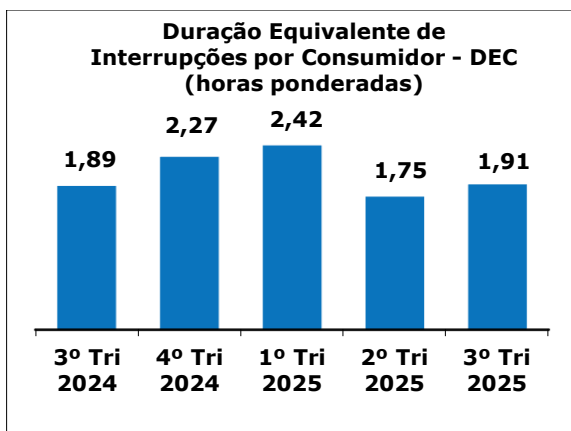
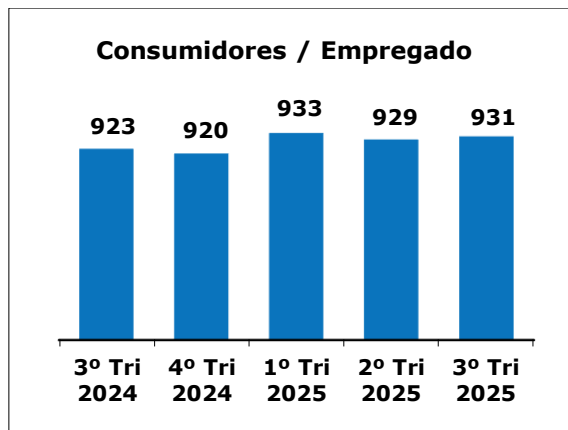
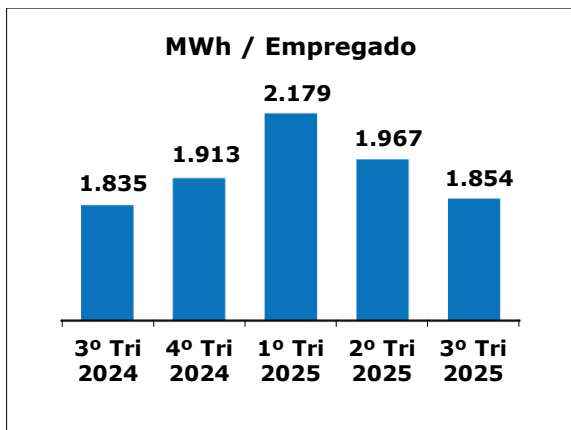


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR
Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de novembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2025.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Moisés Diersmann
Diretor de Gestão Corporativa

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Vitor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2025.

Tarcísio Estefano Rosa
Diretor Presidente

Júlio Cesar Pungan
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Distribuição

Elói Hoffelder
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

Moisés Diersmann
Diretor de Gestão Corporativa

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Gestão de Energia e Regulação

Vítor Lopes Guimarães
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0